

# Opções para reimaginar o sistema de dívida da África

*Um relatório da Development Reimagined*



**Fevereiro de 2021**



# CONTEÚDO

<b>Seção 1: Introdução</b> .....	<b>5</b>
<b>Seção 2: O sistema de dívida global</b> .....	<b>6</b>
Os devedores .....	7
Quem são os devedores? .....	7
Por que os países tomam emprestado? .....	7
Os credores .....	10
Quem são os credores? .....	10
Por que eles emprestam? .....	10
O que eles emprestam? .....	12
Onde eles emprestam? .....	12
<b>Seção 3: Dívida nos países africanos: uma breve história</b> .....	<b>15</b>
Dívida e sustentabilidade da dívida na África ao longo do tempo: o que os dados mostram? .....	15
O surgimento da China como fonte de empréstimos à África .....	16
Dívida na África: uma explicação contextualizada .....	18
Influência estrutural pré-independência / colonial nas economias africanas .....	18
Crises do petróleo e colapso dos preços de outras commodities na década de 1970 .....	19
Crises de dívida dos anos 80 e 90 .....	20
<b>Seção 4: COVID-19 e a dívida: os dias atuais</b> .....	<b>22</b>
O impacto da COVID-19 na África .....	22
Crescimento econômico reduzido .....	22
Gasto governamental aumentado .....	23
Redução das receitas fiscais dos fluxos internacionais de bens, pessoas e finanças .....	25
Desafios crescentes da dívida externa .....	26
<b>Seção 5: Avaliando as opções</b> .....	<b>28</b>
<b>Seção 6: As opções</b> .....	<b>31</b>
Soluções usadas previamente .....	31
1. Programas de ajuste estrutural (SAPs) de Bretton Woods (FMI / Banco Mundial) .....	31
2. Países Pobres Altamente Endividados e Iniciativas de Alívio da Dívida Multilateral .....	35
3. A resposta de alívio da dívida à COVID-19 de 2020 .....	38
Novas soluções propostas para reformar o sistema da dívida global para atender às necessidades da África: .....	41
4. Emissão / realocação de direitos de saque especiais .....	41

5.	Reforma / regulamentação da análise de percepções de risco do setor privado .....	45
6.	Reforma dos quadros de sustentabilidade da dívida estabelecidos .....	48
7.	Reforma das abordagens do Banco Mundial / MDB para o desenvolvimento .....	52
8.	Melhor negociação com credores - "clubes de mutuários" .....	57
9.	Desenvolvimento institucional financeiro continental da União Africana .....	60
10.	Acelerando a transformação estrutural das economias africanas .....	64
	Compando as opções .....	65
	<b>Seção 7: Conclusões e recomendações: uma reformulação do sistema de dívida global .....</b>	<b>69</b>
	Recomendações para as partes interessadas africanas .....	70
	Recomendações para as partes interessadas chinesas .....	71
	Recomendações para outras partes interessadas internacionais .....	72
	<b>APÊNDICE 1: Lista de siglas e glossário de termos .....</b>	<b>75</b>
	Lista de siglas (do inglês).....	75
	Glossário de termos .....	76
	<b>APÊNDICE 2: Comparando a estrutura de sustentabilidade da dívida da China de 2019 (LIC-DSF) com a do FMI / Banco Mundial (DSF) .....</b>	<b>80</b>
	<b>Lista de referências .....</b>	<b>82</b>

## SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO

A Development Reimagined (DR) publicou recentemente um “Guia da Dívida”, como parte da série Africa Unconstrained de conteúdo sobre crescimento, dívida e perspectivas africanas, com o objetivo de melhorar a compreensão do tópico. Este relatório baseia-se nesse conhecimento e olha para o futuro da dívida nos países em desenvolvimento, com foco nos países africanos.

O documento reúne e avalia, da maneira mais completa e holística possível, dez métodos, soluções e estratégias para que as partes interessadas africanas e mais amplas considerem a implementação enquanto o mundo continua a lutar com a pandemia de COVID-19 atual. Três das “opções” analisadas foram utilizadas anteriormente, enquanto outras sete foram propostas recentemente.

A maior parte do artigo baseia-se em pesquisas documentais. Pesquisas e publicações anteriores da DR relacionadas à dívida foram atualizadas e combinadas com informações de uma variedade de outras fontes, incluindo relatórios oficiais de organizações governamentais e multilaterais, universidades, ONGs e organizações do setor privado em todo o mundo, incluindo China e países africanos. Para complementar isso, uma série de

entrevistas também foram conduzidas com especialistas no assunto, incluindo indivíduos para os quais o desenvolvimento e a dívida são seu trabalho diário, como acadêmicos e formuladores de políticas, também de todo o mundo, incluindo China e países africanos.

Utilizando uma abordagem inovadora recém-criada e uma estrutura de avaliação para avaliar as “opções” propostas (que também podem ser estendidas a outras opções à medida que surgem), este documento visa fornecer metodologicamente e claramente detalhes, nuances, conhecimentos e recomendações para todas as partes interessadas envolvidos no sistema de dívida internacional para saber qual a melhor maneira de proceder na década de 2020 e além. De maneira crítica, este artigo foi escrito tendo o desenvolvimento sustentável da África e a evitação de crises econômicas como objetivo abrangente de longo prazo.

O artigo foi escrito para ser lido e compreendido por aqueles com alguma experiência no assunto. Para leitores não tão familiarizados com o tópico, um glossário no apêndice fornece uma lista de acrônimos e definições de termos técnicos usados em todo o livro.



## SEÇÃO 2: O SISTEMA DE DÍVIDA GLOBAL

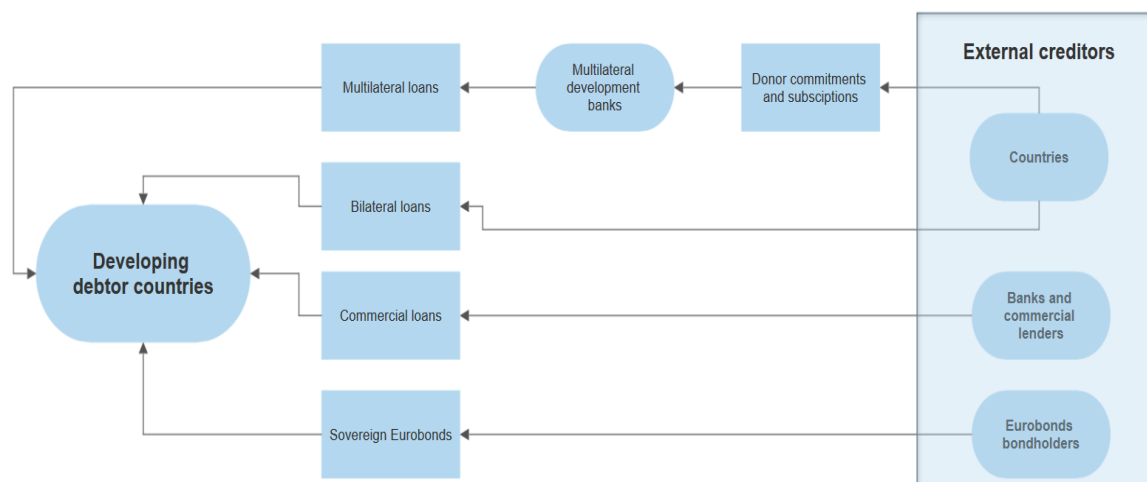
O sistema de dívida global é complexo, com muitos conceitos e atores diversos e, às vezes, sobrepostos. Esta seção visa iluminar este sistema, dando detalhes sobre as diferentes partes interessadas, suas diferentes abordagens e as diferentes razões para seu envolvimento. Embora os governos tenham dívida interna, construída por meio de instituições de crédito internas, e isso tenha suas próprias oportunidades e desafios, uma vez que este relatório se concentra na política internacional, "dívida" neste relatório se refere principalmente à dívida externa, definida como:

*“A parte da dívida de um país que é emprestada de credores estrangeiros, incluindo bancos comerciais, governos ou instituições financeiras internacionais.”*

Assim, a análise e as conclusões deste artigo são aplicáveis a todos os países que aumentam a dívida externa, especialmente através das lentes do desenvolvimento econômico sustentável e da redução da pobreza, que é obrigatório em todos os países universalmente. No entanto, devido ao fato de que a maioria dos países de alta renda tem sistemas bancários domésticos altamente desenvolvidos e, portanto, dependem menos da dívida externa, combinada com restrições na disponibilidade de dados - especialmente dados de organizações multilaterais - a análise apresenta principalmente baixa e média baixa países de renda.

A Figura 1 fornece uma visão geral simplificada do sistema global de dívida externa. Os principais atores neste sistema são os credores e devedores - aqueles que oferecem e recebem empréstimos - embora outras instituições, como reguladores e agências de classificação de crédito também desempenhem papéis significativos

**Figura 1: Sistema da dívida dos países devedores - uma visão geral simplificada<sup>i</sup>**



As proporções dos diferentes tipos de dívida detidos nos países em desenvolvimento e os tipos de empréstimos contratados ou favorecidos por diferentes credores variam significativamente e são discutidos em mais detalhes nas seções seguintes.

Mas quem são exatamente essas partes interessadas? Por que e como eles emprestam ou pedem emprestado? Onde e o que eles priorizam?

## Os devedores

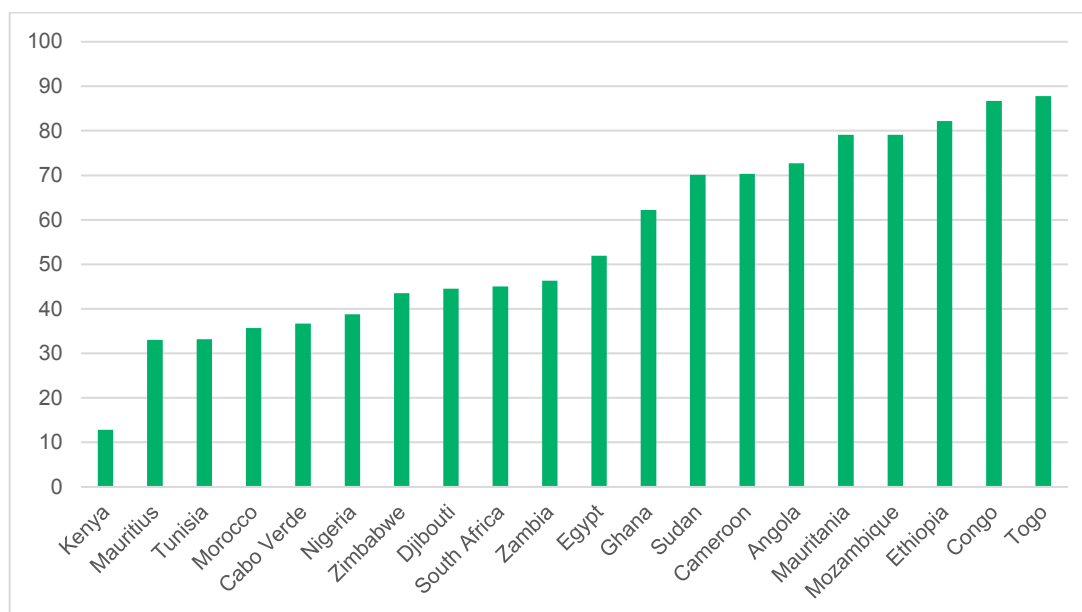
Como já foi observado, tanto os governos ricos quanto os pobres, por causa de seus cidadãos, têm dívidas. Para a maioria dos governos de países ricos, a maior parte de sua dívida é frequentemente emprestada de seus próprios países - por meio de seus próprios bancos centrais ou de seus próprios bancos privados. Mas para muitos governos de países pobres, grande parte da dívida foi emprestada a eles de fontes externas - por outros governos e organizações multilaterais, bem como por credores privados.

### Quem são os devedores?

Os países focalizados neste relatório apresentam uma ampla gama de circunstâncias em relação à dívida e ao desenvolvimento. A maioria dos países africanos são países de renda baixa ou média-baixa, alguns são ricos em recursos, alguns são politicamente instáveis, etc. O Guia da Dívida de RD fornece detalhes sobre 20 desses países<sup>ii</sup>, mas há muitos mais, e todos eles têm diferentes razões para desejar e manter dívidas, e suas preferências por níveis de dívida, ações, estruturas e composição de credores.

### Por que os países tomam emprestado?

Os países africanos enfrentam enormes lacunas de infraestrutura, que requerem financiamento, se for necessário que ocorra o desenvolvimento sustentável e para que objetivos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam alcançados. Por exemplo, mais de 640 milhões de africanos continuam sem acesso à energia, o que corresponde a uma taxa de acesso à eletricidade de 40%<sup>iii</sup>. A Figura 2 ilustra a lacuna de acesso à Internet em 20 países africanos, cuja importância foi destacada durante a pandemia de COVID-19, com o acesso à Internet essencial não apenas para permitir o comércio e serviços digitais seguros, mas também para as crianças terem acesso a educação e informações de saúde. Na verdade, o ODS 9 pretende 'aumentar significativamente o acesso às TIC e se esforçar para fornecer acesso universal e acessível à Internet nos países menos desenvolvidos até 2020'. Como a Figura 2 mostra abaixo, a meta está claramente sendo perdida, inclusive em algumas nações africanas relativamente mais ricas<sup>iv</sup>.

**Figura 2: Porcentagem da população sem acesso à internet em 20 países africanos, 2018<sup>v</sup>**

Muitos países africanos não têm capacidade orçamentária ou de arrecadar fundos internamente para financiar essas lacunas de infraestrutura, que se estendem à energia e eletricidade, água, transporte e outros setores. Os projetos de conectividade e infraestrutura muitas vezes requerem grande capital, que os governos não podem financiar por meio de receitas fiscais nem da dívida interna sem custos de oportunidade inaceitavelmente grandes em reduções de despesas governamentais importantes, como educação e saúde. Os países africanos não podem arrecadar impostos ou outros fundos internamente para uma lacuna de financiamento de infraestrutura estimada pelo Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) entre US \$ 68 bilhões e US \$ 108 bilhões por ano<sup>vi</sup>, para não mencionar todos os outros requisitos essenciais dos seus cidadãos.

Portanto, o financiamento externo desempenha um papel importante na infraestrutura e no planejamento do desenvolvimento dos países africanos, incluindo o IED e a concessão de ajuda, bem como os empréstimos - foco deste documento. "Dívida boa" significaria que esses empréstimos iriam para uso produtivo, permitindo que projetos vitais de infraestrutura fossem adiante e promovendo o desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e redução da pobreza, enquanto "dívida inadimplente" pode ir para usos improdutivo, ficar atolados em corrupção e potencialmente colocar os governos africanos em crises de dívida.

Promover "dívida boa" é claramente vital para muitos países em suas ambições de fornecer infraestrutura, crescimento econômico e redução da pobreza associada e empregos para seus cidadãos

Para explicar isso com mais profundidade, o Quadro 1 fornece um estudo de caso da Nigéria, incluindo uma análise dos estoques da dívida externa do país<sup>vii</sup>.

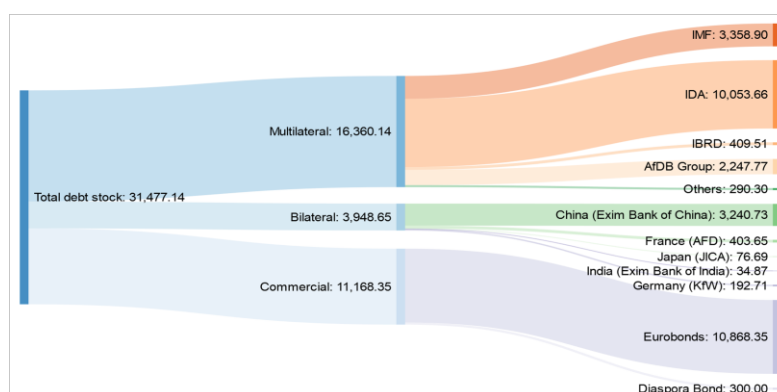


### Quadro 1: devedor do estudo de caso: Nigéria

A Nigéria é o maior país do continente africano em termos de PIB e em termos de população. A Nigéria usa a dívida externa para gastos em projetos de infraestrutura pendentes nos setores de energia, mineração, estradas, agricultura, saúde, água e educação, com Eurobonds emitidos para fornecer financiamento adicional para o déficit orçamentário do país e outras necessidades de financiamento. O presidente do condado, Muhammadu Buhari, disse em setembro de 2020 “Temos tantos desafios com infraestrutura. Só temos que tomar empréstimos para fazer estradas, ferrovias e energia, para que os investidores nos considerem atraentes e venham aqui para colocar seu dinheiro.

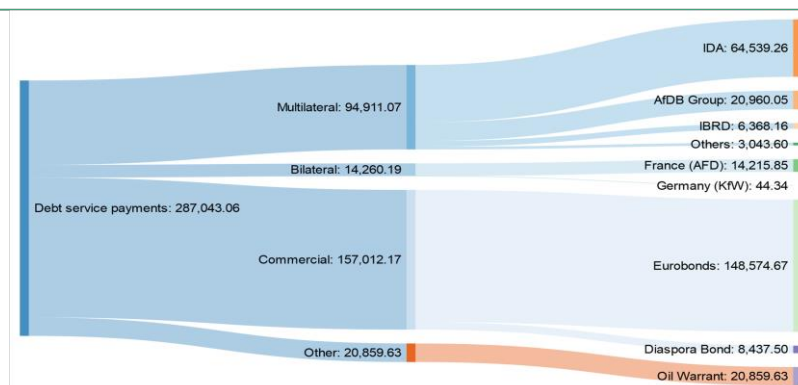
Como mostra a Figura 3 abaixo, o estoque da dívida externa da Nigéria é variado, com a dívida do setor privado comercial (conhecido como "Eurobonds") o maior contribuinte individual. O país também tem dívidas significativas com a Associação de Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial (IDA), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Exim Bank da China. A dívida bilateral da Nigéria com a China é múltiplos de sua dívida bilateral com outros credores bilaterais - bastante típica entre os países africanos.

**Figura 3: Estoque da dívida externa da Nigéria em 30 de junho de 2020 em milhões de dólares**



Os termos desta dívida variam entre os credores e mecanismos, mas a Figura 4 fornece um instantâneo dos pagamentos reais do serviço da dívida para o país por um curto período em 2020. Durante este tempo, a maioria dos pagamentos reais do serviço da dívida da Nigéria foram para titulares de Eurobonds (em 55%), seguido pelo Grupo IDA e AfDB.

**Figura 4: Pagamentos reais do serviço da dívida externa da Nigéria (abril a junho de 2020) em milhares de dólares**



## Os credores

A gama de credores pode ser amplamente categorizada em 3 grupos (como nas Figuras 2 e 3 acima):

1. Países credores - ou credores "bilaterais"
2. Bancos multilaterais ou regionais de desenvolvimento<sup>1</sup>
3. Credores comerciais, como investimentos privados ou outros bancos com empréstimos a juros de mercado (como JPMorgan Chase ou Banco de Desenvolvimento da China) e outros instrumentos de crédito de vários comprimentos - como Eurobonds ou outros títulos estrangeiros.

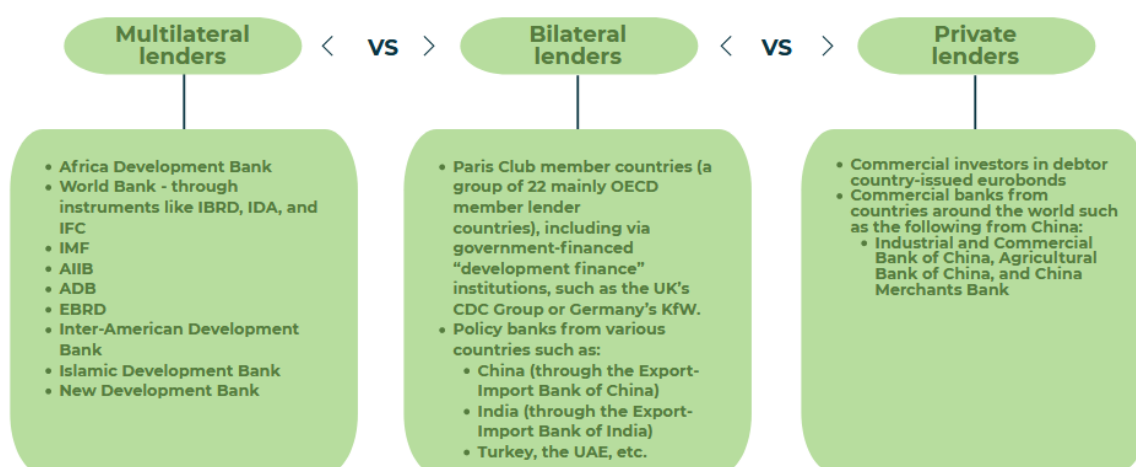
Alguns credores cruzam grupos por meio de parcerias ou oferecendo diferentes mecanismos de empréstimo e / ou são considerados por alguns observadores como privados, mas por outros como públicos. Por exemplo, em alguns casos, países com empréstimos bilaterais colocam financiamento extra em bancos de desenvolvimento, em vez de ou além de emprestar por meio de suas próprias instituições domésticas.

Esta seção detalha os tipos de empréstimos que esses diferentes grupos, e os credores dentro deles, oferecem em toda a África, bem como as razões para fazê-lo.

### Quem são os credores?

A Figura 5 mostra alguns exemplos de instituições de cada categoria, conforme descrito acima. Todos emprestam por razões muito diferentes.

**Figura 5: Exemplo de organizações em diferentes grupos de credores**



### Por que eles emprestam?

Os diferentes credores têm razões diferentes para fornecer crédito (empréstimos) aos países africanos e tomam decisões para emprestar de maneiras diferentes.

**Os bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento (MDBs)** costumam citar a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a assistência em crises como razões para a concessão de empréstimos. Em 2015, todos os MDBs listados acima se comprometeram a apoiar a realização dos SDGs<sup>viii</sup>, e o objetivo abrangente do BAD, por exemplo, é "estimular o desenvolvimento econômico

<sup>1</sup> Nota: Projetos executados por organizações multilaterais em nome de países doadores são classificados como fluxos bilaterais, uma vez que é o país doador que efetivamente controla o uso dos fundos.

sustentável e o progresso social em seus países membros regionais, contribuindo assim para a redução da pobreza”<sup>ix</sup>.

No entanto, existem diferenças entre os objetivos dos mecanismos de crédito individuais. Por exemplo, o FMI tem três linhas de crédito principais para países de baixa renda (PBR): uma destinada a apoiar “os programas econômicos dos países voltados para uma posição macroeconômica estável e sustentável, consistente com uma forte e durável redução da pobreza e crescimento”; outra destinada a fornecer “assistência financeira de baixo acesso, rápida e concessional aos PBR que enfrentam uma necessidade urgente de balanço de pagamentos”; e outro com o objetivo de apoiar “países de baixa renda que alcançaram posições macroeconômicas amplamente sustentáveis, mas podem enfrentar necessidades episódicas de financiamento e ajuste de curto prazo, incluindo aquelas causadas por choques”<sup>x</sup>.

Além disso, os MDBs têm diferentes abordagens estruturais para a tomada de decisão sobre como, quanto e a quem emprestar dentro desses objetivos gerais. O Conselho Executivo do FMI, por exemplo, inclui 24 Diretores Executivos, apenas 3 dos quais são da África<sup>xi</sup>. A composição do conselho impacta a visão estratégica de quem e o que é financiado pelo FMI. Com 12% do total, a representação do conselho africano é consideravelmente menor do que a proporção do continente da população global com 17%. Além disso, quando se leva em conta a distribuição geográfica global dos pobres, que é dominada pela África, pode-se considerar que a voz dos africanos no nível do conselho está extremamente sub-representada. Da mesma forma, o conselho executivo do Banco Mundial IDA, Corporação Financeira Internacional (IFC) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) inclui 4 Diretores Executivos africanos, de um total de 24<sup>xii</sup>.

As razões dos **credores bilaterais** para fornecer crédito aos países africanos são mais diversas do que para os MDBs. Em muitos casos, as ambições políticas ou estratégicas do país credor são uma prioridade - com os empréstimos muitas vezes (embora nem sempre) condicionados ao envolvimento das empresas do país credor (como construtores de infraestrutura ou consultorias). A aceitabilidade política de empréstimos externos entre as próprias populações dos países credores (ou seja, o que alguns chamam de opiniões de "contribuintes" sobre a ajuda) também pode impactar sua tomada de decisão.

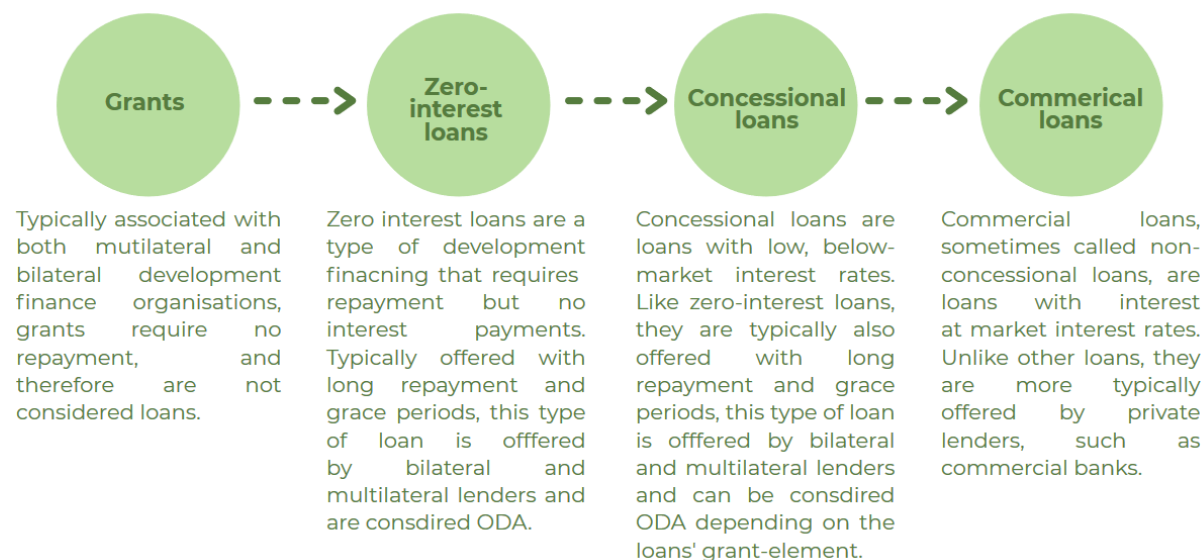
Muitos credores bilaterais decidem sobre sua estratégia de empréstimo, em termos de onde e como emprestar, dentro do contexto de uma "estratégia de país" escrita pela própria instituição bilateral desse país. Por exemplo, o Foreign, Commonwealth and Development Office do Reino Unido (formalmente Departamento para o Desenvolvimento Internacional - DFID) tem estratégias nacionais de cima para baixo plurianuais nas quais se encaixam a ajuda, o fundo fiduciário do Banco Mundial e outras atividades, que levam em consideração análises como a Políticas e Avaliações Institucionais do Banco Mundial (CPIA) . Alternativamente, e além disso, as organizações não governamentais e do setor privado do país credor frequentemente acessam o credor bilateral diretamente ou são abordadas diretamente pelo credor bilateral para propor projetos a serem entregues no exterior que podem então ser aceitos. Isso geralmente ocorre com empréstimos chineses, mas também para outros credores, como Estados Unidos, França, Japão, etc.

**Credores privados**, como bancos comerciais e detentores de títulos de Eurobonds, normalmente fornecem financiamento com o objetivo de obter lucro. Eles decidem sobre carteiras de e / ou projetos e empréstimos específicos para financiar o uso de classificações de agências de classificação de crédito e outras análises de risco, bem como estudos de viabilidade.

## O que eles emprestam?

A Figura 6 mostra as categorias amplas de financiamento do desenvolvimento, conforme oferecido pelos credores. Como este documento de trabalho está focado na dívida - a concessão de ajuda não é discutida mais a fundo.

**Figura 6: Tipos de financiamento de desenvolvimento**



## Onde eles emprestam?

Diferentes organizações emprestam em diferentes lugares.

Os **MDBs** limitam suas ofertas de crédito a certos países qualificados pelos seguintes motivos:

### Distribuição geográfica

- AfDB, por exemplo, apenas estende crédito aos países membros regionais; ou seja, países africanos. O Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento também restringem os empréstimos aos países membros regionais. Na maioria dos casos, organizações membros de MDBs de fora de suas respectivas regiões são credoras. No entanto, nem sempre é esse o caso, com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura tendo membros de fora da região que mais tipicamente seriam devedores em vez de credores (incluindo membros africanos como Benin).

### Nível/status de renda

- Certos recursos do FMI e do Banco Mundial estão disponíveis apenas para países de baixa renda. Por exemplo, a elegibilidade para o apoio da IDA do Grupo Banco Mundial depende principalmente da pobreza relativa de um país, definida como RNB per capita abaixo de um limite estabelecido e atualizado anualmente (US \$ 1.185 no ano fiscal de 2021) - que atualmente se aplica a 74 países ao redor do mundo<sup>xiii</sup>.
- Esses tipos de agrupamento também vêm com outras condições. Por exemplo, a elegibilidade para empréstimos da AID envolve avaliações de sustentabilidade da dívida (discutidas posteriormente). Em contraste, a elegibilidade para empréstimos do BIRD não exige tal avaliação,

mas só é possível para países agrupados como de renda mais alta. Conforme um país passa de um grupo para outro, sua elegibilidade para empréstimos pode mudar significativamente.

Da mesma forma, alguns **credores bilaterais** também limitam suas ofertas de crédito a determinados países ou regiões com base nas seguintes razões:

- Política – por exemplo:
  - O Canadá só oferece empréstimos a países considerados democráticos.
  - A China só concede empréstimos a países com os quais mantém relações diplomáticas - uma lista que inclui 53 países africanos.
- Nível/status de renda
  - Semelhante aos MDBs, alguns países oferecem certa dívida apenas a países sob um nível de renda nacional per capita escolhido arbitrariamente.

Por último, mas não menos importante, os **credores privados e comerciais**, bem como os detentores de Eurobonds, priorizam retornos, taxas de juros e taxas de cupom..

Mais detalhes sobre a China como credor são fornecidos no Quadro 2 como um estudo de caso<sup>xiv</sup>.

Depois de discutir os atores envolvidos no sistema de dívida e suas motivações e mecanismos, a seção a seguir aborda como chegamos a este ponto - fornecendo um breve resumo da história da dívida nos países africanos.



## Quadro 2: Credor do estudo de caso: China

As instituições chinesas, como as de outros países ao redor do mundo, emprestam dinheiro aos países africanos por meio de uma variedade de mecanismos e de várias fontes. Como, de acordo com as classificações do Banco Mundial e da ONU, o maior país em desenvolvimento do mundo e o maior ator da Cooperação Sul-Sul, a China foi escolhida como país devedor do estudo de caso. Na verdade, a pegada de crédito da China na África é ampla - 50 países na África fizeram empréstimos de instituições chinesas entre 2000 e 2018, com 1.077 compromissos de empréstimo no valor total de US \$ 148 bilhões.

Isso pode parecer muito do ponto de vista da África, mas do ponto de vista da China é menos importante. Por exemplo, os empréstimos da China para a África vêm de três categorias (conforme declarado acima no texto principal):

- Empréstimos bilaterais por meio de bancos de política estadual, como o China Export-Import Bank (EXIM) e o China Development Bank (CDB - embora seu status como banco político ou privado seja debatido).
- Empréstimos multilaterais por meio de contribuições de capital e continuidade da participação acionária de MDBs, como as instituições do Banco Mundial e, mais recentemente, o AIIB e o New Development Bank (observe que as contribuições para as instituições da ONU são doações).
- Empréstimos privados por meio de bancos comerciais, como ICBC e BOC.

No que diz respeito ao EXIM, com base nos números de 2018/2019, os empréstimos a 46 países africanos no total representam cerca de apenas um terço da sua carteira total de empréstimos no exterior. No entanto, EXIM também tem um componente doméstico, que é significativo. Os relatórios do CDB sugerem que a África é um destino de empréstimo muito pequeno - respondendo por apenas 1,3% do total de empréstimos no exterior em 2019.

Semelhante ao Japão - embora em contraste com alguns outros credores - a China favorece fortemente os empréstimos bilaterais em vez dos multilaterais. O empréstimo bilateral permite que as empresas chinesas se envolvam diretamente na entrega de projetos (por meio de empréstimos vinculados). Isso também permite que outros incentivos (como subsídios a nível provincial) sejam combinados com a entrega do projeto para obter resultados mais econômicos de uma perspectiva chinesa.

Uma análise de 157 países comparando o Banco Mundial com os empréstimos chineses no período de 2000-2014 revelou que, embora os termos dos empréstimos chineses (períodos de carência, taxas de juros e vencimentos) pareçam ser menos concessionais do que os dos projetos do Banco Mundial, os empréstimos fornecidos por instituições chinesas tenderam a ser maiores do que aqueles fornecidos pelo Banco Mundial (o tamanho médio dos empréstimos foi de US \$ 307 milhões e US \$ 148 milhões, respectivamente), potencialmente indicando que os bancos chineses emprestam para tipos de projetos que o Banco Mundial e outras instituições multilaterais não fazem. Os autores também descobriram que a China concedeu empréstimos a 30 países que o Banco Mundial não fez, e que os termos do empréstimo chinês eram comparativamente mais fáceis (mais concessionais) do que os termos do setor privado.

Os bancos chineses tendem a empregar uma metodologia diferente para avaliar os empréstimos em comparação com os MDBs, o que significa que os atores chineses são capazes de oferecer empréstimos em certos setores, como infraestrutura - mais fácil e rapidamente. Um estudo de 2018 do Consórcio de Infraestrutura para a África sugeriu que, para algumas categorias de projetos de infraestrutura, os países tiveram que esperar mais de nove anos pela aprovação do projeto dos bancos multilaterais. Parte do desafio para outros é a avaliação de risco. Para a China, a elegibilidade do empréstimo é normalmente conduzida com base nos retornos projetados de um projeto específico. O aspecto de qual país o projeto estaria, ou "risco político" como às vezes é denominado, é uma consideração mínima. Em outras palavras, os credores chineses vêem os empréstimos como propostas de negócios e se preocupam menos com o histórico de crédito individual ou "sustentabilidade da dívida" (consulte o Apêndice 2 para mais informações) do que outros credores bilaterais ou multilaterais. Do ponto de vista do empréstimo chinês, a infraestrutura tende a ter um retorno maior. Assim, o China Exim declara que mais de 80% dos seus empréstimos pendentes para a África são para construção de infraestruturas. Além disso, podem ser oferecidos empréstimos para financiar projetos vencidos por empresa chinesa por meio de licitação pública, que também agiliza os processos.

A emergência da China como uma importante fonte de dívida para os países africanos é detalhada na próxima seção.

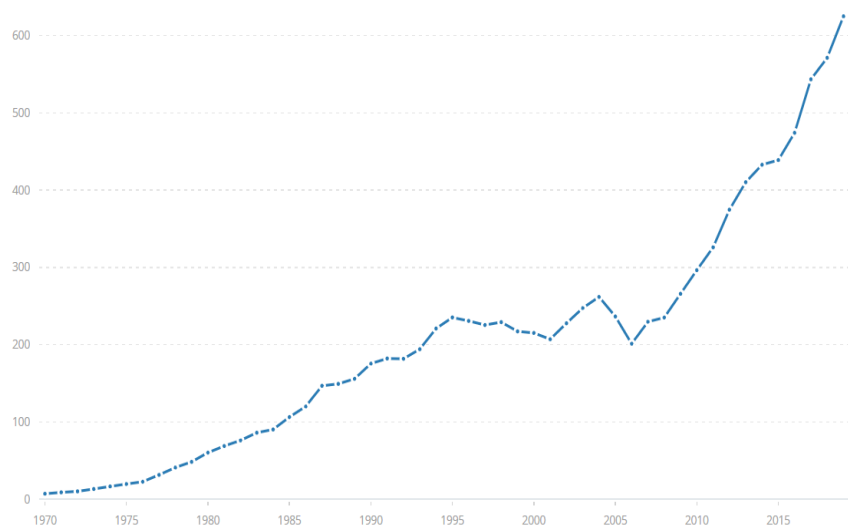
## SEÇÃO 3: DÍVIDA NOS PAÍSES AFRICANOS: UMA BREVE HISTÓRIA

Esta seção fornece informações básicas sobre a dívida em países africanos, incluindo a exploração das origens das crises da dívida no continente (e em outros lugares, quando relevante, para contexto). Em primeiro lugar, os dados são usados para contextualizar os níveis de dívida na África ao longo do tempo, desde os anos 1950 e 1960, quando a maioria dos países africanos se tornou independente, até 2020 (observe que a pandemia de COVID-19 e seus impactos sobre a dívida na África estão cobertos na Seção 4).

### Dívida e sustentabilidade da dívida na África ao longo do tempo: o que os dados mostram?

De bases muito baixas nas décadas de 1960 e 1970, os estoques da dívida externa em muitos países africanos cresceram continuamente até um período de relativa estabilidade desde o início dos anos 1990 até meados dos anos 2000, após o qual os estoques da dívida externa aumentaram rapidamente, conforme mostr a Figura 7.

**Figura 7: Estoque da dívida externa, total (dívida desembolsada e pendente, bilhões de dólares atuais) - África Subsaariana (excluindo alta renda)<sup>xv</sup>**

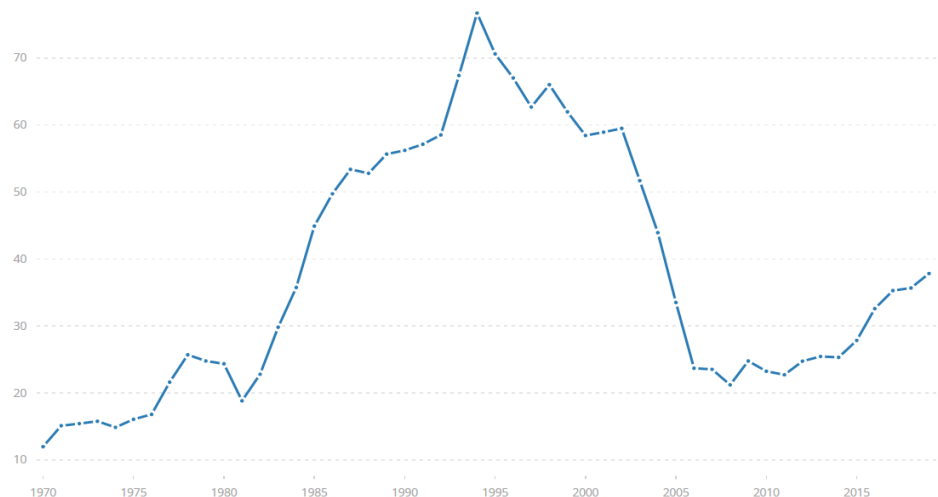


No entanto, ao considerar o crescimento econômico simultâneo nesses países, ao olhar para esses estoques como uma porcentagem do RNB, os dados contam uma história diferente. Como mostra a Figura 8, por este indicador, os estoques da dívida externa dos países africanos de baixa renda cresceram enormemente nos anos 80 e início dos anos 90, atingindo um pico em 1995, antes de cair de forma semelhante no final dos anos 90 e início dos anos 2000, como um crescimento econômico mais forte em o continente aumentou consideravelmente os RNB. Desde então, porém, os rácios da dívida externa aumentaram mais uma vez, embora ainda não atingissem os máximos dos anos 90.

Dito isto, a dívida na maioria dos países africanos é muito pequena em comparação com a dívida global e o PIB global. A África como um todo tem uma proporção muito pequena de dívida externa, como dívida de outros governos, bancos multinacionais ou do setor privado globalmente, totalizando US \$ 775 bilhões, comparáveis aos valores detidos por um único país (como US \$ 557 bilhões no Brasil,

ou os US \$ 521 bilhões da Índia) e menos da metade do que a China tomou emprestado do mundo (US \$ 1962 bilhões)<sup>xvi</sup>.

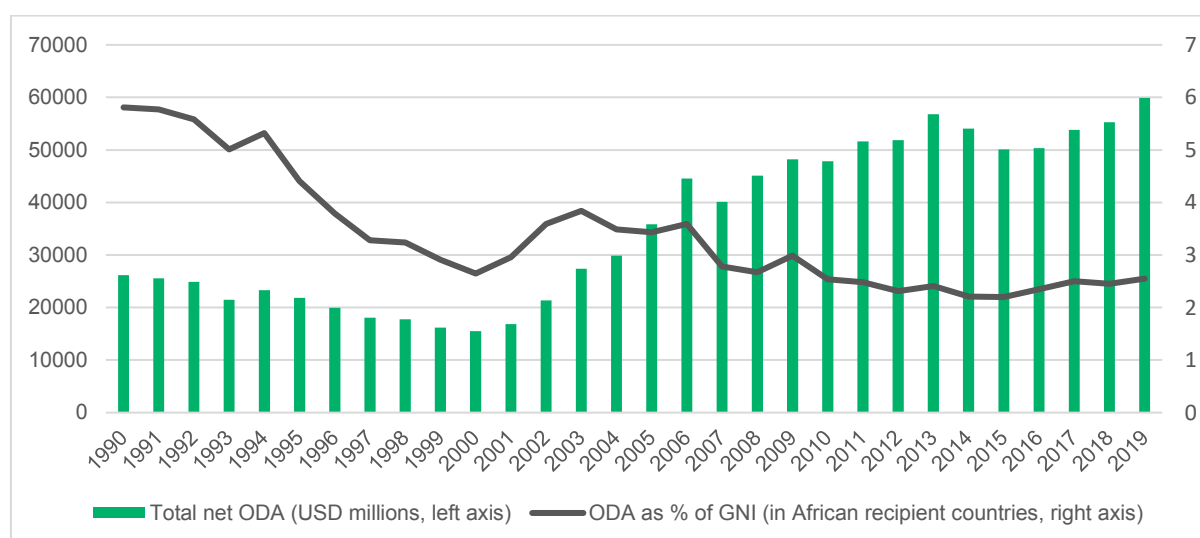
**Figura 8: Estoques da dívida externa (% do RNB) - África Subsaariana (excluindo países de alta renda)<sup>xvii</sup>**



### O surgimento da China como fonte de empréstimos à África

Após um crescimento constante na primeira década deste milênio, a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) para a África estagnou na última década em cerca de US \$ 50 bilhões por ano, e isso é verdade para os doadores multilaterais do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) como um grupo, e doadores não DAC de AOD, para os quais a OCDE coleta dados (e, portanto, não incluindo a China). A Figura 9 representa isso, ao mesmo tempo em que destaca o crescimento econômico dos países africanos no mesmo período. Como uma porcentagem de seus RNB, a AOD para os países africanos caiu de cerca de 6% em 1990, para menos de 3% todos os anos desde 2007.

**Figura 9: Assistência ao Desenvolvimento no Exterior para a África<sup>xviii</sup>**



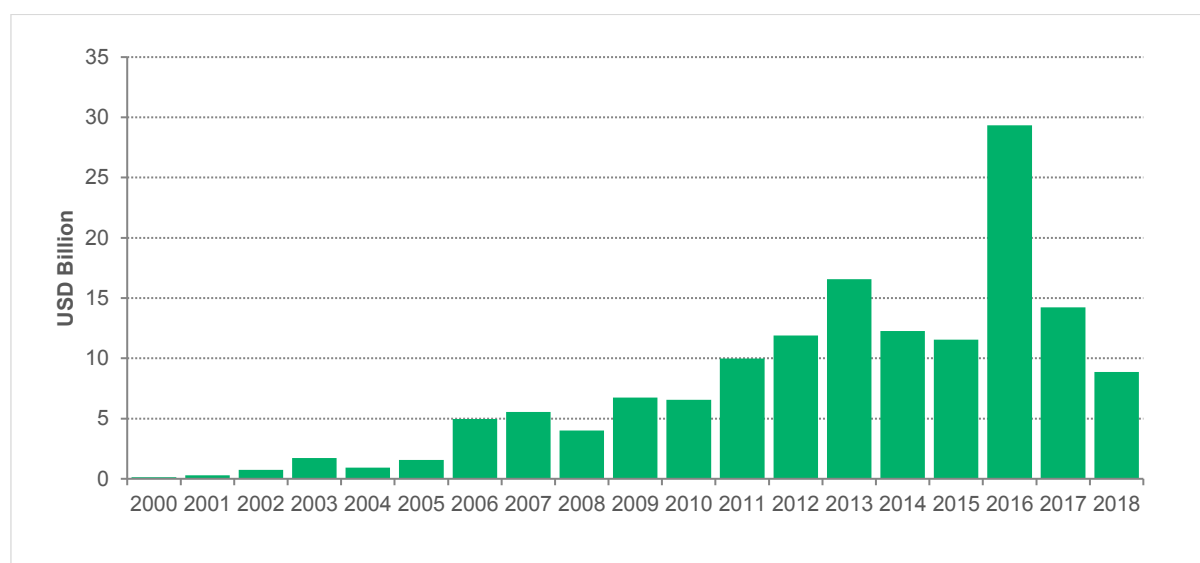
Em comparação (e de alguma forma compensando isso), a China emergiu como uma importante fonte de financiamento externo nos países africanos.



No entanto, as estimativas para a proporção de empréstimos que a China agora concede aos países em desenvolvimento variam - devido a diferentes estimativas de empréstimos da China no exterior e dados oficiais limitados da China sobre os volumes, especialmente em nível de país. Existem desafios com relação à transparência nas distribuições e prazos dos empréstimos; como disse Marina Rudyak, professora assistente de Estudos Culturais Chineses na Universidade de Heidelberg: “Não vemos os contratos de empréstimo, por isso é difícil saber sobre os riscos”. Por exemplo, um estudo de 48 países africanos pela Jubilee Debt Campaign sugeriu que 20% de sua dívida era devida à China, em comparação com 35% a instituições multilaterais, 32% a credores privados e os 13% restantes ao “Clube de Paris” dos credores.<sup>xix</sup> Um documento recente do FMI sugeriu que, desde 2010, os títulos do setor privado têm sido a fonte de financiamento de crescimento mais rápido para vários países de baixa renda. Por outro lado, em um documento de trabalho de junho de 2019 para o Kiel Institute for the World Economy, estimou que, para os países de baixa renda, o total de empréstimos da China entre 2010 e 2015 excedeu os empréstimos de fontes multilaterais e privadas<sup>xx</sup>.

No entanto, as fontes mais rigorosas sugerem que cerca de 20% da dívida externa africana é agora devida à China e, conforme estabelecido na Caixa 2, vale US \$ 148 bilhões. A Figura 10 mostra que esses empréstimos eram de valor relativamente pequeno no início dos anos 2000, mas desde então aumentaram significativamente, atingindo uma média de mais de US \$ 10 bilhões por ano na década de 2008-2018. Também vale a pena notar que 2016 é um caso especial no crédito da China para a África, com Angola tendo recebido quase US \$ 20 bilhões de crédito.

**Figura 10: Empréstimos chineses para a África (2000 a 2018)<sup>xxi</sup>**



Como qualquer outro credor bilateral, a China tem limites no volume de doações e empréstimos internacionais concessionais (baratos) que oferece. O volume total de empréstimos da China para a África é normalmente determinado e negociado como parte do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e, mais recentemente, da Belt and Road Initiative (BRI). O FOCAC, que celebrou o 20º aniversário da sua fundação em 2020, é um fórum da China e dos 53 países africanos que mantêm relações diplomáticas com a China. Por exemplo, nas reuniões de 2015 e 2018 do FOCAC, a China prometeu US \$ 60 bilhões à África - a maioria dos quais constituídos por empréstimos e outras linhas de crédito. A União Africana (UA) e 46 países africanos assinaram agora Memorandos de

Entendimento separados sobre o BRI com a China<sup>2</sup>, que se espera definirá o futuro volume e direção do financiamento do desenvolvimento chinês<sup>3</sup>.

## **Dívida na África: uma explicação contextualizada**

### Influência estrutural pré-independência / colonial nas economias africanas

Devido à natureza de suas relações econômicas com as antigas potências coloniais, quase todas as nações africanas se tornaram exportadoras de uma gama limitada de produtos primários e importadores de produtos manufaturados, na época da independência<sup>xxii</sup>. As ligações estabelecidas entre os produtores e as metrópoles coloniais fizeram com que muitas colônias se tornassem dependentes de outros países para comprar e ditar os preços dos produtos. Como resultado, as colônias ficaram sem infraestrutura para processar matérias-primas e compraram principalmente produtos prontos de suas antigas potências coloniais associadas. O resultado foi que as colônias produziram o que não consumiram e consumiram o que não produziram.

Isso foi acompanhado por uma demanda por financiamento externo quando as receitas de exportação não eram suficientes para financiar o nível de despesas públicas necessário para manter e expandir as economias dominadas pela exportação de commodities. Combinado com a dependência histórica das exportações de commodities, isso ajudou a criar situações em que o financiamento dos países africanos seria muito sensível à demanda global de commodities e aos choques de preços - conforme discutido mais adiante na seção seguinte.

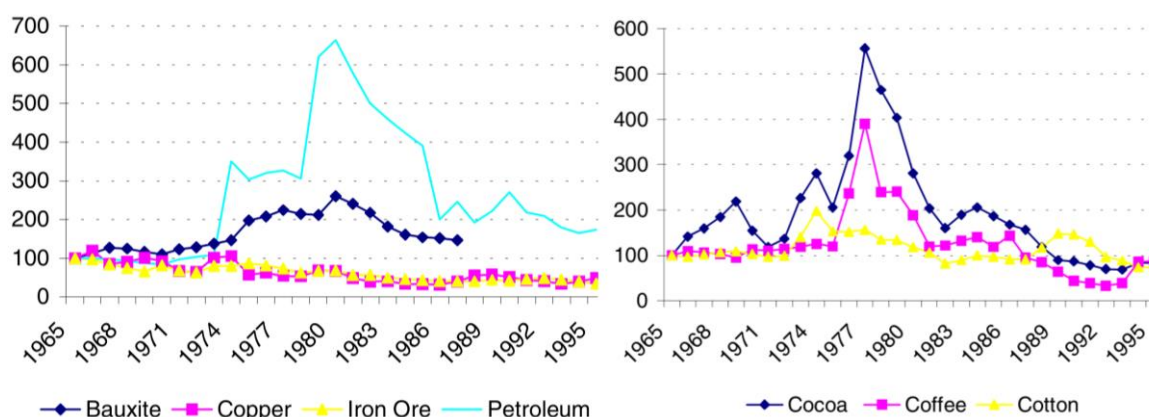
Somando-se a isso, houve booms de commodities durante a era pós-independência nas principais commodities exportadas da África, conforme mostrado na Figura 11. Em muitos casos, junto com o aumento dos preços das commodities, vieram aumentos nos gastos do governo. Como Mma Amara Ekeruche, Pesquisadora do Centro para o Estudo das Economias da África, destacou em nossa entrevista com ela, depois que os países africanos ganharam a independência, o que trouxe uma maior apropriação de seus gastos, eles aumentaram particularmente os gastos com serviços sociais, e os países cada vez mais emprestado para fazer isso devido à falta de receita fiscal. Embora alguns argumentem que isso e as políticas de substituição de importações foram erros de política por parte dos governos africanos, também pode ser argumentado que os problemas fundamentais eram estruturais / históricos e as políticas resultantes são, portanto, um reflexo desta realidade e, portanto, de efeito secundário.

---

<sup>2</sup> Veja [www.africaunconstrained.com/ourdata](http://www.africaunconstrained.com/ourdata)

<sup>3</sup> Consulte o Livro Branco da China de 2021 sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: [http://www.xinhuanet.com/english/2021-01/10/c\\_139655400.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2021-01/10/c_139655400.htm)

**Figura 11: Índices de preços de algumas das principais commodities agrícolas e minerais de exportação da África<sup>xxiii</sup>**



### Lições aprendidas

- A estrutura das economias africanas na independência foi fortemente influenciada pelas antigas potências coloniais, o que colocou os países africanos em um difícil caminho de endividamento e sustentabilidade. Isso foi ainda mais exacerbado pelas fracas políticas governamentais africanas, parcialmente causadas pela influência do poder colonial.
- Legados coloniais ainda impactam as economias africanas nos dias atuais.

### Crises do petróleo e colapso dos preços de outras commodities na década de 1970

A Figura 11 também mostra que os preços das commodities entraram em colapso durante vários casos durante a década de 1970, o que teve fortes impactos diretos e indiretos sobre a dívida africana. O Serviço Mundial de Educação contra a Fome (WHES) argumenta que a crise da dívida (especialmente na África e na América do Sul) foi causada por empréstimos não regulamentados do setor privado e políticas administradas por instituições financeiras internacionais<sup>xxiv</sup>.

Um nó importante no início da crise da dívida é a crise do petróleo de 1973, onde membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) embargaram os preços do petróleo como estratégia geopolítica para perturbar as economias dos países que apoiaram Israel no Yom Kippur Guerra. Os bancos que se beneficiaram com os novos investimentos da OPEP começaram a fazer empréstimos aos países em desenvolvimento, principalmente com avaliação inadequada de acordo com os pedidos de empréstimo e uso posterior. A crise do petróleo levou a recessões nas nações industrializadas, um declínio na demanda e nas exportações de matérias-primas de países em desenvolvimento como os da África, aumentou os custos internos de produção no continente, e muitos países também viram os juros sobre sua dívida aumentar dramaticamente. Quando o segundo choque do preço do petróleo veio no final de 1970, muitos países africanos foram incapazes de absorver o choque. No final da década de 1970, o volume total da dívida externa da África cresceu quase quinze vezes<sup>xxv</sup>, sem aumentos simultâneos de tamanho semelhante nas despesas do governo.

### Lições aprendidas

- A falta de diversificação das exportações e dos mercados de exportação pode levar a uma dependência excessiva do preço global da commodity de exportação predominante de um país, ou uma dependência excessiva da situação econômica de parceiros comerciais externos - ambos os quais permanecem fora de controle de governos africanos.

## Crises de dívida dos anos 80 e 90

As décadas de 1980 e 1990 foram um período durante o qual a crise da dívida teve um efeito massivo nos PBR. Muitas economias do Sul Global deixaram de pagar suas dívidas, com o México sendo o primeiro a solicitar assistência para reembolso<sup>xxvi</sup>. O FMI e o Banco Mundial praticamente supervisionaram as políticas de resgate financeiro que foram necessárias para enfrentar a crise da dívida em massa que eclodiu em 1982. Políticas centradas no 'ajuste estrutural' (principalmente privatização) e 'aperto macroeconômico' (medidas de austeridade) foram sugeridas e aplicadas como medidas para lidar com a crise da dívida. Esses programas de ajuste estrutural (SAPs), como uma resposta política, são discutidos mais detalhadamente na Seção 6.

Por outro lado, a crise da dívida da década de 1990 não foi uma consequência em massa de inadimplências simultâneas como na década de 1980. A crise foi sequencial, com vários países / regiões em todo o mundo tendo falhas econômicas de 1994 (crise mexicana), 1997 (crise asiática) até 2002 (crise argentina). Algumas bases para isso eram elementos do setor privado, com grandes bancos e corporações tomando empréstimos excessivos, como investidores privados, e bancos estrangeiros emprestando excessivamente sem verificar a capacidade de honrar dívidas. Essas ações levaram à fuga de capitais e à especulação monetária maciça que contribuíram para o colapso econômico da década de 1990.

Na mesma época, investidores privados que passaram a ser caracterizados como "Fundos Abutre" começaram a comprar dívidas de países que haviam entrado em default, e então processaram os países inadimplentes anos depois para obter os fundos de volta em valores muito mais elevados<sup>xxvii</sup>. Eles agiram efetivamente como "oficiais de justiça" ou "agências terceirizadas de cobrança de dívidas" em nível internacional. Essa prática acabou sendo proibida por vários países, como o Reino Unido, mas existe o risco de que práticas semelhantes sejam retomadas no futuro.

O Quadro 3 abaixo apresenta a experiência específica da crise asiática.

### **Lições aprendidas**

- A natureza dependente das indústrias de exportação de um país e os desejos de consumo da classe rica podem levar a medidas desesperadas para construir divisas. As tecnologias financeiras (ou seja, desregulamentação, incentivos, etc.) tiveram benefícios de curto prazo, mas quase nenhuma vantagem sustentável de longo prazo.
- O outro lado é que a desregulamentação apoiada pelo governo em muitos setores incentivou o clientelismo e a corrupção. A história mostra que as políticas neoliberais de recuperação econômica propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial defendem de forma consistente e sutil os interesses capitalistas. Isso geralmente é seguido por apelos para redução do controle privado das indústrias principais / centrais e aumento do apoio a modelos de crescimento responsável, o que leva a impasses políticos. As alternativas devem ser buscadas continuamente. O capitalismo de estado e as estratégias de crescimento baseadas em recursos de exportação não são as únicas opções.
- A crise da dívida da África foi / está centrada em torno do desenvolvimento estagnado, enquanto a Crise Asiática foi mais um resultado da especulação financeira e políticas de proteção cambial falhadas.

### Quadro 3: A crise da dívida asiática

A crise na Ásia gira em torno do colapso econômico de 1997 na Tailândia, Malásia, Indonésia e Coreia do Sul. As moedas desses países perderam entre 30% e 50% de seu valor, muitos bancos tornaram-se insolventes e os bancos centrais não conseguiram gerar divisas necessárias para fazer frente às dívidas internacionais.

Semelhante aos países da África e da América Latina, os países asiáticos supracitados tinham economias baseadas na extração de recursos naturais que começaram a perder valor em meados da década de 1980. A Tailândia e a Indonésia adotaram os SAPs do FMI como meio de evitar inadimplências. A privatização e a desregulamentação das atividades econômicas levaram inicialmente ao aumento do investimento estrangeiro, exportações e renovações de empréstimos.

Os países do Sudeste Asiático se beneficiaram muito com o Investimento Estrangeiro Direto (IED) japonês, o que lhes permitiu superar temporariamente as políticas SAP do FMI e se tornaram grandes exportadores de produtos manufaturados para os Estados Unidos em particular. No entanto, a maior parte da produção de exportação estava sob controle estrangeiro. Por exemplo, mais de 90% das máquinas e aparelhos elétricos exportados eram de empresas controladas estrangeiras (principalmente japonesas). Em 1994, a empresa Matsushita sozinha respondia por 4% a 5% do PIB da Malásia.

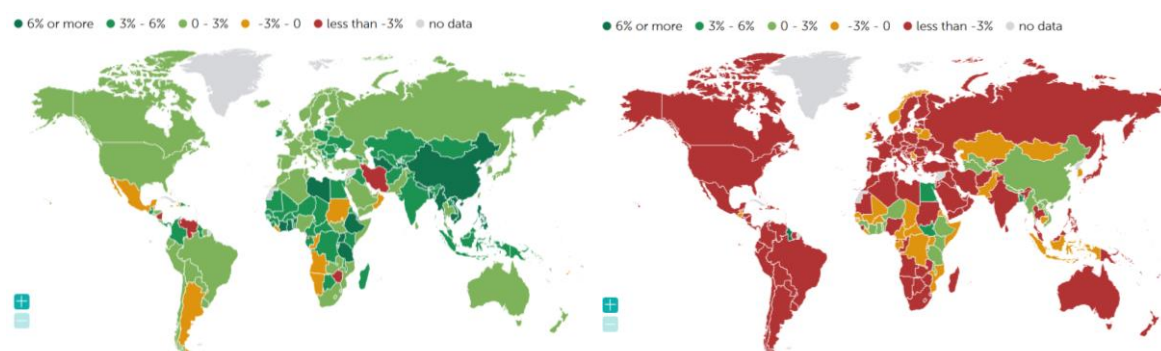
Os elevados déficits da balança de transações correntes foram o resultado destes métodos de negociação e significaram que os governos do Sudeste Asiático estavam sob pressão constante para gerar divisas. Embora os bens estivessem sendo fabricados localmente e exportados competitivamente, a exploração de recursos continuou a acelerar, e os trabalhadores migrantes foram trazidos para manter os salários baixos, enquanto os governos procuravam maneiras mais drásticas de gerar câmbio. A forte promoção da indústria do sexo por parte do governo tailandês é um exemplo da procura de divisas e conduziu a um agravamento da crise da AIDS. Com a redução do IDE japonês no início dos anos 90, a Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas procuraram atrair investidores, baixando os controles cambiais, aumentando as taxas de juros e ligando suas moedas ao dólar americano.

Com a melhoria do IED, o governo tailandês aumentou o endividamento e sua dívida externa aumentou de US \$ 21 bilhões em 1989 para US \$ 89 bilhões em 1996. No entanto, as finanças nunca foram para investimentos produtivos, a maioria foi para incorporadores imobiliários e, em 1997, cerca de metade dos todos os empréstimos feitos a incorporadores imobiliários foram inadimplentes. Eventos semelhantes ocorreram na Malásia, Indonésia e Filipinas, e as respectivas instituições financeiras começaram a deixar de pagar seus empréstimos estrangeiros. Isso levou a uma reação em cadeia em que os investidores estrangeiros começaram a retirar suas ações e investimentos, causando o colapso inevitável de várias economias. A Tailândia e a Indonésia buscaram ajuda do FMI novamente e foram colocadas de volta nos SAPs.

## SEÇÃO 4: COVID-19 E A DÍVIDA: OS DIAS ATUAIS

A pandemia de COVID-19 teve enormes impactos em todo o mundo. No momento em que este artigo foi escrito, mais de 95 milhões de casos foram relatados em todo o mundo, com mais de 2 milhões de mortes<sup>xxviii</sup>. Essa tragédia de saúde também desencadeou uma das maiores crises econômicas do mundo, com o vírus e as respostas (individuais, sociais e governamentais) a ele impactando significativamente o crescimento econômico. A maioria das economias globais contraiu por pelo menos um trimestre. A Figura 12 mostra a mudança drástica nas estimativas de crescimento do PIB entre 2019 e 2020. No entanto, deve-se notar que várias nações africanas se destacam em ambos os gráficos - junto com as do Leste e Sudeste Asiático - como tendo as maiores taxas de crescimento do mundo.

**Figura 12: Estimativas de crescimento do PIB global para 2019 (esquerda) e 2020 (direita)<sup>xxix</sup>**



Um impacto adicional da pandemia foi visto nos níveis de desemprego, pobreza e “sustentabilidade da dívida” (esta terminologia e suas implicações são discutidas na Seção 6). Esta seção analisa as previsões de crescimento e níveis de dívida da África, tanto antes quanto no meio da pandemia, enquanto olha para o cenário pós-pandemia.

### O impacto da COVID-19 na África

#### Crescimento econômico reduzido

De acordo com o FMI, em 2019, antes da colisão da COVID-19, quatro das dez principais economias de crescimento mais rápido eram africanas. Em 2020, o FMI estimou em outubro que seis das dez economias com crescimento mais rápido eram africanas. No entanto, embora o FMI tenha previsto que 22 dos 55 países da África terão um crescimento econômico de mais de 4% em 2021, apenas três dos dez principais países de crescimento mais rápido no mundo estarão na África: Líbia, Maurício e Botswana<sup>xxx</sup>, em parte devido à recuperação econômica relativamente mais rápida esperada na região da Ásia.

Na verdade, a mesma análise mostra que a África teve 3,3% e -2,9% de crescimento real do PIB em 2019 e 2020, taxas de crescimento significativamente mais altas do que todas as outras regiões do FMI, exceto "Ásia e Pacífico" em cada ano, e mais altas do que o "resto do mundo" Média de 2,2% em 2019 e -6,7% em 2020. Para 2021, no entanto, a África deve crescer 3,7%, enquanto o resto do mundo crescerá 4,3%, novamente impulsionado pela Ásia. O Economic Outlook Update de janeiro de 2021 do FMI projeta uma taxa de crescimento de 3,2% para a África Subsaariana, um aumento de 0,1% em comparação com sua projeção de outubro de 2020 de 3,1%. Comparativamente, o resto do mundo deve crescer 5,5% em 2021, um aumento de 0,3% em relação à previsão de outubro de 2020<sup>xxxi</sup>.

Portanto, parece que tendo resistido a alguns dos efeitos econômicos do COVID-19 ao longo de 2020, os países africanos podem sofrer mais em relação a outros em 2021.

O desafio com previsões como a do FMI é que, embora úteis, elas escondem uma grande especificidade. Embora a África seja responsável por menos de 4% do investimento global, turismo e comércio, o fato é que muitas economias africanas dependem enormemente de todos esses “fluxos” para o crescimento. E a maioria desses “fluxos”, de acordo com várias organizações da ONU e internacionais, viram grandes reduções desde o início da pandemia, enquanto os orçamentos da rede de saúde e segurança social tiveram que aumentar rapidamente.

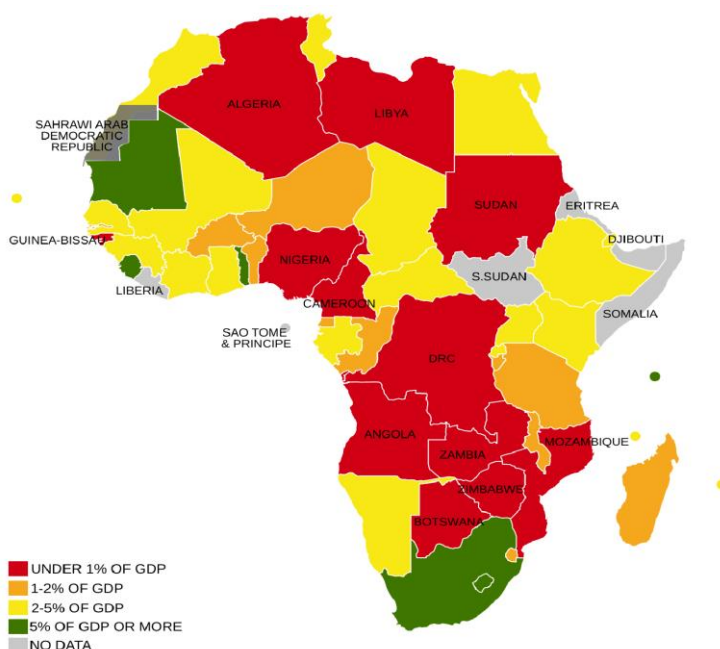
De janeiro a outubro de 2020, as chegadas internacionais na África caíram 69%<sup>xxxii</sup>. Ao mesmo tempo, no último trimestre de 2020, o comércio global deverá ser 3% menor que no mesmo período de 2019<sup>xxxiii</sup>. Em muitos países africanos, o comércio e o turismo representam proporções significativas do seu PIB. 19 países africanos do PBR obtêm pelo menos 30% do PIB com as exportações de bens e serviços<sup>xxxiv</sup>, enquanto 14 países africanos dependem do turismo em pelo menos 10% do PIB<sup>xxxv</sup>. Alguns países, em ambas as listas, são particularmente vulneráveis, como o Cabo Verde.

### Gasto governamental aumentado

Como resultado da pandemia, os gastos do governo em todo o continente aumentaram significativamente, com recursos necessários para atender às novas necessidades relacionadas à COVID-19 - como PPE, equipamentos de teste, suprimentos médicos e vacinas - bem como medidas para apoiar os pobres durante o período da COVID-19. Além disso, as Nações Unidas estimam que os países africanos precisarão de pelo menos US \$ 200 bilhões para fazer frente aos custos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, além dos gastos emergenciais com saúde, mas as perspectivas de novos fluxos são limitadas<sup>xxxvi</sup>. Na verdade, os governos africanos têm aumentado os orçamentos (de US \$ 38 bilhões em abril de 2020 para US \$ 68 bilhões em setembro de 2020) para apoiar os cidadãos e as empresas.

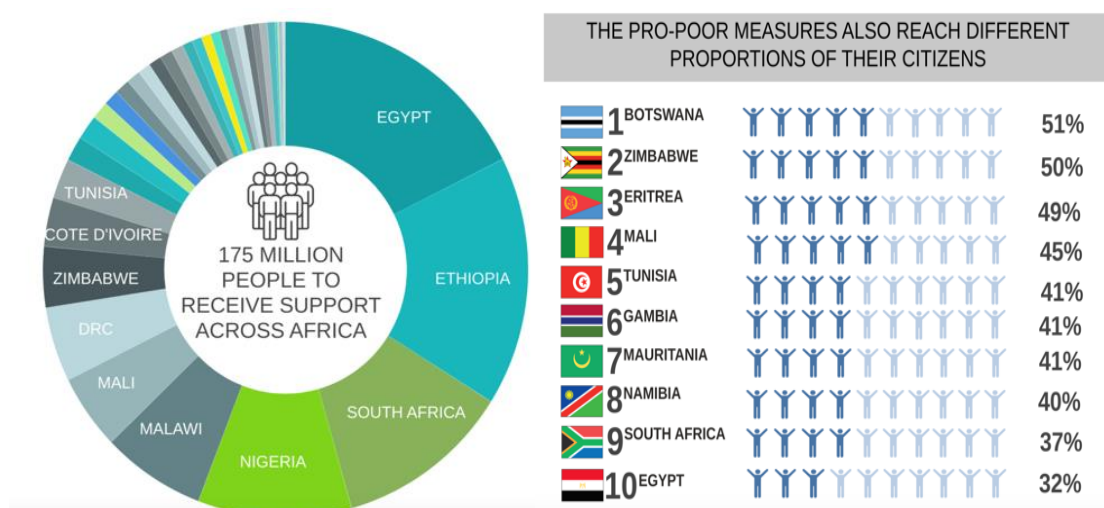
Como mostra a Figura 14, em alguns países, os gastos com essas medidas atingiram mais de 5% do PIB. No entanto, eles alcançaram em média 2,5% do PIB, o que - embora importante - está muito abaixo dos níveis de outros países e regiões, como a Ásia, estimado em 7%, e o G20, estimado em 11%<sup>xxxvii</sup>. Dito de outra forma, em geral, os países africanos planejavam gastar o equivalente a \$ 51 por pessoa no COVID-19 em 2020, se os gastos fossem uniformemente distribuídos pela população do continente.

**Figura 14: Gastos dos países africanos no apoio relacionado à COVID-19 para cidadãos e empresas como uma porcentagem do PIB em setembro de 2020<sup>xxxviii</sup>**



Além disso, informações públicas divulgadas por governos africanos sugerem que as medidas pró-pobres, com o objetivo de evitar o aumento da pobreza introduzido em 2020, visavam atingir mais de 175 milhões de africanos, muito mais do que os 40 milhões de pessoas que o Banco Mundial modelou como potencialmente em queda em extrema pobreza na África devido ao COVID-19<sup>xxxix</sup>. No entanto, essas medidas concentraram-se principalmente em países africanos relativamente mais ricos e atingiram diferentes números de cidadãos em cada país, e conforme mostrado na Figura 15.

**Figura 15: medidas pró-pobres dos governos africanos introduzidas em resposta à pandemia até junho de 2020<sup>xl</sup>**





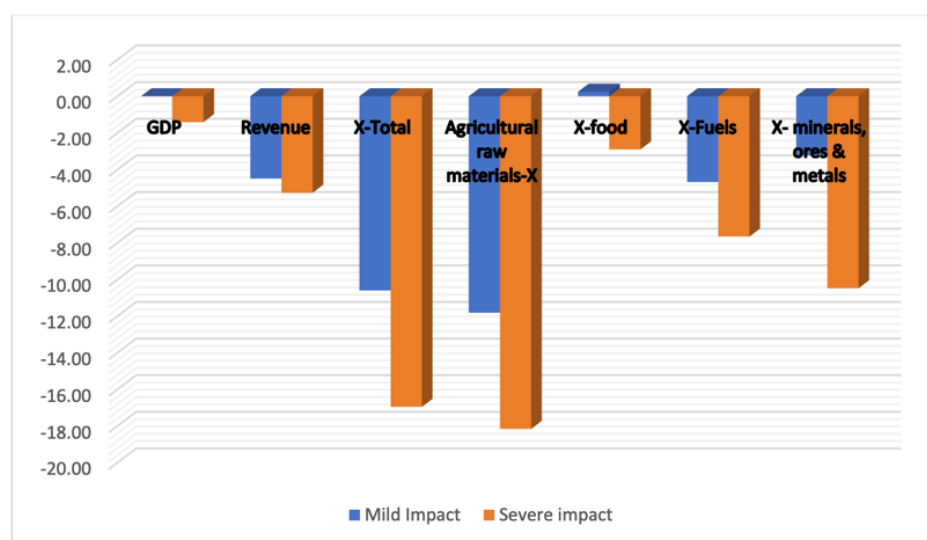
Além disso, os gastos do governo africano em outras medidas, como a infraestrutura tão necessária, também foram afetados. Na Zâmbia, os gastos em projetos de infraestrutura provavelmente diminuirão devido à pressão para reduzir atrasos, e há vários relatos de projetos paralisados, incluindo uma barragem de US \$ 450 milhões<sup>xii</sup>. Em contraste, na Nigéria, no início de junho de 2020, o governo propôs cortar o orçamento da saúde para 2020 em 43%, devido à queda nas receitas das exportações de petróleo<sup>xlii</sup>.

### Redução das receitas fiscais dos fluxos internacionais de bens, pessoas e finanças

O impacto da pandemia de COVID-19 nas receitas fiscais dos governos africanos também é significativo. Muitos países africanos dependem das exportações de commodities brutas, como petróleo bruto e minerais, e muitos também geram impostos de setores significativos do turismo<sup>xliii</sup>. As receitas do imposto de renda também são baixas, já que empregos são perdidos devido às recessões induzidas pela COVID-19 em muitos países africanos, como Mma Amara Ekeruche observou em sua entrevista com os autores, em referência à Nigéria.

As contrações do PIB global da COVID-19 resultaram em uma redução na demanda e nos preços de muitas commodities - incluindo petróleo e outras que são as principais exportações de alguns países africanos, e as perdas decorrentes de receitas fiscais que reduzem a capacidade do governo para alargar os serviços públicos necessários para responder à crise. Uma média regional de cerca de 5% nas perdas de receita pública foi estimada na África, com as exportações totais de mercadorias diminuindo em cerca de 17%<sup>xliv</sup>. Conforme mostra a Figura 16, as estimativas sugerem que as exportações na África cairão 10,6% sob o cenário de impacto moderado, que é em grande parte uma consequência de uma queda nas exportações de combustíveis seguida pelas exportações de alimentos. Um declínio significativo nos preços dos combustíveis causará perdas substanciais nas receitas do governo, conforme observado nos cenários de impacto moderado e severo. Esta recessão profunda verá ainda uma queda nas exportações totais da África em -16,7%, com as perdas de receita resultantes de até 5,3%. Um declínio significativo nas exportações de matérias-primas agrícolas seria prejudicial para as economias africanas, dependendo principalmente deste setor, como o Benim e a Gâmbia, entre outros. Quedas significativas de receita também surgiram no setor mineral para Serra Leoa (-7%), RDC (-6,2%), Gana (-4,6%) e Mali (-4%).

**Figura 16: Impactos estimados do cenário COVID-19 agregado no PIB africano, receita e desvio de% das exportações em relação à linha de base<sup>xlv</sup>**



Note: X = exports.

COVID-19 também levou a enormes reduções nas receitas do turismo, devido a bloqueios, fechamentos de fronteiras, restrições de viagens e medo de viajar, isso também prejudicou as receitas fiscais do governo africano - especialmente em países africanos com setores de turismo significativos. Conforme afirmado anteriormente, 14 países africanos dependem do turismo para pelo menos 10% do seu PIB, com cinco países dependendo do turismo para mais de 20% do seu PIB; Seychelles, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Maurício e Gâmbia<sup>xvii</sup>. Na África, houve uma diminuição de -87,4% na diminuição das chegadas internacionais em outubro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, e a previsão da Organização Mundial de Turismo da ONU para 2021-2024 estima que uma recuperação global para os níveis de 2019 de chegadas internacionais pode levar até 2,5-4 anos<sup>xviii</sup>.

O IDE para a África, embora apenas 2,9% do IDE global em 2019, é uma consideração importante com Egito, África do Sul, Congo, Nigéria, Etiópia e Nigéria, todos tendo fluxos de IDE no valor de mais de US \$ 2 bilhões naquele ano <sup>xviii</sup>. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) prevê que o investimento estrangeiro direto na África cairá de US \$ 51 bilhões em 2018, e US \$ 45 bilhões em 2019, para entre US \$ 25 bilhões e US \$ 35 bilhões em 2020, uma contração entre 25% a 40%, com recuperação não esperada até 2022<sup>xix</sup>.

### Desafios crescentes da dívida externa

A combinação da COVID-19 influenciou a redução do crescimento econômico, o aumento dos gastos do governo e a redução das receitas fiscais levou ao aumento do estoque da dívida e da dívida em relação ao PIB em todo o mundo, inclusive na África.

A COVID-19 aumenta, portanto, os riscos de crises de dívida soberana no continente se a dívida não for gerida de forma adequada. Como o AfDB relatou em seu Perspectivas Econômicas para a África (Suplemento de 2020), muitos países na África entraram no período de pandemia com altos rácios dívida / PIB existentes, que deverão aumentar ainda mais em até 10 pontos percentuais além da trajetória pré-COVID em 2020 e 2021<sup>i</sup>.

É importante, no entanto, contextualizar esses níveis de dívida. Primeiro, o contexto global. Em 2019, havia 64 países em todo o mundo que tinham uma relação entre dívida pública e PIB equivalente a mais de 60% do PIB. Um terço deles eram africanos. No entanto, em 2020, os únicos 12 países classificados como em ou em alto risco de sobreendividamento são todos africanos<sup>ii</sup>. Existe uma característica específica que diferencia as nações africanas? Não está claro.

Em segundo lugar, dentro das 55 economias de África, apenas 5 países africanos (especificamente Cabo Verde, Maurício, Moçambique, África do Sul e Tunísia) estão actualmente previstos para ver rácios dívida / PIB acima dos que viram no início dos anos 1990, quando uma anterior "crise da dívida africana" foi declarado. Estes países são frequentemente vistos como países africanos que podem 'bem gerir' a sua dívida, em comparação com a Zâmbia, por exemplo, cuja dívida está prevista para aumentar, mas não tão elevada quanto o seu rácio de pico de 261% do PIB na década de 1990 (até 2025)

Com base na nossa análise dos números, também existem apenas alguns países africanos com indicadores de aparência particularmente desafiadora, como níveis de dívida maiores do que o tamanho atual de suas economias (verdadeiro em apenas dois países africanos - Djibouti e Moçambique), 40% da sua dívida emprestada pelo sector privado (Maurício, Nigéria e Zâmbia) - muitas vezes emprestados em moedas estrangeiras, ou têm pagamentos de dívidas actuais representando mais de 15% da dívida em dívida (Maurício, Djibuti e Angola)<sup>iii</sup>. A grande maioria dos países da África sofre de falta de financiamento (barato) para aumentar o crescimento econômico e combater a pobreza .

Agora focalizamos em como evitar crises de dívida e, ao mesmo tempo, fornecer mais financiamento para o crescimento pode ser possível. Que opções os países africanos e parceiros internacionais têm?

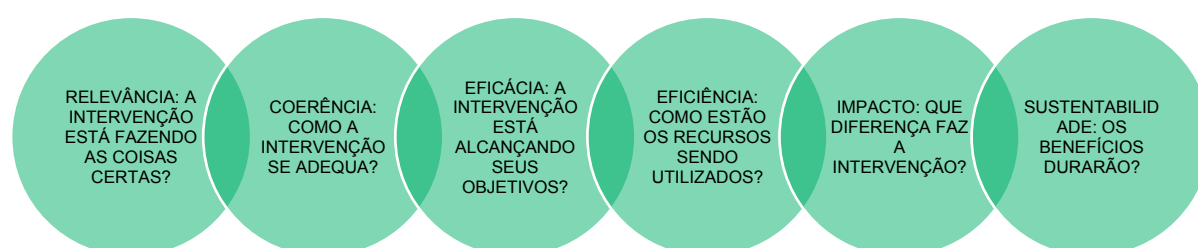


## SEÇÃO 5: AVALIANDO AS OPÇÕES

Antes de definir e analisar as opções, é importante primeiro definir como essas opções podem e devem ser avaliadas e comparadas. Em muitas avaliações gerais e corporativas de opções, métodos como a análise “Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças” (SWOT) são usados.

No desenvolvimento internacional, os doadores bilaterais e multilaterais frequentemente avaliam as opções de intervenções de desenvolvimento usando um conjunto de critérios, conforme mostra a Figura 17<sup>liii</sup>.

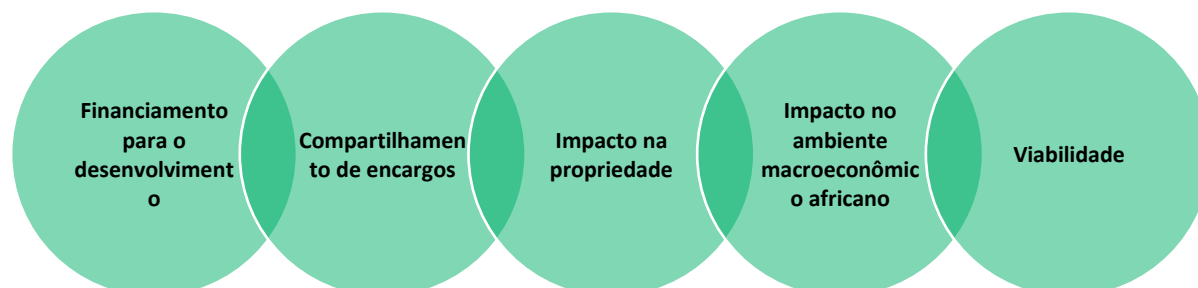
**Figura 17: Critérios de avaliação OECD DAC<sup>liv</sup>**



Embora ambas as estruturas sejam importantes, uma vez que estamos discutindo soluções de desenvolvimento de longo prazo, que podem envolver mais de uma intervenção e ações por aqueles dentro e fora do setor de desenvolvimento, decidimos criar um método de avaliação sob medida, com base em ambos os métodos de avaliação.

Especificamente, e tendo em mente a estrutura dos mercados de dívida existentes, conforme descrito na Seção 2, as lições aprendidas com as crises da dívida anteriores conforme estabelecido na Seção 3 e os desafios específicos que os países africanos enfrentam devido à COVID-19, conforme estabelecido na Seção 4, cada uma das opções é considerada e avaliada em relação aos seguintes cinco critérios principais, como mostra a Figura 18:

**Figura 18: Critérios de avaliação para as opções**



**1. Financiamento para o desenvolvimento: Até que ponto esta opção apóia ou prejudica as ambições de desenvolvimento econômico de longo prazo dos países africanos?**

É de extrema importância que as soluções incentivem empréstimos produtivos que promovam o desenvolvimento, preenchendo alta infraestrutura e lacunas de financiamento necessárias para atingir os ODS, conforme destacado anteriormente. Antes da pandemia de COVID-19, a África exibia grandes lacunas de financiamento para o desenvolvimento de infraestrutura - e, portanto, uma solução ideal precisaria ir além do alívio da dívida sozinha e ajudar a criar ambientes onde o acesso necessário para financiar as necessidades futuras seja incentivado. Na análise, este critério é pontuado de 1 (dificulta o desenvolvimento) a 10 (apoia o desenvolvimento).

**2. Compartilhamento de encargos: Como o ônus dos riscos relacionados à dívida recai entre devedores e credores?**

Em princípio, as soluções para os desafios do financiamento devem permitir, pelo menos, a divisão igual dos encargos entre devedores e credores, bem como dentro dos grupos de devedores e credores. Na verdade, este princípio já está, até certo ponto, incluído no sistema de ajuda. Por exemplo, por meio de "concessionalidade" de empréstimos (explicada na Seção 2). No entanto, dado que a pobreza tende a se concentrar nos países devedores (uma vez que os países mais ricos têm acesso a empréstimos internos), há um argumento de que a repartição dos encargos deve recair o menos possível sobre os devedores. Usamos este último argumento como referência para nossa avaliação. Assim, uma pontuação é dada para a divisão do ônus sobre o devedor, com 1 representando todo o ônus que recai sobre o devedor (problemático), e 10 significando que o ônus não recai sobre o devedor - em vez disso, recai sobre o credor ou possivelmente não todos. Como resultado, não distinguimos com este critério se recair sobre o credor ou não é melhor - exploramos este aspecto em termos de um critério separado (viabilidade - critério 5), no entanto, comentamos as implicações para cada opção individual.

**3. Impacto na propriedade: os países devedores perderiam a soberania?**

A eficácia da cooperação para o desenvolvimento inclui um critério de "propriedade" local ou do país, que explora o grau em que os países que recebem financiamento são capazes de direcionar o dinheiro para onde é mais necessário, em vez de, por exemplo, "restrições", "condições" ou credor visões sobre em que o dinheiro deve ser gasto ou como o dinheiro deve ser gasto (por exemplo, por meio de empresas do credor ou contratantes). Em princípio, as soluções para os desafios de financiamento devem ser aceitáveis e priorizar as necessidades e demandas soberanas dos governos, cidadãos e instituições dos países devedores, e não devem restringir a capacidade dos países devedores de direcionar para onde o dinheiro vai - quando possível. Na análise a seguir, isso é pontuado de 1 (prejudica fortemente a propriedade) a 10 (não prejudica a propriedade).

**4. Impacto no ambiente macroeconômico africano: Quão 'estável' é esta solução?**

Para uma solução realmente funcionar no longo prazo, ela precisa ser "estável" - e evitar criar problemas no resto da economia - por exemplo, se a solução aumentar a inflação (ou seja, preços mais altos) para bens, isso pode ser um problema porque tal inflação pode excluir as pessoas mais pobres da economia do acesso aos bens. Na análise a seguir, este critério é pontuado de 0, representando uma solução altamente instável, a 10, representando uma solução que melhora o funcionamento econômico geral do país, especialmente para os cidadãos mais pobres.

**5. Viabilidade: Qual é a probabilidade da opção realmente acontecer no futuro?**

É fundamental que as opções sejam praticáveis e alcançáveis. Se a solução exigir uma cooperação sem precedentes entre devedores ou credores, por exemplo, essa opção teria pontuação baixa (1 sendo inviável, 10 altamente fácil e rápido de implementar).



## SEÇÃO 6: AS OPÇÕES

A análise abaixo apresenta, explica e avalia dez soluções - três soluções utilizadas anteriormente (Opções 1-3), incluindo a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 (DSSI), introduzida em resposta à COVID-19, e sete outras soluções propostas inteiramente “novas” para consideração e implementação pelos leitores africanos e pela comunidade internacional (Opções 4-10).

Deve-se notar que as duas primeiras soluções analisadas (Opções 1-2) estavam relacionadas. Para resumir brevemente, a Opção 1, proeminente na década de 1980, envolveu novos empréstimos de instituições multilaterais a países devedores, mas com fortes condições vinculadas aos novos gastos e alguma extensão dos prazos de pagamento, mas sem baixas de dívidas. A iniciativa real de alívio da dívida (Opção 2), iniciada no final da década de 1980, foi combinada com novos empréstimos, das mesmas instituições que defendiam a Opção 1, mas com alguns ajustes no tipo e grau das condições. A primeira parte da amortização da dívida ao abrigo da Opção 2 envolveu apenas instituições bilaterais, mas acabou por ser alargada a instituições multilaterais na década de 1990, após a maior parte da Opção 1 ter sido implementada.

Outras opções definidas no documento não têm tais vínculos, embora seja inteiramente possível que tenham (e isso é discutido mais tarde na avaliação).

Além desta designação como “anteriormente utilizado” ou “novo”, as opções são apresentadas em nenhuma ordem particular.

A análise individual em relação aos 5 critérios descritos acima é apresentada no final de cada opção, e as “pontuações” agregadas são apresentadas no final de toda esta seção, antes de tirar conclusões e recomendações.

### Soluções usadas previamente

#### 1. Programas de ajuste estrutural (SAPs) de Bretton Woods (FMI / Banco Mundial)<sup>lv</sup>

Consistindo em empréstimos (empréstimos de ajuste estrutural; SALs) fornecidos pelo FMI e pelo Banco Mundial, conhecidos em conjunto como as instituições de Bretton Woods, para países que passaram por crises econômicas, os SAPs são um conjunto de reformas econômicas que um país deve aderir a fim de garantir um empréstimo das instituições de Bretton Woods. Os ajustes estruturais costumam ser um conjunto de políticas econômicas, incluindo a redução dos gastos do governo, a abertura ao livre comércio e assim por diante. Eles são projetados para encorajar o ajuste estrutural de uma economia, por exemplo, removendo o “excesso” de controles governamentais e promovendo a competição de mercado<sup>lvi</sup>.

Ao buscar soluções para a crise da dívida, os SAPs tiveram o efeito positivo de abrir os mercados de investimento estrangeiro e reduzir a inflação. Por outro lado, os SAPs têm agravado consistentemente os níveis de desemprego devido às altas taxas de privatização e redução do serviço público<sup>lvii</sup>. Os SAPs também levaram à negligência ambiental e ao declínio da qualidade nos setores de saúde, educação e infraestrutura. Muitos países do continente africano dependem da extração de recursos como fonte de exportações e esses países precisam de divisas para pagar o serviço da dívida. Quando programas de ajuste estrutural são introduzidos no mix, muitas operações são desregulamentadas e

recursos são explorados, com impacto destrutivo para a terra e as pessoas que dela vivem. Isso é observado facilmente em toda a África hoje.

Estabelece-se um ciclo vicioso em que as moedas das economias em desenvolvimento são fortemente desvalorizadas pela adoção de programas de ajuste que as tornam menos competitivas e incapazes de gerar valor real, levando à incapacidade de serviço da dívida existente ou do pagamento de juros e, como resultado, esses países têm que buscar opções de financiamento externo, reiniciando o ciclo de endividamento.

As duas instituições de Bretton Woods exigem que os países mutuários implementem certas políticas para obter novos empréstimos (ou reduzir as taxas de juros dos existentes). Essas políticas eram tipicamente centradas no aumento da privatização, na liberalização do comércio e do investimento estrangeiro e no equilíbrio dos déficits governamentais. As cláusulas de condicionalidade associadas aos empréstimos foram amplamente criticadas por seus efeitos sobre a competitividade, a soberania e o setor social, com alguns críticos argumentando que representavam ameaças financeiras ou mesmo chantagens e que as nações pobres não tinham escolha a não ser cumpri-las. Exemplos de políticas exigidas incluem:

- Desvalorizar suas moedas para reduzir déficits no balanço de pagamentos;
- Cortar empregos no setor público, subsídios e outros gastos para reduzir déficits orçamentários;
- Privatizar empresas estatais e desregularizar as indústrias controladas pelo estado;
- Flexibilizar as regulamentações para atrair investimentos de empresas estrangeiras;
- Fechar brechas fiscais e melhorar a arrecadação de impostos no mercado interno.

Os primeiros SAPs foram promulgados em países de baixa e média renda durante as crises da dívida da década de 1980. O México foi o primeiro país a implementar o ajuste estrutural em troca de empréstimos. Durante a década de 1980, o FMI e o Banco Mundial criaram pacotes de empréstimos para a maioria dos países da América Latina e da África à medida que viviam crises econômicas.<sup>lviii</sup> Desde então, eles são distribuídos principalmente para países da América Latina, Leste Asiático, Sul da Ásia e África, incluindo Colômbia, México, Turquia, Filipinas, Paquistão, Nigéria, Sudão e Zimbábue. Em 2018, a Índia era o maior beneficiário de empréstimos do programa de ajuste estrutural desde 1990.

Embora os SAPs não estejam mais em uso direto - é importante observar que os instrumentos do FMI (e do Banco Mundial) em uso hoje têm o potencial de (condicionalmente) introduzir os tipos de reformas mencionados acima.

Uma crítica clássica ao ajuste estrutural está nos cortes dramáticos nos setores de educação e saúde. Em muitos casos, os governos acabaram gastando menos dinheiro com esses serviços essenciais do que com o serviço de dívidas internacionais<sup>lix</sup>. Outras críticas incluem<sup>lx</sup>, mas não se limitam ao seguinte:

- Os críticos retratam os empréstimos condicionais como uma ferramenta do neocolonialismo. De acordo com esse argumento, os países ricos oferecem resgates aos pobres - suas ex-colônias, em muitos casos - em troca de reformas que abram os países pobres ao investimento exploratório de corporações multinacionais. Como os acionistas dessas empresas residem predominantemente em países ricos, a dinâmica colonial se perpetua, ainda que com soberania nacional nominal para as ex-colônias<sup>lxi</sup>. O FMI e o Banco Mundial fornecem assistência financeira aos países que a buscam, mas aplicam uma ideologia ou agenda econômica como pré-condição para receber o dinheiro. Por exemplo:



- o Eles prescrevem cortes, liberalização da economia e extração de recursos / mercados abertos orientados para a exportação como parte de seu ajuste estrutural;
  - o O papel do estado é minimizado;
  - o A privatização é encorajada, bem como a proteção reduzida das indústrias domésticas;
  - o Outras políticas de ajuste também incluem desvalorização da moeda, aumento das taxas de juros, flexibilidade do mercado de trabalho e eliminação de subsídios como os de alimentos;
  - o Para ser atraente para investidores estrangeiros, vários regulamentos e padrões são reduzidos ou removidos.
- Minar a soberania nacional<sup>lxii</sup>. Os países sob programa de ajuste estrutural têm menos liberdade política para lidar com choques econômicos, enquanto as nações ricas que fazem empréstimos podem acumular dívidas públicas livremente para enfrentar tempestades econômicas globais que muitas vezes se originam em seus mercados.
  - Os países pobres devem exportar mais a fim de levantar dinheiro suficiente para pagar suas dívidas em tempo hábil. Como há tantas nações sendo convidadas (ou forçadas) a entrar no mercado global - antes que possam estar econômica e socialmente estáveis e prontas - e orientadas a se concentrarem em safras e commodities semelhantes às de outras, a situação se assemelha a uma guerra de preços em grande escala . Isso pode fazer com que os recursos das regiões mais pobres se tornem ainda mais baratos, o que favorece os consumidores dos países mais desenvolvidos. Os governos então precisam aumentar as exportações apenas para manter suas moedas estáveis (o que pode não ser sustentável) e ganhar divisas com as quais ajudar a pagar as dívidas.

O impacto combinado dessas pré-condições nos países mais pobres pode ser devastador. Fatores como os acima podem levar a mais dificuldades para os PBR e mantê-los dependentes das nações desenvolvidas. O Quadro 4 ilustra esses desafios com o caso de Gana<sup>lxiii</sup>.

**Quadro 4: Gana e ajuste estrutural**

Em Gana, a implementação de ajustes estruturais envolveu a redução dos gastos do governo por meio de cortes nos serviços sociais e privatização de empresas estatais. Gana também aumentou sua produção e exportação de produtos básicos, como cacau e madeira, bem como exportações não tradicionais. O programa de reforma econômica de Gana foi financiado por mais de US \$ 6 bilhões em empréstimos do Banco Mundial e outras instituições.

Assim como outros países, o governo da época (Conselho Provisório de Defesa Nacional - PNDC) implantou o SAP em etapas. Entre 1983 e 1992, Gana implementou duas fases principais do SAP, descritas localmente como Programa de Recuperação Econômica Um (ERP I) e Dois (ERP II). ERP I (1983-1986) foi a primeira fase do programa, que teve como foco a ressuscitação da economia.

Os objetivos do ERP I eram numerosos, mas visavam essencialmente estabilizar a economia ganense. A estabilização pretendia travar a tendência de declínio da economia, em particular nos setores exportador e industrial. O ERP I tinha como objetivo aumentar as exportações e, ao mesmo tempo, desestimular as importações. A etapa é caracterizada pelo que tem sido descrito como a obsessão do PNDC em reduzir a inflação e a liberalização do câmbio como incentivo à exportação.

Na verdade, o ERP I foi um esforço para restaurar a disciplina fiscal, estimular economias e investimentos e diminuir os desequilíbrios domésticos e internacionais de Gana.

O ERP II (1987-1992) concentrou-se na consolidação dos ganhos obtidos no ERP I. Esta fase procurou integrar a estabilização e a reforma econômica. Objetivos de médio a longo prazo foram, portanto, definidos para atingir o seguinte: uma taxa de crescimento econômico de cerca de 5% ao ano através do aumento do investimento de cerca de 10% da renda nacional para 25%, aumentando a economia de 7% no final do ERP I para cerca de 15% até 1990, reforma do setor público por meio do Programa de Reforma das Empresas Públicas (PERP), redução dos gastos do governo, privatização de empresas estatais inadimplentes e estabelecimento de um programa para lidar com o custo social do ajuste, também conhecido como Programa para Mitigar os Custos Sociais de Ajuste.

**Avaliação da potencial utilização futura de SAPs adicionais**

Aspecto	Avaliação (1-10)	Observações
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	3	Apesar de fornecer empréstimos de alto volume, no passado os SAPs atrapalharam muitos aspectos do desenvolvimento.
<b>Repartição de encargos</b>	1	A carga recai fortemente sobre o mutuário.
<b>Impacto na propriedade</b>	2	O impacto sobre a soberania é significativo, com os governos tendo que abrir mão de ativos do estado, como serviços públicos, e fazer outras reformas políticas desafiadoras que não estejam de acordo com a política.

<b>Impacto no ambiente macroeconômico</b>	2	Há evidências significativas de que os SAPs criaram forte pressão inflacionária, aumentando a desigualdade, a incerteza e desestimulando o investimento doméstico e a poupança
<b>Viabilidade</b>	7	Com 40 anos de implantação, as instituições envolvidas têm mostrado que SAPs são viáveis. Politicamente, pode haver desafios para os governos dos países destinatários aceitarem novos SAPs, embora a nova terminologia possa tornar isso mais fácil.

## 2. Países Pobres Altamente Endividados e Iniciativas de Alívio da Dívida Multilateral

Na década de 1990 e no início de 2000, duas novas iniciativas foram introduzidas e implementadas pelos credores - oferecendo programas de cancelamento e alívio da dívida para países considerados em sobreendividamento.

### *Iniciativa de países pobres altamente endividados*

O Banco Mundial, o FMI e outros credores multilaterais, bilaterais e comerciais deram início à Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (HIPC) em 1996.

O programa foi elaborado para garantir que os países mais pobres do mundo não sejam oprimidos por cargas de dívida incontroláveis ou insustentáveis. A comunidade financeira internacional, incluindo organizações multilaterais e governos, deveria trabalhar em conjunto para reduzir a níveis sustentáveis o peso da dívida externa dos países pobres mais endividados.

### **Como foram escolhidos os países elegíveis?**

**Primeiro passo: ponto de decisão.** Para ser considerado para assistência da Iniciativa HIPC, um país tinha que cumprir as seguintes quatro condições:

1. Ser elegível para emprestar do Banco Mundial IDA, que fornece empréstimos sem juros e doações aos países mais pobres do mundo, e do Fundo de Redução e Crescimento da Pobreza do FMI, que fornece empréstimos a países de baixa renda a taxas subsidiadas;
2. Enfrentar uma carga de dívida insustentável que não pode ser tratada por meio de mecanismos tradicionais de alívio da dívida;
3. Ter estabelecido um histórico de reformas e políticas sólidas por meio de programas apoiados pelo FMI e pelo Banco Mundial; e
4. Ter desenvolvido um Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP). PRSPs foram os pacotes de reforma introduzidos após SAPs.

Depois que um país cumpriu ou fez progresso suficiente no cumprimento dos quatro critérios, os Conselhos Executivos do FMI e do Banco Mundial decidiram formalmente sobre sua elegibilidade para alívio da dívida, e a comunidade internacional se comprometeu a reduzir a dívida a um nível que considerasse sustentável. A decisão tomada pelos Conselhos pode incluir a necessidade de fazer mais reformas no país. Assim que um país ultrapassasse esta fase, ele poderia parar imediatamente de pagar o serviço da dívida devido.

**Segunda etapa:** ponto de conclusão. A fim de receber a redução total e irrevogável da dívida disponível ao abrigo da Iniciativa HIPC, o país teve que:

1. Estabelecer mais um histórico de bom desempenho no âmbito de programas apoiados por empréstimos do FMI e do Banco Mundial;
2. Implementar satisfatoriamente as principais reformas acordadas no ponto de decisão; e
3. Adotar e implementar seu PRSP por pelo menos um ano.

Assim que um país cumprisse estes critérios, poderia receber o alívio total da dívida comprometido na primeira etapa (ponto de decisão).

#### Onde o HIPC foi aplicado?

- 39 países foram inicialmente determinados como elegíveis ou potencialmente elegíveis para assistência da Iniciativa HIPC. 36 receberam alívio total da dívida do FMI e de outros credores após atingir os pontos de culminação.
- 3 países ainda não alcançaram seus pontos de decisão, conforme mostra a Figura 18.

**Figura 18: Lista de países que se qualificaram, são elegíveis ou potencialmente elegíveis e podem receber assistência de iniciativa HIPC (a partir de fevereiro de 2020)<sup>lxiv</sup>**

Países pós-ponto de conclusão (36)		
Afganistão	Etiópia	Mauritânia
Benin	Gâmbia	Moçambique
Bolívia	Gana	Nicarágua
Burkina Faso	Guiné	Niger
Burundi	Guiné-Bissau	Ruanda
Camarões	Guiana-Bissau	Ruanda
Camarões	Guiana	São Tomé & Príncipe
República da África Central	Haiti	Senegal
Chade	Honduras	Serra Leoa
Comoros	Libéria	Tanzânia
República do Congo	Madagascar	Togo
República Democrática do Congo	Malawi	Uganda
Costa do Marfim	Mali	Zâmbia
Países Pré-Ponto de Decisão (3)		
Eritreia	Somália	Sudão

#### Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI)

Para ajudar a acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Iniciativa HIPC foi suplementada pela MDRI em 2006.

A MDRI forneceu 100% de alívio em dívidas elegíveis ao FMI e MDBs, incluindo o BAD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial para os países que concluíram o processo da Iniciativa HIPC. Por exemplo, o valor total das dívidas estimadas do ADB canceladas sob a MDRI foi equivalente a US \$ 11,35 bilhões, em 25 países africanos.

O eventual acordo MDRI foi um acordo de compromisso entre os Estados Unidos e os europeus. Autoridades dos EUA alegadamente argumentaram que o custo do alívio da dívida multilateral poderia ser suportado pelas instituições e não exigia que os doadores contribuíssem com qualquer nova assistência. No entanto, outros credores acreditavam que as instituições deveriam ser compensadas pelo perdão da dívida para evitar o desvio de recursos potenciais que poderiam ser emprestados aos países mais pobres. Qualquer alívio da dívida, eles argumentaram, deveria ser adicional à assistência multilateral existente. O plano de compromisso implicava que os MDBs recebessem dinheiro novo de nações credoras para compensar suas reduções de dívida, enquanto o FMI absorveria o custo do alívio da dívida usando recursos internos. Por exemplo, o AfDB foi compensado "dólar por dólar" pelos reflexos anteriores do ADB relacionados com a IADM ao longo de um período de 50 anos IADM (2004 - 2054).

### Quais países eram elegíveis para a MDRI?

Todos os países que alcançaram o ponto de conclusão sob a iniciativa HIPC reforçada eram elegíveis para a MDRI. Além disso, para cumprir um requisito específico do FMI, que os recursos da instituição sejam usados de forma imparcial entre os seus membros, o Conselho Executivo do FMI concordou que todos os países membros (incluindo não-PPMEs) em ou abaixo de um limite de rendimento per capita de US \$ 380 também devem ser elegíveis. A Figura 19 fornece mais contexto sobre a lista de países elegíveis.

**Figura 19: Cobertura do país de elegibilidade para a MDRI<sup>ixv</sup>**

	<b>Elegível sob o “MDRI-I Trust” (renda pré-capita igual ou inferior a US \$ 380)</b>	<b>Elegível sob o “Fundo MDRI-II” (renda per capita acima de \$ 380)</b>
<b>Países que se beneficiaram de alívio HIPC / MDRI</b>		
“Ponto de conclusão” PPME: 36 países que alcançaram o ponto de conclusão ao abrigo da Iniciativa HIPC Reforçada	Afghanistan, Burkina Faso, Burundi, República da África, Chade, República Democrática do Congo, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Moçambique, Niger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Tanzânia, Togo, Uganda	Benin, Bolívia, Camarões, Comoros, República do Congo, Costa do Marfim, Guiné, Guiana, Haiti, Honduras, Mauritânia, Nicarágua, Senegal, Zâmbia
Países não-PPME (2) com renda per capita abaixo de \$ 380 e dívida pendente com o FMI	Camboja, Tajiquistão	
<b>Países potencialmente elegíveis condicionados ao ponto de conclusão da Iniciativa HIPC Reforçada</b>		
Chade: Na altura do seu ponto de conclusão PPME, o Chade já não tinha dívida elegível para a MDRI e, portanto, não se qualificava para a assistência do FMI à MDRI.		

Três países adicionais - Eritreia, Somália e Sudão - poderiam eventualmente ser considerados para alívio da dívida PPME, mas estes não têm qualquer dívida elegível para a MDRI. A Eritreia não tem obrigações pendentes com o FMI. A Somália e o Sudão prorrogaram atrasos ao Fundo e não teriam nenhuma dívida elegível à MDRI após a liquidação de seus atrasos.

Juntos, os programas HIPC e MDRI aliviaram 37 países participantes - 31 na África - de mais de US \$ 100 bilhões em dívidas.

### **Análise sobre a potencial utilização futura de mais alívio da dívida semelhante a HIPC / MDRI**

Aspecto	Avaliação (1-10)	Observações
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	5	O alívio da dívida como uma intervenção não fornece diretamente os meios para um maior desenvolvimento financeiro sustentável de longo prazo. É mais reativo. Em um aspecto, pode abrir alguma capacidade de carga de dívida no futuro, mas também pode prejudicar a reputação dos países (e a tomada de decisão de futuros credores), tornando mais difícil o acesso a novas dívidas.
	8	O ônus recai principalmente sobre os credores (embora possa haver algum ônus para os devedores vis-à-vis futuro acesso prejudicado à dívida).
<b>Repartição de encargos</b>	4	O alívio da dívida veio com certas condições, por exemplo, ter PRSPs que foram os sucessores dos SAPs. Os PRSPs não tinham requisitos tão rígidos, mas incluíam elementos de reforma do setor público.
	6	Normalmente melhora as condições macroeconômicas, no entanto, pode ter levado a um custo de capital mais alto por meio de expectativas de inadimplência futura (percepções de risco)
<b>Impacto na propriedade</b>	7	Essas iniciativas estão em prática há décadas e tanto credores quanto devedores entendem os requisitos.

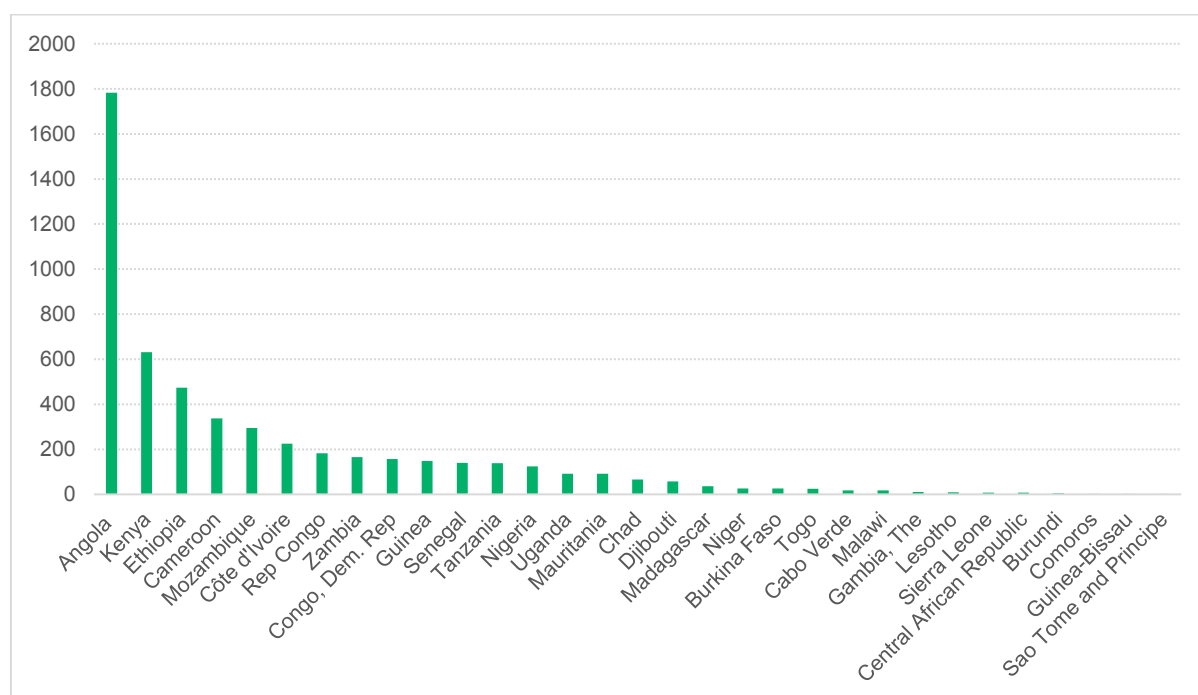
### **3. A resposta de alívio da dívida à COVID-19 de 2020**

Para reagir à COVID-19, os países africanos juntos reservaram um total de US \$ 68 bilhões até setembro de 2020<sup>lxvi</sup>, equivalente a 2,5% do PIB. Este foi um gasto extra imprevisto e, portanto, os governos tiveram que refazer o perfil de outras linhas orçamentárias, para obter “espaço fiscal”. Uma linha orçamental importante identificável foi o reembolso do serviço da dívida, incluindo o pagamento de juros. Para se ter uma ideia da escala, o total de pagamentos do serviço da dívida devidos por países africanos ao resto do mundo em 2018 foi de US \$ 76,6 bilhões - 1,1 vezes mais do que os orçamentos reservados.

Adiar esses pagamentos parecia a maneira certa de melhorar a situação, sem afetar a capacidade futura dos países de obter financiamento. O G20 - o grupo dos 20 países mais ricos do mundo incluindo a China - ofereceu assim apoio a 77 dos países mais pobres do mundo, 40 dos quais estavam na África, para adiar as dívidas que têm com os países do G20. Originalmente, essa suspensão da dívida foi oferecida até o final de 2020, mas desde então foi prorrogada até junho de 2021 e poderia ser prorrogada ainda mais. Dado o declínio relativo no financiamento bilateral de muitos países do G20 ao longo da última década ou mais (conforme discutido na Seção 3), agora 71,8% dos pagamentos do serviço da dívida bilateral com vencimento em 2020 e 2021 por nações africanas elegíveis para DSSI são devidos à China<sup>lxvii</sup>, e as estimativas sugerem mais pagamentos significativos vinculados ao Banco de Desenvolvimento da China<sup>lxviii</sup>.

Desde maio de 2020, o DSSI entregou cerca de US \$ 5 bilhões em alívio a mais de 40 países de um total de 73 países elegíveis.<sup>lxix</sup> Desde maio de 2020, o DSSI entregou cerca de US \$ 5 bilhões em alívio a mais de 40 países de um total de 73 países elegíveis.

**Figura 20: Economia potencial de DSSI para os países africanos participantes (em milhões de dólares)<sup>lxx</sup>**

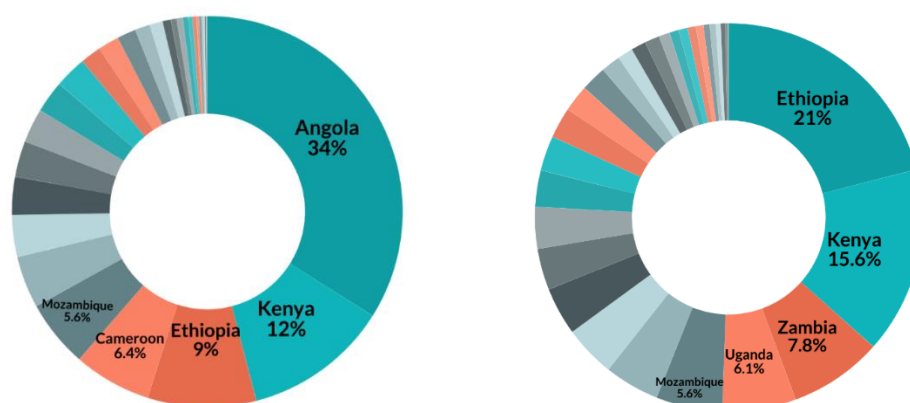


No entanto, o impacto da iniciativa de suspensão do G20 também é limitado por vários motivos:

1. O compromisso do G20 não se relacionava com o financiamento multilateral, que ainda exigia tais pagamentos, caso contrário, os países arriscariam ser inelegíveis para fundos futuros. Em vez disso, instituições multilaterais como o Banco Mundial e o FMI concederam novos financiamentos aos países por meio de instrumentos existentes, cujos valores e condições tiveram de ser negociados e aprovados país por país por seus respectivos conselhos. Além disso, a maior parte do novo financiamento multilateral consistiu em empréstimos que precisarão ser reembolsados dentro de 5 a 10 anos - não em doações<sup>lxxi</sup>;
2. O compromisso do G20 não se relacionava com os credores do setor privado (comerciais) dos países do G20, que ainda exigiam esses pagamentos, caso contrário os países seriam rotulados como "inadimplentes". Na verdade, em novembro de 2020, um país, a Zâmbia, não fez o pagamento e foi rotulado como tal. Até o momento, apenas um credor (semi) comercial concordou

- abertamente com um feriado de reembolso da dívida para qualquer país africano - o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) para a Zâmbia (valor não revelado);
3. O compromisso do G20 não se aplica a 15 países africanos por causa de limites de renda arbitrários, outros foram deixados de fora porque não cumpriram as condições de financiamento do Banco Mundial / FMI (ou seja, Sudão, Eritreia e Zimbábue, apesar de serem alguns dos países mais pobres do mundo) enquanto alguns dos 40 países africanos elegíveis também estavam preocupados em aderir à iniciativa devido ao potencial de serem rotulados como "inadimplentes" ou "afritos", simplesmente solicitando um feriado de pagamento; e
  4. O compromisso do G20 foi altamente inclinado no sentido de apoiar os países que tinham grandes pagamentos de dívida - não necessariamente aqueles que tinham mais desafios em termos de espaço fiscal (devido, por exemplo, ao crescimento mais lento) nem aos desafios de saúde da COVID-19. Por exemplo, como demonstra a Figura 21, 34% da dívida africana que foi adiada foi para Angola, embora Angola apenas represente 3% do total de casos de COVID-19 de países africanos DSSI (19.672 casos em 1 de fevereiro de 2021). Comparativamente, a Etiópia tem o maior número de casos em 135.594, mas sua suspensão da dívida equivale a apenas 9% do total da região.

**Figura 21: A proporção do alívio total disponível via DSSI para os países africanos beneficiários do DSSI por país<sup>lxxii</sup> (esquerda); proporção de casos COVID-19 em países africanos receptores de DSSI<sup>lxxiii</sup> (direita)**



5. O compromisso do G20 inicialmente se aplicava apenas a 2020.<sup>lxxiv</sup> Em novembro de 2020, foi prorrogado até junho de 2021. No entanto, o grau de incerteza que um compromisso de curto prazo cria pode ser suficiente para impedir que os governos utilizem totalmente o “espaço fiscal” criado. Os países do G20 disseram que vão decidir se mais seis meses de prorrogação são necessários em abril de 2021<sup>lxxv</sup>. De fato, os pagamentos do serviço da dívida devem ser maiores em 2021 do que em 2020, colocando mais pressão sobre os governos<sup>lxxvi</sup>.

### **Análise sobre a potencial utilização futura de mais suspensão da dívida DSSI**

Aspecto	Avaliação (1-10)	Observações
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	5	A suspensão da dívida como uma intervenção não fornece diretamente os meios para um maior desenvolvimento financeiro sustentável de longo prazo. Embora crie espaço fiscal imediato para o financiamento do desenvolvimento relacionado à COVID-19 (especialmente no que diz respeito à saúde), é mais uma reação de curto prazo. No entanto, nenhum alívio - “inadimplência” ou “angústia” pode afetar a elegibilidade para empréstimos futuros, portanto, o cenário contrafactual é



		importante ter em mente. O DSSI atual também cobre apenas uma proporção dos pagamentos do serviço da dívida efetuados.
	5	O ônus é de curto prazo para os credores, mas, no longo prazo, recai sobre os mutuários para encontrar os meios de fazer os pagamentos.
<b>Repartição de encargos</b>	6	Algum impacto sobre a propriedade devido ao fato de ter que ser elegível para financiamento multilateral e outros requisitos de transparência estabelecidos pelo G20 em um anexo à iniciativa.
	5	Cria espaço fiscal para evitar inadimplência, mas também pode criar maior risco à medida que os pagamentos futuros aumentam ou se vêm com condições de austeridade
<b>Impacto na propriedade</b>	10	Duas rodadas de DSSI já foram concluídas, com mais potencial em andamento, o que significa que é muito viável do ponto de vista de credores bilaterais. No entanto, ainda é inviável para a maioria do setor privado e credores multilaterais.

## Novas soluções propostas para reformar o sistema da dívida global para atender às necessidades da África:

### 4. Emissão / realocação de direitos de saque especiais

Os direitos especiais de saque (SDRs) foram criados pelo FMI em 1969 e pretendiam ser um ativo mantido em reservas de moeda estrangeira sob o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas. Criados em resposta às preocupações sobre as limitações de ouro e dólares como o único meio de liquidação de contas internacionais, os DES aumentam a liquidez internacional ao suplementar as moedas de reserva padrão. Alguns pontos-chave sobre SDRs:

- Os SDRs são definidos e mantidos pelo FMI.
- SDRs são unidades de conta do FMI, e não uma moeda em si. Eles representam uma reivindicação de moeda mantida por países membros do FMI pela qual podem ser trocados.
- Um SDR é essencialmente um instrumento monetário artificial usado pelo FMI e é construído a partir de uma cesta de moedas nacionais importantes.
- O FMI usa SDRs para fins contábeis internos.
- SDRs são alocados pelo FMI a seus países membros e contam com a plena fé e crédito dos governos dos países membros. A composição do SDR é reavaliada a cada cinco anos.
- Os DES são alocados aos países com base em suas cotas - que, por sua vez, são determinadas por suas participações no FMI. Portanto, a grande maioria dos DES são detidos pelos países mais ricos. Por exemplo, os países africanos juntos recebem aproximadamente US \$ 18,7 bilhões em SDRs. Para colocar isso em contexto, o total de SDRs alocados para os países africanos é equivalente a 9% das alocações de SDRs para os países do G20 juntos.

Desde que foram criados, sempre houve propostas - inclusive discutidas na ONU - para alocar SDRs desproporcionalmente aos países em desenvolvimento, como uma forma potencial de financiamento do desenvolvimento<sup>lxvii</sup>. No entanto, isso nunca foi feito. Em vez disso, os SDRs foram usados na aversão à crise - especificamente em torno da crise financeira global de 2008. Em setembro de 2009, após cinco meses de deliberação e em resposta às declarações do G20 em abril de 2009, um SDR 187,2 bilhões adicional foi criado (equivalente à nova criação de US \$ 117 bilhões - e equivalente a mais de duas vezes o valor dos SDRs alocados para os EUA, ou pouco mais da metade do valor dos SDRs atribuídos ao G20), a fim de injetar liquidez na economia global e aliviar a pressão financeira. Como a nova alocação foi distribuída de acordo com a cota, os países maiores acionistas do FMI foram os que mais se beneficiaram com a nova alocação.

Devido à COVID-19, surgiram duas propostas em relação aos SDRs.

Uma proposta é realocar uma quantidade substancial de SDRs detidos por países que não precisam deles agora para países de baixa e média renda que precisam deles - incluindo países africanos. Por exemplo, nem todos os países "usaram" a liquidez extra injetada em 2009. Alguns países têm "reservas" adicionais de títulos de SDRs, que poderiam ser doados sem prejudicar sua moeda.

A segunda proposta é que o FMI instigue uma nova emissão, como foi feito em 2009. Houve propostas para uma nova emissão de pelo menos US \$ 500 bilhões a US \$ 2 trilhões equivalentes a uma nova emissão de SDRs em resposta à COVID-19, que é significativamente maior do que o valor de 2009.

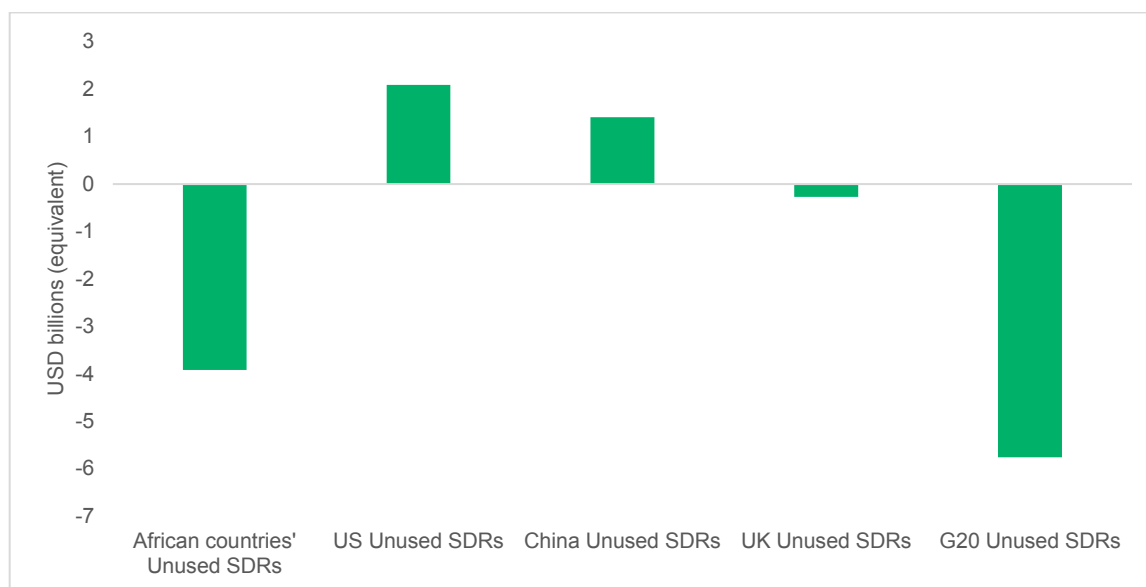
Em termos gerais, como um recurso incondicional alocado de forma transparente, ambas as propostas poderiam fornecer os seguintes benefícios:

- Isso poderia atuar como uma resposta econômica à dívida, liquidez e pressões financeiras relacionadas à COVID-19, sem expor os países africanos (em particular) aos riscos de rebaixamentos das classificações de crédito ou acesso restrito ao capital privado.
- A nova emissão de SDRs aumentaria os níveis de divisas dos países africanos, reduziria a exposição dos países africanos à taxa de câmbio e à volatilidade dos preços das commodities, melhorando simultaneamente a confiança dos investidores.
- Poderia beneficiar os países africanos de baixa renda qualificados para o DSSI, bem como aquelas nações que são inelegíveis e / ou optam por sair do esquema DSSI.
- A emissão de SDR reduziria o risco de problemas de liquidez nos países africanos e lhes daria meios financeiros para enfrentar a pandemia e seus efeitos, quando seus governos não têm espaço fiscal nem privilégio de emitir moedas de reserva.

No entanto, não está claro se alguma dessas propostas seria suficiente.

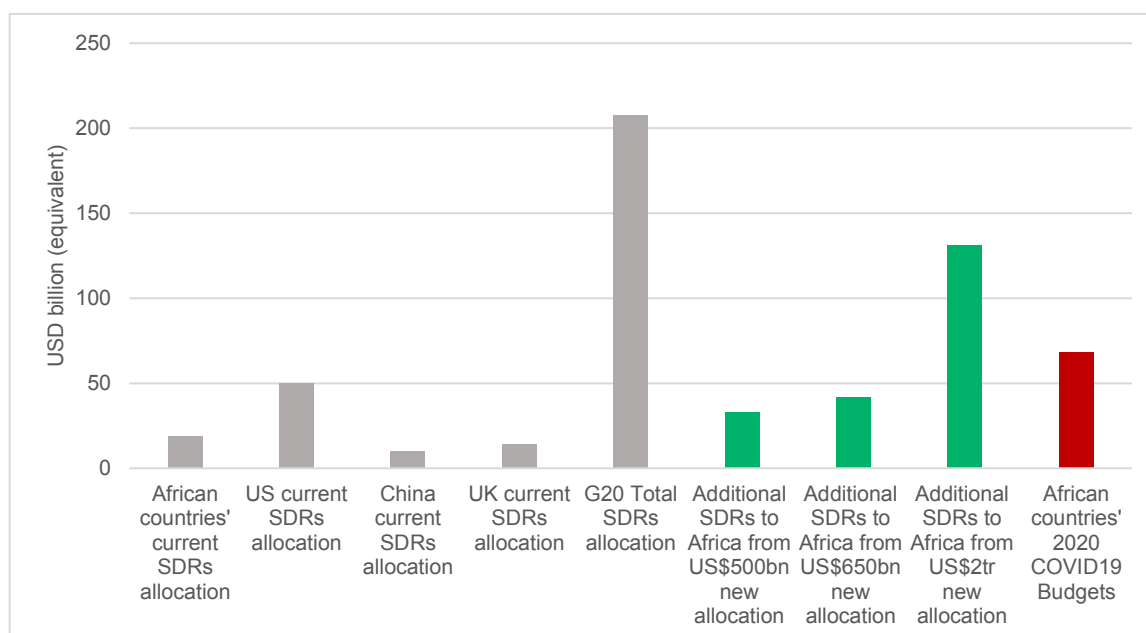
No que diz respeito à realocação, embora alguns países do G20, como os EUA, China e Japão tenham algumas reservas, outros usaram suas alocações de tal forma que as participações gerais do G20 são maiores do que as alocações (ou seja, vários países do G20 tomaram empréstimos contra suas alocações) Além disso, os valores não são particularmente significativos - o superávit dos 5 países do G20 chega a pouco mais de US \$ 6,3 bilhões, embora possa ser potencializado se combinado com outros instrumentos concessionais do FMI.

**Figura 22: SDRs não utilizados de diferentes países em relação à África<sup>lxxviii</sup>**



A Figura 23 abaixo mostra simulações da alocação resultante de tais “grandes” emissões de SDR para os países africanos em agregado, em comparação com os orçamentos da COVID-19 reservados pelos países africanos em 2020. Como é claro, uma vez que os 55 países africanos no total são responsáveis por apenas 7% das alocações do FMI, o resultado de algumas alocações bastante grandes são insuficientes por conta própria para atender às necessidades de financiamento africano de curto prazo.

**Figura 23: Alocações de SDRs de diferentes países e novas emissões versus orçamentos africanos para a COVID-19<sup>lxxix</sup>**



Existem também prós e contras em ambas as abordagens, especialmente no que diz respeito à viabilidade. Em particular, a emissão de novos SDRs requer uma resolução do Conselho do FMI adotada por uma maioria de 85% dos votos. Os Estados Unidos sozinhos têm 16,5% dos votos, e qualquer coisa maior que 650 bilhões de alocação requer a aprovação do Congresso<sup>lxxx</sup>. Assim, 650

bilhões podem atuar como um teto não oficial. Também é improvável que a aprovação do Congresso seja necessária para a realocação.

Em termos de viabilidade, especialmente no que diz respeito à realocação de SDR (primeira proposta), as linhas de swap bilaterais podem desempenhar um papel. Em 2018, China e Nigéria anunciaram um swap de três anos de RMB 15 bilhões (equivalente a US \$ 2,3 bilhões), visando, inter alia, disponibilizar liquidez em suas respectivas moedas para a facilitação e promoção do comércio e investimento entre os dois países. Esses tipos de linhas de swap pela China ou outros parceiros com países africanos com desafios cambiais relacionados ao comércio podem ser estendidos ainda mais, por exemplo, imediatamente após uma nova alocação de SDR.

Outra possibilidade é que, com uma nova alocação de SDR, os países de alta renda poderiam doar reservas não-SDR, equivalente à sua parcela da nova alocação, para um novo fundo de propósito especial para apoiar países africanos e / ou outros países de baixa renda que precisam de apoio,<sup>lxxxix</sup> - como, por exemplo, discutido na Opção 8 mais abaixo. Uma outra possibilidade é alocar não SDRs para ampliar os instrumentos existentes do FMI para depois desembolsar para países de baixa renda, como o Poverty Reduction and Growth Trust<sup>lxxxii</sup>. No entanto, isso levanta desafios em relação à condicionalidade / austeridade, conforme discutido na Opção 1 anteriormente.

Por fim, também há opiniões de que uma democratização mais duradoura dos DES abriria o poder dos bancos centrais além dos países que possuem as principais moedas de reserva internacionais. A pandemia destacou as desigualdades globais em muitas frentes - inclusive na atual arquitetura financeira global. Reformar isso prepararia melhor os governos na África e em todo o mundo para a mitigação e gestão de crises futuras.

### **Análise sobre a potencial utilização futura da emissão / realocação de SDRs**

<b>Aspecto</b>	<b>Avaliação (1-10)</b>	<b>Observações</b>
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	6	SDRs já foram e atualmente estão sendo considerados como uma solução de curto prazo, no entanto, em princípio, sua alocação também pode ser usada como uma medida de longo prazo.
<b>Repartição de encargos</b>	8	O ônus da realocação ou nova emissão recairia, em particular, sobre os países que detêm a maioria dos SDRs no FMI.
<b>Impacto na propriedade</b>	7	A emissão de SDRs teria pouco ou nenhum impacto sobre a propriedade, pois não há meios atuais de reter SDRs para certos países com base em certas condições, ou "ressalvas" anexadas.
<b>Impacto no ambiente macroeconômico</b>	8	Altamente provável de melhorar as condições macroeconômicas, permitindo flexibilização quantitativa doméstica e reduzindo as taxas de juros para a atividade dos setores público e privado
<b>Viabilidade</b>	5	Alguns países - incluindo a China - já instaram o FMI a considerar uma nova alocação. No entanto, os Estados Unidos, por exemplo, atualmente objeta <sup>lxxxiii</sup> . Não está claro se a redistribuição pode ser viável.

## 5. Reforma / regulamentação da análise de percepções de risco do setor privado

Todos os países - incluindo os países africanos - estão sujeitos à análise de percepções de risco, por vários atores, tanto do setor privado como intergovernamental. Qualquer índice ou avaliação de certas capacidades traz consigo um julgamento de risco ou oportunidade. Muitos países competem para ser "mais altos" em certas classificações, por exemplo, o Índice de Facilidade de Fazer Negócios do Banco Mundial é amplamente utilizado pelo setor privado<sup>lxxxiv</sup>, embora, conforme mencionado nas seções anteriores, o CPIA do Banco Mundial é frequentemente usado por doadores bilaterais para decidir as prioridades dos países para ajuda e empréstimos<sup>lxxxv</sup>.

As agências de classificação de crédito (CRAs) são organizações que fazem isso de maneira profissional e independente. Na verdade, um de seus principais benefícios é que não pertencem (e, supostamente, não são controlados) por atores estatais. Existem três CRAs em particular que dominam a indústria sob a designação de Organizações de Classificação Estatística Reconhecidas Nacionalmente dos Estados Unidos (NRSROs) e desenvolveram o que equivale a um oligopólio global na indústria. São eles: Standard & Poor's Credit Market Services (S&P), Moody's Investor Service e Fitch Inc. A Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) em 1975 criou o conceito de NRSROs para designar agências cujas classificações de crédito obedeceriam às orientações para investidores interesses conforme declarado pela SEC<sup>lxxxvi</sup>. Sendo participantes do mercado, e embora eles (CRAs) afirmem rotineiramente que são editores apenas de opiniões financeiras, suas classificações de crédito são muito mais valiosas do que as opiniões de governos, multilaterais ou dos editores financeiros e jornalistas mais proeminentes<sup>lxxxvii</sup>, com ampla influência global nas decisões da dívida - incluindo aquelas feitas para os países africanos.

Nas últimas duas décadas, mais países africanos conseguiram aderir ao sistema de dívida soberana<sup>lxxxviii</sup>. No início da década de 1990, havia apenas um país africano com classificação de crédito soberana - África do Sul<sup>lxxxix</sup>. Mesmo tão recentemente quanto 2006, 28<sup>xc</sup> países africanos foram "não avaliados". Agora, 32 dos 55 países africanos têm uma ou mais classificações das três CRAs<sup>xc</sup>. Os resultados das análises de CRA são disponibilizados aos investidores, gestores de carteiras e outros atores do buy / sell-side do mercado financeiro. Por meio de "perspectivas" e "relógios" de crédito, os reguladores financeiros e legisladores cada vez mais tomam decisões com base em critérios de classificação de crédito. Os padrões mínimos de qualidade de investimento e a elegibilidade dos emitentes de dívida para acesso a instrumentos financeiros são influenciados por essas classificações e isso significa que as CRAs têm um papel quase regulatório no mercado de títulos<sup>13</sup>. Nesse sentido, as classificações têm sido úteis para os países africanos, permitindo-lhes garantir certos tipos de financiamento do setor privado, bem como reduzir alguns dos riscos e, portanto, os custos de empréstimos do setor privado internacional.

No entanto, existem quatro desafios principais que as CRAs representam para os países africanos em particular.

Em primeiro lugar, a influência global dos CRAs foi colocada em primeiro plano após a crise financeira de 2008 devido às deficiências das estruturas regulatórias financeiras e dos investidores cujos critérios de decisão estão embutidos nas classificações de crédito<sup>xcii</sup>. Um relatório de crise financeira do Congresso dos EUA de 2011 descobriu que a Moody's e a S&P desencadearam a crise de 08 'quando foram forçadas a rebaixar a classificação de crédito inflada que haviam inicialmente atribuído a títulos lastreados em hipotecas de baixo desempenho<sup>xciii</sup>. Também foi demonstrado durante a crise financeira asiática de 1998 que as CRAs podem reforçar os ciclos de expansão e queda das economias onde os mercados de capitais reagem às classificações em termos de investimentos e níveis de crédito que,

então, influenciam sistematicamente as classificações geralmente para as piores no caso das economias em desenvolvimento<sup>19</sup>.

Em segundo lugar, uma questão específica gira em torno do modelo de negócios predominante de 'emissor-pagador' envolvendo CRAs sendo pagos diretamente por emissores de dívida que eles, por sua vez, avaliam, um conflito de interesses desde os anos 1970. Além disso, aproximadamente 90% das receitas de CRA vêm de devedores que pagam por classificações com taxas de serviço que chegam a US \$ 2,4 milhões<sup>xci</sup>. O conflito de interesses é ainda expresso através da 'porta giratória' de funcionários entre agências de notação de crédito e outras instituições financeiras. Por exemplo, a WorldCom teve o mesmo diretor atuando na Moody's e recebeu boas classificações, embora seus títulos estivessem em classificações de grau de não investimento<sup>18</sup>. A implicação aqui é que os países com perfis de dívida insatisfatórios pagam pelas classificações e o modelo indireto de "pagar para ganhar" ainda os deixa em uma situação de perder ou perder, porque a nova classificação negativa subverte quaisquer chances de recuperação sustentada do ponto de vista financeiro.

Terceiro, as agências de classificação de crédito usam consistentemente várias variáveis empíricas para determinar 90% das variações nas classificações de crédito, incluindo, mas não se limitando a; PIB per capita, crescimento do PIB, inflação, a proporção de reservas de moeda estrangeira exceto ouro para importações, a proporção do saldo da conta corrente para o PIB e histórico de inadimplência da dívida, bem como o nível de desenvolvimento econômico. Além disso, as classificações dos países em desenvolvimento são afetadas negativamente por mais duas variáveis - aumentos nas taxas de juros internacionais e a estrutura das exportações e sua concentração<sup>xci</sup>. Isso significa que, por definição, os países africanos ficam em desvantagem no que diz respeito à sustentabilidade da dívida, considerando as condições em que surgiram suas classificações de crédito, principalmente durante os anos 2000, após o alívio da dívida e os esforços de ajuste estrutural.

Quarto, as políticas futuras das economias em desenvolvimento são afetadas por rebaixamentos na classificação de crédito, à medida que o acesso ao crédito é ainda mais limitado e o custo do empréstimo aumenta. As políticas reformistas para tratar de problemas estruturais podem não afetar as classificações ou até mesmo seguir na direção oposta. De fato, para evitar mais rebaixamentos, os países freqüentemente buscam políticas para atender às preocupações dos credores de curto prazo em detrimento do desenvolvimento sustentável de longo prazo, mantendo-os em um ciclo vicioso de despriorização de soluções estruturais para políticas imediatas de ajuda imediata. Como um exemplo importante durante o COVID-19, os CRAs foram criticados pela ONU por rebaixar quatro países africanos imediatamente após aderir à iniciativa DSSI, estimulando assim prêmios de risco mais elevados<sup>xcii</sup>. Outros inicialmente não aderiram ao DSSI por medo de que suas avaliações fossem rebaixadas<sup>xciii</sup>. O Conselho de Estabilidade Financeira dos EUA publicou "Princípios para Reduzir a Dependência de Ratings CRA" em outubro de 2010 e observou que as classificações de crédito estão interligadas com julgamentos regulatórios / de investimento, o que significa que pequenas mudanças de classificação dão início a grandes vendas, piorando assim as situações já ruins<sup>xciv</sup>.

Parcialmente como resultado desses quatro desafios, a crise COVID-19 inspirou o Mecanismo de Avaliação por Pares da União da África (APRM) a lançar seu primeiro relatório de revisão de classificação de crédito soberano. As principais críticas levantadas contra os CRAs são: falta de concorrência, falta de responsabilidade e gatilhos de classificações (ou seja, rebaixando as classificações de um país, a liquidez pode ser comprometida, causando perda de confiança do investidor e rebaixamento na qualidade de crédito).

As propostas para lidar com questões relacionadas ao CRA deveriam, de maneira ideal, abordar os benefícios relacionados ao conflito de interesses e impor uma ameaça real de responsabilidade em casos de má conduta. Algumas estruturas foram postas em prática para lidar com conflitos de

interesses (especialmente o modelo de "emissor-pagador"), embora a adesão seja insignificante. Planos concretos também poderiam ser feitos para reduzir o excesso de confiança dos investidores nas classificações e para quebrar a situação de oligopólio, que pode ser considerada anticompetitiva, especialmente nas economias reais de países "em desenvolvimento", especialmente africanos, onde poucas outras entidades tem poderes.

### Provedores de índice

Da mesma forma, nos últimos anos, com o rápido crescimento do investimento passivo em fundos de rastreamento, o papel dos provedores de índice no cenário financeiro dos países africanos é significativo. Anteriormente, os investidores doavam seu dinheiro para fundos em que um gestor de fundos bem pago selecionava ações (ou títulos) com o objetivo de produzir retornos acima da média - para "vencer" o mercado no jargão financeiro. Mas agora mais e mais investidores investem em fundos passivos baratos (que compreendem fundos negociados em bolsa e fundos mútuos de índice) que apenas rastreiam os índices financeiros. Ao contrário dos fundos geridos ativamente, no entanto, a indústria de fundos de índice passivos é caracterizada por enormes economias de escala - em termos de tecnologia, não é uma grande diferença se um fundo passivo tem US \$ 10 milhões ou US \$ 10 bilhões em ativos sob gestão. BlackRock, Vanguard e State Street dominam os fundos passivos como os "Três Grandes" e delegam efetivamente suas decisões de investimento a um pequeno grupo de provedores de índices, que possuem, constroem e mantêm os principais índices de referência globais - S&P Dow Jones, MSCI e FTSE Russell.

A reclassificação entre diferentes índices pode ter impactos significativos nos fluxos de capital de um país. Por exemplo, passando do Índice de Mercados de Fronteira do MSCI, rastreado por ativos no valor de US \$ 14 bilhões, para seu índice de Mercados Emergentes, que serve como referência para ativos sob gestão no valor de US \$ 1,8 trilhão. A Turquia foi colocada em uma "lista de observação" para possível exclusão do Índice de Mercados Emergentes do MSCI. Espera-se que isso desencadeie cerca de US \$ 5 bilhões em saídas totais de ações turcas, incluindo cerca de US \$ 2-3 bilhões de fundos de investimento passivos que rastreiam automaticamente o índice.

A tomada de decisão dos fornecedores de índice na classificação de quais índices se baseia em suas próprias avaliações de critérios, como acessibilidade ao mercado e é baseada em medidas qualitativas que o MSCI (e outros fornecedores de índice) analisa para todos os mercados pelo menos uma vez por ano, dando aos fornecedores de índice uma alto grau de discricionariedade e "amplo espaço para julgamento subjetivo sobre se certos países devem ser considerados mercados fronteiriços ou emergentes,<sup>xcix</sup>" exercendo assim uma influência significativa.

### **Análise sobre a potencial utilização futura da reforma / regulamentação das análises de risco do setor privado**

Aspecto	Avaliação (1-10)	Observações
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	6	A reforma de como o crédito dos países africanos é classificado pode ser muito importante para seu futuro acesso à dívida e futuro caminho de desenvolvimento.
<b>Repartição de encargos</b>	10	A reforma dos intermediários no sistema global de dívida, ao contrário dos próprios credores ou devedores, não deve impactar o equilíbrio da repartição de encargos.

<b>Impacto na propriedade</b>	8	Essa opção apresenta muito pouco impacto sobre a propriedade e, de fato, pode levar a um aumento da soberania, visto que os países são capazes de combater as percepções negativas de risco com mais facilidade.
<b>Impacto no ambiente macroeconômico</b>	6	Mudar o custo do empréstimo por meio de uma melhor avaliação de risco pode reduzir as taxas de juros para a atividade dos setores público e privado
<b>Viabilidade</b>	3	Mudanças importantes nesta parte fundamental da infraestrutura financeira internacional dominante serão difíceis - as CRAs são essenciais para a continuidade do status do dólar americano como moeda dominante no mercado financeiro global. A discussão sobre fornecedores de índices ainda é imatura. No entanto, a regulamentação é possível, por exemplo, nos mercados dos EUA ou do Reino Unido, onde a maioria das CRAs opera.

## 6. Reforma dos quadros de sustentabilidade da dívida estabelecidos

O FMI e o Banco Mundial juntos aprovaram um novo Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixa Renda (PBR-DSF) em 2017, com o quadro “projetado para orientar as decisões de empréstimos dos PBR de uma forma que corresponda às suas necessidades de financiamento com o reembolso atual e futuro capacidade” e “ajudar a orientar os países e doadores na mobilização do financiamento das necessidades de desenvolvimento dos PBR, ao mesmo tempo que reduz as chances de um aumento excessivo da dívida no futuro<sup>c</sup>.”

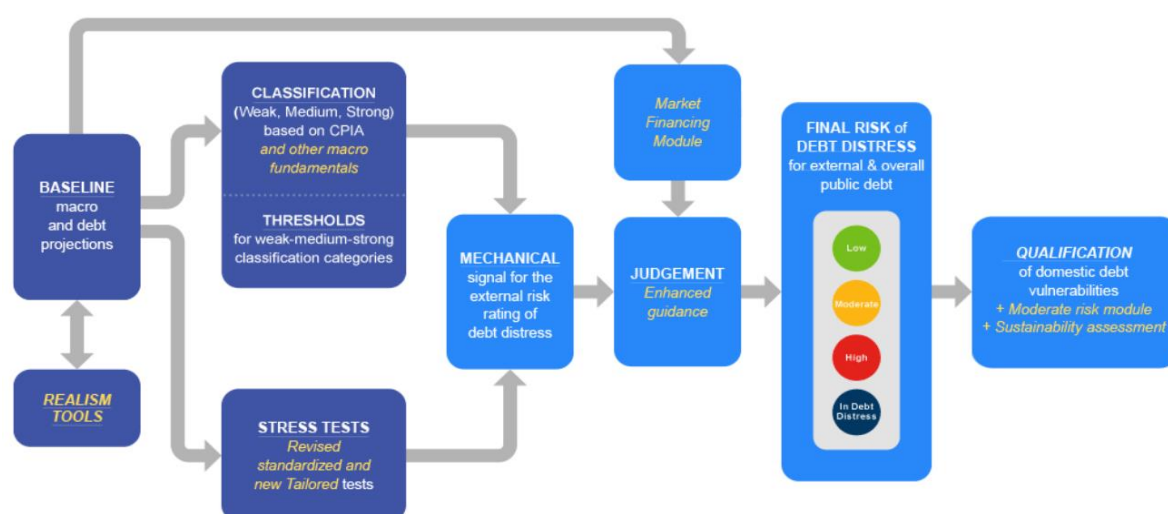
Ao abrigo deste quadro, o FMI define actualmente a sustentabilidade da dívida da seguinte forma: “a dívida pública de um país é considerada sustentável se o governo for capaz de cumprir todas as suas obrigações de pagamento actuais e futuras sem assistência financeira excepcional ou em situação de inadimplência<sup>ci</sup>.”

Conforme observado anteriormente, entretanto, a análise da sustentabilidade da dívida é conduzida exclusivamente para os países pobres. A análise segue o gráfico mostrado na Figura 24 e consiste em:

- um indicador composto para avaliar a capacidade de carga da dívida do país com base em um conjunto de fatores globais e específicos do país (incluindo a força institucional usando a pontuação CPIA do Banco Mundial);
- ferramentas de realismo para facilitar um exame mais detalhado das projeções da linha de base;
- uma análise prospectiva padronizada da dívida e da dinâmica do serviço da dívida sob um cenário de base e em face de choques plausíveis, em que a escala e as interações dos choques são calibradas com a experiência do país;
- testes de estresse adaptados para avaliar melhor os riscos específicos do país decorrentes de passivos contingentes (consistentes com a cobertura da dívida do setor público), desastres naturais, preços voláteis de commodities e choques de financiamento de mercado; e
- módulos que fornecem uma caracterização mais rica das vulnerabilidades da dívida (da dívida interna e financiamento de mercado) e melhor discriminação entre os países dentro da categoria de risco moderado.



**Figura 24: Diagrama do processo LIC-DSF<sup>cii</sup>**



As avaliações são calibradas com referência a episódios anteriores de sobreendividamento para grupos de países com características econômicas semelhantes. As calibrações levam a limites de análise de sustentabilidade da dívida para os principais indicadores da dívida pública que sinalizam maior risco se esse indicador exceder (ou se espera que exceda) seu limite”, mas também pode ser “baseado na experiência histórica”. As estruturas do FMI consideram o grau de incerteza nas projeções da dívida e dos indicadores do serviço da dívida por meio de gráficos em leque e testes de estresse.

O FMI (e o Banco Mundial) argumentam que as principais conclusões empíricas mostram que os países de baixa renda com melhores políticas, instituições, ativos e perspectivas macroeconômicas podem sustentar níveis mais altos de dívida externa. O DSF, utilizando a estrutura do CPIA, classifica os países em uma das três categorias de capacidade de carregamento da dívida (forte, médio e fraco). Correspondendo a essas categorias, a estrutura estabelece três limiares indicativos e uma referência para cada um dos cinco indicadores de carga da dívida (avaliados em termos de PIB, exportações e receitas). Limites correspondentes a fortes executores de políticas são os mais altos.

**Figura 25: Limiares e benchmarks do ônus da dívida sob o LIC-DSF<sup>ciii</sup>**

	PV of external debt in percent of		External Debt service in percent of		PV of total public debt in percent of
	PIB	Exportações	Exportação	Receita	PIB
Fraco	30	140	10	14	35
Médio	40	180	15	18	55
Forte	50	240	21	23	70

Com base nesses limites e indicadores de referência, conforme mostrado na Figura 25, a análise de sustentabilidade no PBR-DSF fornece uma avaliação do risco de sobreendividamento externo e geral com base em quatro categorias:

- Baixo risco (quando não há violação dos limites);
- Risco moderado (quando os limites são violados em cenários de risco);
- Alto risco (quando os limites são violados no cenário de linha de base);
- Em situação de sobreendividamento (quando um evento de dificuldade, como mora ou uma reestruturação, ocorreu ou é considerado iminente).

Existem vários problemas com essa abordagem, tanto estrutural quanto analiticamente.

Em primeiro lugar, e estruturalmente, uma grande preocupação é a restrição à avaliação apenas dos países pobres, o que significa que, por padrão, os países africanos desproporcionalmente são avaliados publicamente como “em risco de sobre-endividamento” em comparação com o resto do mundo. Conforme observado anteriormente na Seção 4, no início de 2021, os únicos 12 países dos 64 países globalmente com níveis de dívida pública superiores a 60% em 2019 que o FMI classificou como de “alto risco de” ou já “sobreendividados” eram africanos. Isso por si só fornece um sinal negativo para investidores e outros sobre o potencial de desenvolvimento em países mais pobres (africanos) e pode impactar negativamente seu potencial futuro acesso a financiamento (barato) para o desenvolvimento.

Em segundo lugar, o próprio uso de limiares tem elementos de uma “profecia autorrealizável”<sup>civ</sup>. A base para o uso de limites é teórica e baseada em evidências. Na teoria econômica, os retornos sobre o investimento tendem a cair à medida que a quantidade de investimento aumenta - um retorno marginal decrescente, que pode ser um argumento para limites. De forma mais prática, a grande maioria dos estudos sobre a relação dívida-crescimento encontra um limiar em algum lugar entre 75 e 100% do PIB<sup>cv</sup> e argumentam que grandes aumentos na relação dívida / PIB podem levar a impostos muito mais altos, menores rendimentos futuros e desigualdade intergeracional. Muitos argumentam que existe um chamado penhasco onde o setor privado é “excluído” por uma dívida pública elevada. No entanto, o próprio fato de ter um “limite” percebido, a menos que seja bem compreendido, pode por si só enviar sinais ao setor privado (e às CRAs - conforme discutido nas seções anteriores) para responder negativamente. Os economistas descrevem isso como um problema de “endogeneidade” e “informação assimétrica” e é difícil de superar.

Terceiro, e relacionado, o DSF não leva em consideração a composição e a qualidade dos gastos do governo. Na verdade, a sustentabilidade da dívida deveria parecer muito diferente se os recursos da dívida fossem usados para “despesas recorrentes” - como salários de funcionários públicos ou trabalhadores da saúde ou educação, ou grandes investimentos pontuais em infraestrutura que podem ter seus próprios “efeitos colaterais do crescimento”. Embora sejam feitas referências amplas em alguns documentos do FMI ao impacto dos diferentes tipos de gastos, o quadro atual de cada país não tem como distinguir formalmente (se é que o faz) entre os dois tipos de gastos<sup>cv</sup> - quando as implicações de sustentabilidade são muito divergente. Por exemplo, em um webinar sobre questões da dívida da África-China, o Professor Christoph Trebesch, Diretor de Finanças Internacionais e Governança Global do Instituto Kiel para a Economia Mundial da Alemanha, que conduziu pesquisas com o FMI sobre o volume de empréstimos chineses em países em desenvolvimento, declarou: “Sou um grande fã de combinar ativos e passivos. Mas por que o FMI, por exemplo, não inclui dados sobre ativos em sua análise de sustentabilidade da dívida é que não há dados confiáveis sobre ativos”<sup>cvii</sup>. Além disso, alguns analistas reconhecem os diferentes contextos em que a dívida pode *induzir* o crescimento<sup>cviii</sup>. Outros também reconhecem que muitas análises dos limiares foram feitas em contextos de países desenvolvidos / em transição, como os Estados-Membros da UE<sup>cxix</sup>.

Quarto, embora pretenda, a estrutura não tem como levar em consideração o futuro investimento público (e muitas vezes a dívida) necessário em infraestrutura e capital humano para cumprir os ODS. A necessidade de um novo investimento de dívida para atender às lacunas de infraestrutura, em particular colide com isso - mesmo nos PBR mais governados da África<sup>cx</sup>. Em 2018, o AfDB estimou as necessidades de financiamento de infraestrutura da África em até US \$ 170 bilhões por ano até 2025, com um déficit de financiamento externo estimado de até US \$ 68-108 bilhões por ano. Isso nem mesmo leva em consideração as necessidades de financiamento público (ou privado) para atender aos ODS que não são de infraestrutura - como certos aspectos da educação ou saúde - nem o aumento das necessidades de acesso digital ao comércio e serviços em uma era pós-COVID-19. Também não inclui financiamento para lidar com o “rinoceronte cinza” da mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Uma estrutura de sustentabilidade da dívida que tem o potencial de reduzir os preços de países que podem estar fazendo investimentos agora para atender a essas necessidades claramente não é “sustentável” de uma maneira holística.

Quinto, o DSF não tem flexibilidade suficiente para as características específicas do país. Por exemplo, os limites da dívida são calculados usando uma taxa média de crescimento do PIB da PBR e com apenas três categorias (fraca, média e forte) para a pontuação CPIA, em vez de uma variável contínua. Esta metodologia ignora informações potencialmente úteis. Por que procurar limites de dívida em vez de dizer limites para a própria probabilidade de sobreendividamento? O desejo de produzir limites de carga da dívida turvou a questão de como agregar informações quando as diferentes medidas de carga da dívida transmitem informações conflitantes.

Em sexto lugar, embora o FMI tenha se concentrado mais fortemente recentemente em tentar garantir que os países incluam passivos contingentes de bancos e empresas estatais em seus números de dívida (o que muitas vezes pode “descobrir” mais dívida chinesa devido à ajuda vinculada ou empréstimos garantidos por recursos), outros critérios e indicadores também poderiam ser incluídos - como uma análise aprofundada da dívida pública através da “quantificação das variáveis que impulsionam a dívida em relação ao PIB: déficits fiscais primários e diferencial taxa de juros-crescimento, bem como riscos cambiais, já que mais da metade dos a dívida é denominada em moeda estrangeira. Também faltam os sinais do mercado sobre os riscos de inadimplência e desvalorização, como spreads de Eurobônus ou taxas de juros sobre a dívida local acima das metas de inflação que são relevantes devido à grande mudança para a dívida de mercado.

Sétimo, o DSF usa o valor presente (VA) da dívida, em vez do valor nominal. Hoje, a dívida nominal parece mais apropriada devido à profusão de diferentes tipos de dívida pública a diferentes taxas de juros - incluindo dívida oficial concessional, dívida do mercado interno, Eurobônus e empréstimos bilaterais não concessionais. Mas é sua média ponderada que é relevante para a dinâmica da dívida.

Oitavo e último, o uso específico do CPIA - uma ferramenta usada principalmente para medir e classificar a capacidade dos países de fazer uso eficaz da ajuda, não da dívida, também apresenta problemas. O CPIA não reflete diretamente critérios específicos como redução da pobreza, matrícula escolar, saúde materna, etc; nem se baseia diretamente em variáveis de resultado substitutas, como PIB, taxas de crescimento das exportações ou do investimento. O CPIA, em vez disso, depende de julgamentos subjetivos de analistas técnicos e, como tal, pode estar sujeito a grandes vieses e falta de informações aprofundadas.

**Análise sobre a potencial utilização futura da reforma de DSFs estabelecidos**

Aspecto	Avaliação (1-10)	Observações
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	8	A reforma das estruturas de sustentabilidade da dívida para levar em conta as necessidades financeiras futuras teria um forte impacto no futuro acesso dos países à dívida e no futuro caminho de desenvolvimento.
	10	A reforma da avaliação do sistema de dívida global, em oposição aos próprios credores, não deve impactar o equilíbrio da divisão de encargos.
<b>Repartição de encargos</b>	8	Esta opção apresenta muito pouco impacto sobre a propriedade e, de fato, pode levar a um aumento da soberania, visto que os países podem utilizar o financiamento da dívida de maneira mais ágil.
	7	Mudar as classificações de sustentabilidade africanas pode reduzir as taxas de juros para a atividade do setor público e privado e alimentar outras avaliações de risco
<b>Impacto na propriedade</b>	5	Mudanças importantes nesta forma integral de trabalhar do FMI serão difíceis e de longo prazo; no entanto, são direcionadas e um processo de revisão independente poderia ser iniciado como uma primeira etapa.

**7. Reforma das abordagens do Banco Mundial / MDB para o desenvolvimento**

O Banco Mundial e as abordagens de desenvolvimento que ele adota desempenham um papel importante na narrativa, estrutura e eficácia das políticas e iniciativas de desenvolvimento global.

Como pano de fundo, é importante estar ciente de que existem muitas abordagens concorrentes para o desenvolvimento. Por exemplo, a Professora Diana Hunt em 1989<sup>cxii</sup> categorizou seis diferentes teorias potenciais de como o desenvolvimento ocorre. Eles estão listados no diagrama abaixo:

**Figura 26: As 6 categorias de abordagens da economia do desenvolvimento de Hunt**

Sem explicar cada tipo de teoria, o ponto chave a se observar é que cada teoria tem visões diferentes sobre as "causas últimas do subdesenvolvimento, os fatores-chave que estimulam o desenvolvimento econômico e o papel da tecnologia, o papel do governo, mercado e outras instituições na o processo de desenvolvimento e as implicações para a igualdade nas fases iniciais do desenvolvimento"<sup>cxii</sup>.

O Banco Mundial, como uma instituição importante na esfera de desenvolvimento, que não só fornece empréstimos para países em desenvolvimento, mas também fornece uma grande "capacitação" para utilizar esses empréstimos e instituir políticas de desenvolvimento é um ator altamente influente na utilização e no avanço uma ou mais dessas teorias em prática nos países mais pobres. Por exemplo, Howard Stein argumenta que o Banco Mundial precisa "repensar o básico" e "se afastar da condicionalidade neoliberal".

Mais especificamente, existem muitos aspectos diferentes das operações do Banco Mundial que podem ser reformados, com potencial para um maior impacto positivo no desenvolvimento e gestão da dívida nos países africanos. Abaixo, alguns estudos de caso são discutidos, a fim de ilustrar o impacto de diferentes abordagens e ferramentas.

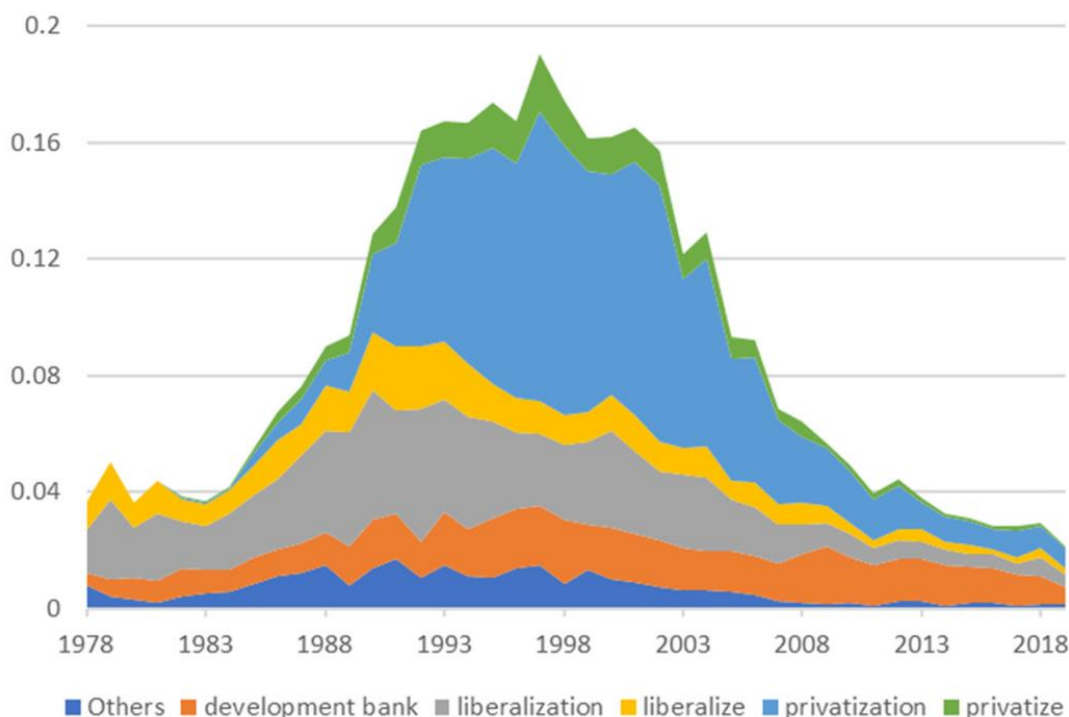
#### **Antecedentes da Reforma do Banco Mundial: Consenso de Washington**

Em 1989, John Williamson, um economista britânico do Institute for International Economics (um grupo de reflexão econômica internacional com sede na capital dos Estados Unidos) cunhou o termo 'Consenso de Washington' para descrever os temas e as reformas adotadas em recomendações de políticas por instituições sediadas em Washington, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que se acreditava serem necessários para os estados latino-americanos se recuperarem de suas crises financeiras e econômicas da década de 1980<sup>cxiii</sup>. As reformas exigiam a abertura das economias por meio do comércio e do investimento, a expansão das forças de mercado na economia doméstica e a estabilização macroeconômica geral. No entanto, o termo foi posteriormente ampliado para se referir a políticas altamente baseadas no mercado que deveriam ser promovidas em todos os países em desenvolvimento, sendo frequentemente rotuladas de "neoliberais" em sua abordagem. Deve-se notar que Williamson se opôs fortemente a esse uso alternativo e destacou que algumas de suas prescrições eram frequentemente negligenciadas, particularmente sobre o "redirecionamento dos gastos públicos de subsídios para a provisão ampla de serviços essenciais pró-crescimento e pró-pobres, como educação primária, cuidados básicos de saúde e investimento em infraestrutura"<sup>cxiv</sup>. Países em todo o mundo têm se

esforçado para implementar vários componentes dos pacotes de reforma, com a implementação às vezes imposta como uma condição para receber empréstimos SAP do FMI e do Banco Mundial<sup>cxv</sup>.

No entanto, como mostra a Figura 27, a frequência de uso dos termos mais associados a este "Consenso de Washington", "liberalização" e "privatização", atingiu um pico no final da década de 1990, antes de cair drasticamente nas últimas décadas, sugerindo que dentro nesta organização de Bretton Woods, as atitudes em relação a e / ou o uso desses tipos de políticas tornaram-se impopulares.

**Figura 27: Ascensão e queda da narrativa do "Consenso de Washington" no FMI (o eixo y se refere à frequência de uso dos termos nos relatórios de país do FMI)<sup>cxvi</sup>**



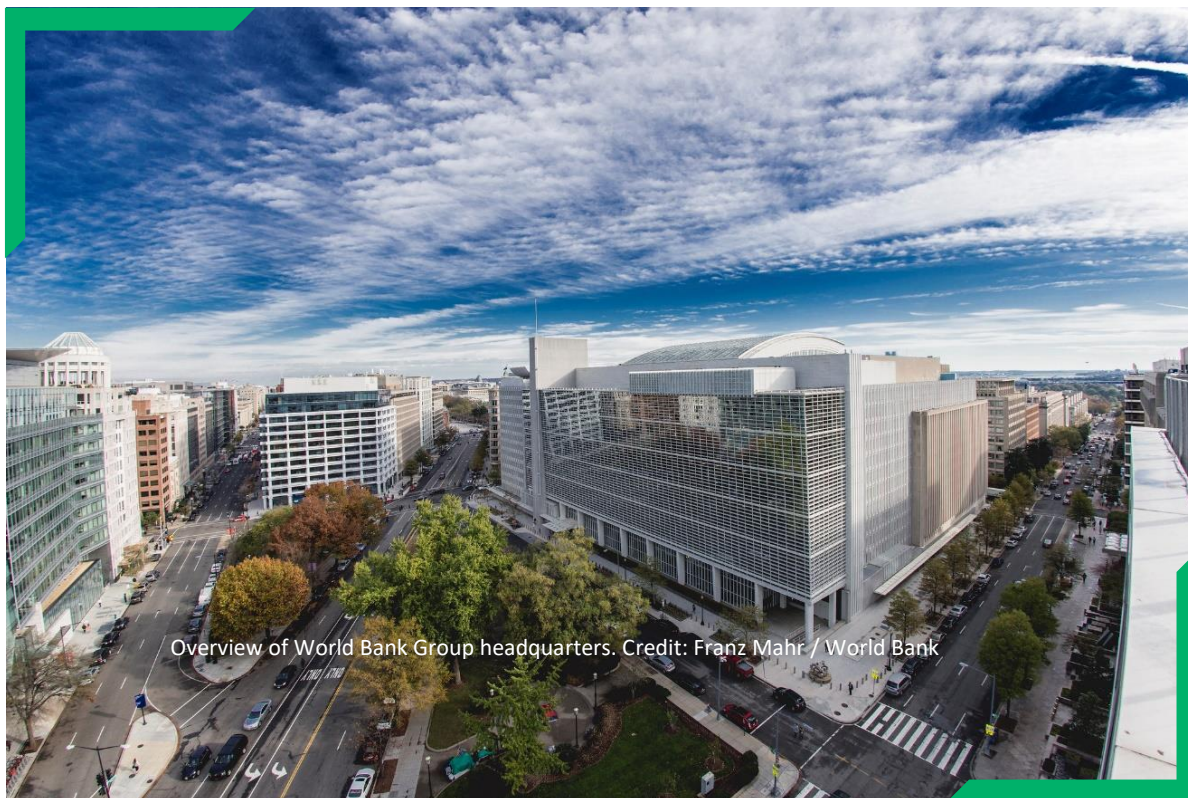
### Um movimento em direção à abordagem da “Nova Economia Estrutural”?

Dr. Justin Lin, que em 2008 foi nomeado economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial. O Dr. Lin provaria ser instrumental na definição da agenda de pesquisa econômica do Banco Mundial e na liderança de uma nova abordagem para alcançar o crescimento sustentável nos países em desenvolvimento, com o que ele chamou de "nova economia estrutural"<sup>cxvii</sup>. No rastro da crise financeira, o Dr. Lin elaborou uma estrutura que consiste em três ideias distintas para repensar a abordagem do Banco Mundial para o desenvolvimento. A primeira era que a estrutura de dotações de fatores de uma economia evolui de um nível de desenvolvimento para outro. Ou seja, que as estruturas industriais de uma dada economia sejam otimizadas para o seu atual nível de desenvolvimento. A segunda era que a noção de países "ricos" e "pobres" era uma falsa dicotomia que deveria ser abandonada. Em vez disso, o desenvolvimento econômico seguiu ao longo de um continuum mais matizado, de economias agrárias de baixa renda a sistemas industrializados de alta renda. Portanto, os projetos de infraestrutura e as melhorias na capacidade industrial nos países em desenvolvimento não devem necessariamente se basear naqueles em economias de alta renda. Finalmente, em cada estágio ao longo desse continuum de desenvolvimento, o mercado continua sendo a base para a alocação efetiva de recursos. No entanto, o desenvolvimento econômico é um processo dinâmico e em mudança, portanto, para garantir o sucesso, o estado tem um papel a desempenhar ao lado do mercado na facilitação de melhorias infraestruturais e modernização industrial.

## Reforma do Índice de Facilidade de Fazer Negócios

O Índice de Facilidade de Fazer Negócios (DBI) do Banco Mundial visa classificar os países em sua facilidade de fazer negócios, com uma pontuação / classificação mais alta, o que significa que o ambiente regulatório é mais propício para o início e operação de uma empresa local<sup>cxviii</sup>. Alguns consideram o DBI como apresentando conflitos de interesse. O Banco Mundial e outros dizem aos governos que procurem expandir a mobilização de receitas internas - inclusive por meio de impostos, mas o DBI os recompensa por fazerem exatamente o oposto. Por exemplo, um país receberá pontos por aumentar as isenções fiscais para o investimento estrangeiro, o que significa que a carga tributária recai em maior medida sobre os cidadãos do país (muitas vezes pobres), e não sobre os investidores potenciais ricos. Da mesma forma, as restrições que os governos podem querer impor para alcançar os ODS e apoiar os cidadãos / empresas locais diretamente (como para comércio ou empregos), tais como requisitos de conteúdo local ou requisitos de emprego local são desencorajados - o que pode impedir o desenvolvimento. O DBI é fundamentalmente baseado na economia neoclássica, com poucas evidências de que essas prescrições de políticas realmente aumentem o investimento (ou reduzam o risco) nos países em desenvolvimento. Em vez disso, os países africanos precisam da ajuda do Banco Mundial e de outros para moldar o lado positivo. Não remova as desvantagens.)

Outro exemplo de reforma potencial das abordagens do Banco Mundial / MDBs para o desenvolvimento é ilustrado no Quadro 5, que detalha alguns desses desafios e controvérsias quando se trata de controles de capital<sup>cxix</sup>.



Overview of World Bank Group headquarters. Credit: Franz Mahr / World Bank

## Quadro 5: Controles de capital - usar ou não usar?

Os controles de capital são políticas que limitam ou redirecionam as transações internacionais de capital (financeiras). Durante a grande depressão da década de 1930, os países adotaram pela primeira vez controles de capital para estabilizar suas economias enquanto reduziam o risco de fuga de capitais. Eles têm sido usados em várias outras situações desde então. Por exemplo, o Chile usou controles de capital em 1990 ao lidar com a crise financeira da América Latina, e a Malásia o fez em 1998, ao lidar com a crise financeira asiática.

Isso é altamente relevante para os países africanos porque eles tomam empréstimos em moedas estrangeiras e ter acesso a moeda estrangeira é fundamental para o pagamento da dívida externa. Em geral, a moeda estrangeira flui para os países por meio de: a) venda de bens / serviços para países estrangeiros e obtenção de suas moedas; b) investidores estrangeiros trazendo moeda para investir; c) diáspora enviando dinheiro para casa. Em muitos países africanos, as moedas estrangeiras costumam ser ganhas principalmente por empresas mineradoras multinacionais. Como essas empresas são multinacionais, muitas vezes mantêm uma parte considerável ou todo o lucro fora do país onde estão as empresas-mãe. Com fluxos de capital livres, essas empresas podem transferir dinheiro (como USD ou EUR) para fora do país facilmente, portanto, o governo não pode ter acesso a ele para (pedir emprestado) para pagar dívidas. Em tal situação, os controles de capital podem ajudar.

No entanto, o FMI (e seu maior acionista, os Estados Unidos), em geral desencorajou o uso de controles de capital. De fato, a abertura da conta financeira foi uma das pré-condições para elegibilidade para HIPC e MDRI.

Com isso dito, no entanto, nos últimos anos, tem havido uma discussão mais aberta entre os membros da equipe IMG. Em 2010, vários economistas do FMI elaboraram em 2010 um conjunto de ferramentas de política para gerenciar riscos macroeconômicos e de estabilidade financeira associados à volatilidade dos fluxos de capital. Nesse kit de ferramentas, eles incluíram uma função para os controles de capital. Embora a nota de política não representasse o ponto de vista oficial do FMI, parece ter sido influente em gerar um debate entre os formuladores de políticas e a comunidade internacional em geral, o que acabou provocando uma mudança na posição oficial do FMI. O ponto crucial da política era que a restrição de entradas de curto prazo poderia reduzir os riscos de estabilidade financeira. Em 2012, eles publicaram um documento da equipe que se baseou em sua mudança inicial de opinião em relação ao apoio aos controles de capital, mas ainda o limitou como política de último recurso.

Os defensores da abertura da conta de capital afirmam que os controles correm o risco de desencorajar os investidores a trazerem seu dinheiro para o país, caso tenham dificuldade para retirá-lo. Eles também afirmam que tais controles são amplamente ineficazes, porque o setor privado pode encontrar maneiras de evitar medidas de controle e trazer tais controles pode realmente estimular os investidores a levar seu capital para "portos seguros". Uma análise cobrindo 96 países em desenvolvimento entre 1970-2000 mostrou que as restrições às contas de capital só eram eficazes nos países do Leste Asiático. A pesquisa mostrou que as políticas de controle de capital não tiveram efeito na África e no Oriente Médio. Além disso, houve um efeito líquido negativo nas economias do Leste Asiático e da América do Sul.

Por outro lado, não há uma estrutura unificada para analisar as consequências macroeconômicas dos controles de capital, existem várias definições do que é considerado um sucesso porque os controles de capital são um único dispositivo de política, embora existam vários objetivos; e há enormes variações socioeconômicas entre os países que usam essas políticas. Na verdade, os formuladores de políticas em diferentes situações preferem abrir mão da mobilidade de capital em vez de conceder autonomia à política monetária (ou deixar de pagar as dívidas).



**Análise sobre a potencial utilização futura das abordagens do Banco Mundial / MDB**

Aspecto	Avaliação (1-10)	Observações
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	8	A reforma do conselho que o Banco Mundial fornece aos países em desenvolvimento pode ou não impactar o acesso futuro dos países à dívida e ao caminho de desenvolvimento futuro.
<b>Repartição de encargos</b>	9	O ônus da reforma para o Banco Mundial recairia sobre os credores, e não sobre os devedores.
<b>Impacto na propriedade</b>	8	Essa opção apresenta muito pouco impacto sobre a propriedade e, de fato, pode levar a um aumento na propriedade, visto que os países são capazes de utilizar abordagens alternativas para o desenvolvimento.
<b>Impacto no ambiente macroeconômico</b>	3	É improvável que tenha impacto macroeconômico imediato significativo.
<b>Viabilidade</b>	2	Mudanças importantes nas narrativas dominantes e nas formas de trabalho do Banco Mundial / MDBs serão difíceis e de longo prazo.

**8. Melhor negociação com credores - "clubes de mutuários"**

Não há dúvida de que os países africanos - e outros países mais pobres - têm dificuldade em negociar com todos os credores os termos dos seus empréstimos e estabelecer uma agência sobre o que e como os empréstimos são usados. Por definição, como "tomadores de empréstimo", eles estão em uma posição de "pedir", o que reduz sua capacidade de negociação.

Além disso, as negociações com determinados mutuários podem ser mais complexas do que com outros, mesmo que ofereçam novas oportunidades para atender às necessidades financeiras. Como exemplo, uma série de países africanos como Sudão, Gana, Angola e Sudão do Sul usaram o que é conhecido como instrumentos de financiamento "apoiados por recursos" - usando fluxos de commodities como petróleo ou cacau como garantia - para acessar o financiamento chinês.<sup>cxv</sup> Poucos outros doadores bilaterais oferecem esses tipos de empréstimos, embora possam potencialmente fornecer um benefício claro aos cidadãos no sentido de garantir que as receitas de commodities sejam totalmente dedicadas (ou seja, hipotecadas) a projetos de gastos com infraestrutura e garantindo menos chances de perda de fundos para impostos paraísos, por exemplo. Além disso, em alguns casos, se bem negociados, tais instrumentos podem ser projetados para fornecer uma proteção para os mutuários contra os preços baixos das commodities<sup>cxvi</sup>, que é um problema contínuo. No entanto, empréstimos garantidos por recursos também vêm com riscos e, como para todos os contratos, o diabo está nos detalhes, e quanto menos familiar for a forma de um empréstimo, mais difícil será negociar o melhor com ele.

Assim, criar meios para apoiar os países africanos e / ou PBR e MICs de forma mais ampla - ou ainda melhor para eles trocarem experiências e apoiarem uns aos outros - para melhor negociar com os credores pode ser útil.

Esses meios podem ser vislumbrados em vários níveis institucionalmente - do menos coordenado ao altamente coordenado, e cada um tem prós e contras. Exploramos essas opções abaixo.

No nível menos coordenado, os países africanos podem buscar o apoio (pro-bono ou cobrado) de firmas jurídicas, em particular para obter o melhor de cada negócio que fazem. Existem inúmeros exemplos disso, com um recente incluindo a contratação pelo governo da Zâmbia da empresa francesa Lazard Freres em maio de 2020 a um custo de até US \$ 5 milhões para apoiar negociações de reestruturação de dívida com vários credores<sup>cxvii</sup>.

Também é possível coordenar esse tipo de apoio. Por exemplo, a empresa francesa GIDE criou recentemente uma "Força-Tarefa da Dívida Africana" e um grupo de reflexão para fornecer apoio gratuito aos governos africanos nesta questão<sup>cxviii</sup>. Seria plausível que outras empresas aderissem a esta iniciativa ou criassem outras, de modo que tal conselho fosse possível de acessar em uma base "sob encomenda".

Também é possível que os mutuários africanos encontrem ou criem fóruns para se reunirem informal ou formalmente para discutir e trocar experiências de negociação de instrumentos de empréstimo, por exemplo, dentro da UA (por exemplo, em torno ou durante as reuniões dos Ministros das Finanças africanos) ou coordenado pelo ONU ou mesmo instituições acadêmicas. Por exemplo, em outubro de 2019, o Dr. Folashadé Soulé da Blatnavik School of Governance da Universidade de Oxford, no Reino Unido, lançou uma série de workshops de negociação África-China (portas fechadas) sobre estratégias de práticas de negociação comparativas e estratégias de governos africanos ao lidar com a China. O primeiro workshop atraiu 15 formuladores de políticas seniores<sup>cxix</sup>. Seria possível ampliar e formalizar esses programas.

Duas outras medidas potenciais importantes, mais estruturais e coordenadas, são detalhadas abaixo:

### **Trocas de dívidas coordenadas**

Como explicado em uma seção anterior, uma "linha de swap" é efetivamente um gasoduto de emergência de moeda estrangeira para os países que precisam deles, acordado entre os bancos centrais para trocar as moedas de seu país entre si. A moeda de um país é "trocada", ou seja, trocada pela moeda do outro país.

No início de 2020, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) propôs que alguns países africanos trabalhassem juntos para trocar sua dívida soberana por novos empréstimos concessionais – em vez de simplesmente usar fundos necessários para COVID-19 para pagar credores privados<sup>cxv</sup>. A UNECA, a UA e um grupo de ministros das finanças africanos estão em processo de concepção de um veículo de propósito especial para tal troca.

O mecanismo funcionaria da seguinte maneira. Um credor multilateral confiável (ou seja, alta classificação de crédito ou classificação AAA), como o Banco Mundial, o FMI ou uma economia maior do G20, subscreveria um novo empréstimo importante para as economias juntas - fornecendo "garantia". Este novo empréstimo seria usado para pagar os pagamentos da dívida comercial que estão sendo feitos agora - efetivamente transformando a dívida atual em empréstimos de vencimento mais longo com um período de carência de cinco anos e menores pagamentos de juros daí em diante. Esta proposta é semelhante ao Plano Brady dos anos 1980, que converteu empréstimos bancários devidos

principalmente por países latino-americanos em novos títulos lastreados em títulos do Tesouro dos Estados Unidos, embora seja importante, como observou Vera Songwe, Secretária Executiva da UNECA, as circunstâncias são diferentes: "O plano Brady salvou nós de uma crise, mas foi uma crise de política [...] Desta vez não estamos insolventes, não somos economias mal administradas, mas caímos em uma crise por causa da pandemia."<sup>cxvii</sup>

O benefício para os mutuários seria que eles não precisariam mais fazer os pagamentos da dívida comercial por um período bastante longo e previsível (como 5 anos), reduzir os pagamentos de juros de longo prazo e usar o novo "espaço fiscal" criado para negociar com a COVID-19, bem como investir em medidas de indução do crescimento econômico para gerar novos recursos para pagar o novo empréstimo. E eles não prejudicariam suas classificações de crédito. O benefício para os credores é que eles receberiam seus pagamentos.

O desafio com este modelo - como a moratória de pagamento da dívida do G20 - é que beneficiaria amplamente os países que já gastam dinheiro em investimentos da dívida (incluindo dinheiro potencialmente mal gasto), em vez de liberar novos fundos para aqueles que não investiram ou estão sofrendo dos impactos da COVID-19 em relação a outros. No entanto, também pode fornecer um caminho para outro modelo de longo prazo - um "clube de mutuários".

### **Um "clube de mutuários"**

Existem vários esquemas para mutuários marginalizados, com classificação de crédito baixo ou sem garantia em nível pessoal para levantar mais financiamento. A maioria desses esquemas é baseada no modelo de "microfinanças" do Grameen Bank, criado em Bangladesh em 1976 pelo ganhador do Prêmio Nobel Mohammed Yunus. Antes do Grameen, as pessoas só podiam tomar empréstimos com base em suas próprias receitas ou garantias previstas, o que deixava muitos fora do sistema, especialmente os pobres rurais.

O banco de Yunus permitiu que as pessoas se reunissem para tomar empréstimos, bem como fazer pagamentos acessíveis mais lentos e menores juntos. O sistema, embora tivesse falhas, foi replicado globalmente e permitiu que milhões de pessoas acessassem a dívida para sair da pobreza de maneira duradoura.

Este modelo também pode ser aplicado em um nível macro para tornar a dívida em nível de país mais barata e mais amplamente disponível - um "clube de mutuários", seja como uma resposta à COVID-19 ou para aliviar os desafios da dívida que a COVID-19 expôs .

Tal clube envolveria a coordenação de países africanos (e / ou outros) para se candidatarem a financiamento como um grupo, usando como garantia as perspectivas de crescimento uns dos outros juntamente com a responsabilidade mútua e de seus cidadãos. Alternativamente, de acordo com o "modelo de swap" coordenado acima, ele poderia ser garantido por um banco multilateral.

Os próprios mutuários (apenas) seriam responsáveis por determinar a priorização de projetos entre os membros, e cada um forneceria pequenos reembolsos regulares de juros baixos, concordando com seus próprios limites ou critérios relevantes para inadimplências internas (por exemplo, quedas de preços de commodities). O clube organizaria e emitiria reembolsos como um para os credores em seus cronogramas, conforme necessário - enquanto reservava uma certa quantia como reserva ou como garantia adicional. Já existem organizações no continente africano, por exemplo, que ajudam a priorizar projetos - por exemplo, o Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA) tem uma força-tarefa de especialistas em infraestrutura da Comissão da UA, Agência de Desenvolvimento da UA (AUDA-NEPAD) e BAD e UNECA para reunir, consultar e priorizar projetos

em quatro setores (Energia, Transporte, Água Transfronteiriça e TIC) em todo o continente ao longo de prazos de 10 anos<sup>cxxvii</sup>. Esta força-tarefa e processo podem ser fortalecidos e utilizados por um clube de mutuários.

Os benefícios deste clube para os credores seriam semelhantes aos benefícios que os bancos comerciais experimentaram com as microfinanças. Os credores podem considerar os novos empréstimos como crescimento real ou propostas de negócios com menor risco - permitindo taxas de juros mais baixas - e retornos mais altos.

### **Análise sobre a potencial utilização futura de negociações aprimoradas e um clube de mutuários**

<b>Aspecto</b>	<b>Avaliação (1-10)</b>	<b>Observações</b>
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	9	A coordenação dos mutuários para garantir os melhores resultados dos empréstimos - mesmo no nível mais informal - pode ter um forte impacto no futuro acesso dos países à dívida e no futuro caminho de desenvolvimento.
<b>Repartição de encargos</b>	8	O fardo é geralmente dividido de forma justa - os mutuários tomam medidas para melhorar, mas garantem que os credores sejam mais justos e entreguem mais.
<b>Impacto na propriedade</b>	9	Os métodos formais e mais coordenados dessa opção provavelmente levarão a um aumento da soberania, pois os países serão capazes de exigir mais benefícios do financiamento da dívida. No entanto, há potencial para conflitos de interesse em alguns mecanismos consultivos, e também há o potencial para critérios de elegibilidade a serem introduzidos no instrumento de swap ou clube de mutuários se multilaterais estiverem envolvidos, o que poderia ter o efeito oposto.
<b>Impacto no ambiente macroeconômico</b>	7	O aumento da dívida externa a um custo menor poderia permitir a redução das taxas de juros internas para o setor público / privado
<b>Viabilidade</b>	4	Alguns passos iniciais para ver essa opção se tornar uma realidade estão sendo dados e existem mecanismos de coordenação a serem desenvolvidos.

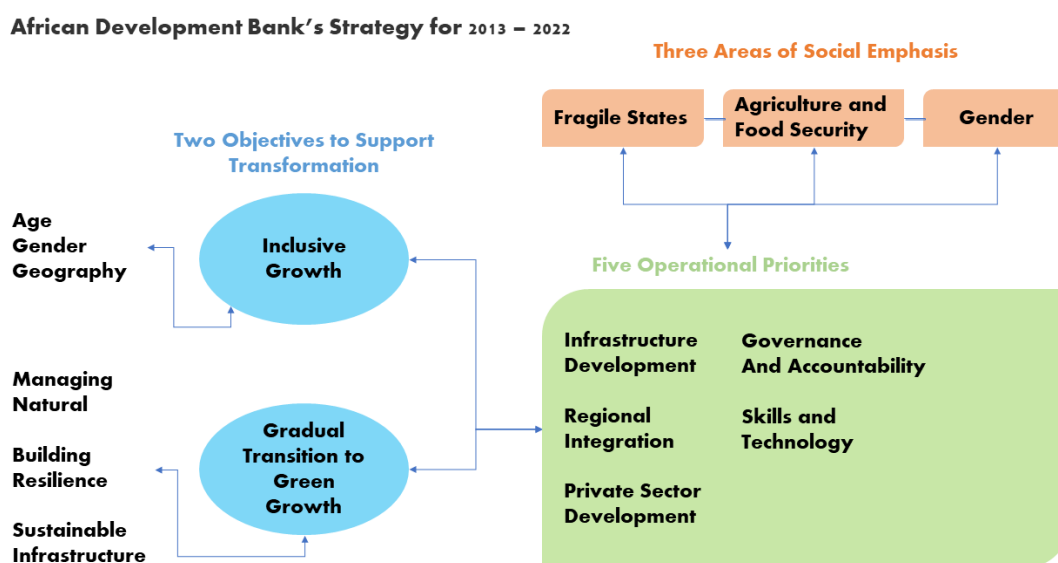
## **9. Desenvolvimento institucional financeiro continental da União Africana**

O Acordo de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA), que entrou em vigor em 30 de maio de 2019, é uma das muitas instituições planejadas de nível continental a serem desenvolvidas ou mediadas pela UA. Em particular, existem desde 2006 planos para um Fundo Monetário Africano (AMF), Banco Central Africano (ACB) e Banco Africano de Investimento (AIB), o que poderia fornecer grandes oportunidades para soluções de dívida na África. O estabelecimento de instituições financeiras

africanas é um programa emblemático da Agenda 2063 de África para acelerar a integração regional do continente<sup>cxviii</sup>.

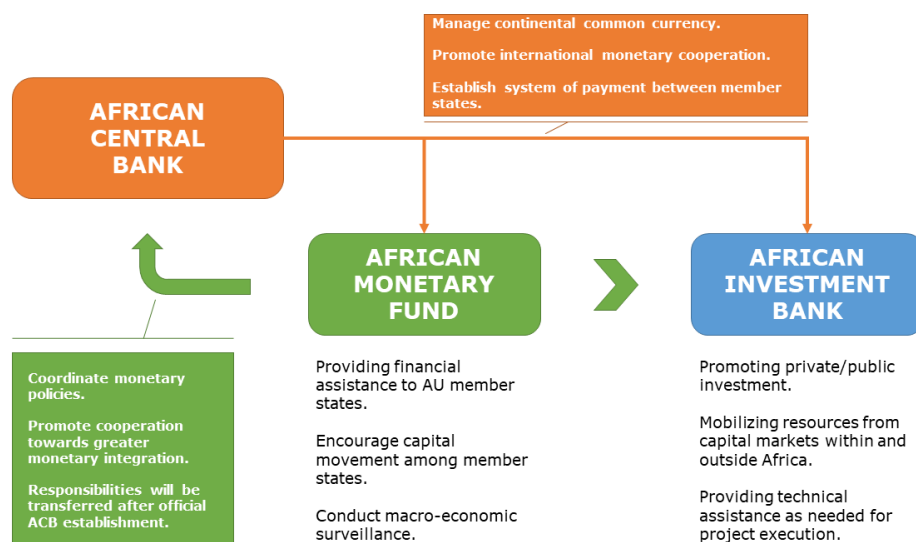
No entanto, antes de explorar esses três, deve-se notar que já existe uma instituição financeira continental na África, o BAD. O objetivo do BAD é encorajar o desenvolvimento econômico sustentável e o progresso social nos países membros regionais, contribuindo assim para a redução da pobreza<sup>cxix</sup>. Não é necessariamente uma instituição financeira primária (mutuante de último recurso) porque se concentra nos SDGs, e a "integração regional" é apenas um dos cinco princípios operacionais, como mostrado na Figura 28.

**Figura 28: Estratégia do Banco Africano de Desenvolvimento 2013-2022<sup>cxix</sup>**



O AfDB tem dois grupos de acionistas. O primeiro são os 54 países membros africanos, o segundo são 27 países membros não africanos. Os membros não africanos detêm 39,493% dos votos dos acionistas e, portanto, os membros africanos têm mais poder para determinar a direção estratégica e aprovação de projetos do que os membros não africanos<sup>cxixi</sup>.

Em contraste, os planos para três instituições financeiras prevêm o poder de voto e as decisões totalmente investidas exclusivamente nos países africanos. A Figura 29 fornece uma representação conceptual da relação proposta entre estas três futuras instituições financeiras da UA, com o eventual objetivo de integração econômica e eventualmente monetária no continente africano.

**Figura 29: Relação conceitual entre as instituições financeiras da União Africana**

O principal objetivo do AMF será “facilitar a integração das economias africanas, eliminando as restrições comerciais e proporcionando uma maior integração monetária”<sup>cxxxii</sup>. Esta visão é expressa nos artigos 6 e 44 do Tratado de 1991 que institui a Comunidade Económica Africana (Tratado de Abuja) e espera – se que a AMF sirva e opere como um pool para as reservas do Banco Central Africano (ACB), bem como moedas nacionais para os Estados-membros da UA-agindo essencialmente como o próprio FMI de África, o seu próprio “mutuante de último recurso”. Tal como o FMI, também conduz a supervisão macroeconómica dos Estados-membros da UA.

A Assembleia da UA adotou o protocolo e o Estatuto da AMF na 22<sup>a</sup> Cúpula da UA, em junho de 2014. Entrará em vigor 30 dias após a ratificação por 15 Estados-membros da UA. A partir de junho de 2019, 12 países assinaram o protocolo e o Estatuto da AMF, enquanto o Chade é o único país que também ratificou e fez um depósito de capital.<sup>cxxxiii</sup> A maioria dos 12 signatários até agora são da África Ocidental.

Os planos para a AMF já são bastante detalhados. A sede da AMF será em Yaoundé, Camarões, e outros escritórios podem ser estabelecidos de acordo com a aprovação do Conselho<sup>cxxxiv</sup>. O Artigo 7, Seção 1 dos estatutos descreve a estrutura de capital da AMF, afirmando que o capital social autorizado seria de USD 22,6 bilhões denominado em USD 100 ações. A cada 5 anos, o Conselho deve revisar - por meio de consenso qualificado (como o FMI) - a alocação das ações de capital da AMF e também determinar os prazos nos quais os Estados membros são obrigados a fazer pagamentos. A participação na subscrição de capital para cada Estado-Membro parte deve ser determinada considerando o PIB e a população<sup>cxxxv</sup>, de modo que a contribuição de cada estado membro seja inferior a 0,625% de seu PIB anual médio de 9 anos, com direitos de voto proporcionais às ações subscritas<sup>cxxxvi</sup>.

Os planos para o AIB também estão bem desenvolvidos. O objetivo do AIB é fornecer assistência técnica e investir em projetos de desenvolvimento - especialmente para a integração econômica regional dos Estados membros, 'modernização' dos setores rurais nos Estados membros de baixa renda e, ao mesmo tempo, fortalecer as atividades do setor privado. A adesão está aberta a todos os estados membros da UA e instituições financeiras regionais africanas, instituições / empresas financeiras públicas domésticas africanas e até mesmo cidadãos nacionais e entidades legais

registadas em países africanos<sup>cxvii</sup>. O capital social inicial autorizado do AIB é de US \$ 25 bilhões denominado em US \$ 10.000 ações. As participações de subscrição dos Estados membros devem ser determinadas em um “índice composto de variáveis econômicas e demográficas”, conforme prescrito pela Assembleia Geral. Além disso, os direitos de voto são determinados proporcionalmente pela cota alocada da subscrição integralizada de cada estado membro<sup>cxviii</sup>. O AIB também estabelecerá um fundo para empréstimos e garantias aos países africanos de baixa renda, com recursos por meio de contribuições especiais / voluntárias dos Estados membros, fundos de empréstimos reembolsados e receitas de investimentos financiados pelo próprio Fundo Especial.

Em maio de 2019, 22 países assinaram o Protocolo da AIB e o documento foi ratificado por 6 países (Togo, Líbia, Congo, Chade, Burkina Faso e Benin).

Ao contrário do AMF e AIB, os planos para o ACB ainda não foram detalhados. Isto porque se espera que o ACB eventualmente assuma as responsabilidades do AMF e os seus planos serão preparados por um Instituto Monetário Africano, a ser estabelecido antes do ACB<sup>cxix</sup>. No entanto, é instrutivo comparar o ACB com o Banco Central Europeu e o Fed para entender sua função potencial na África. O BCE é o banco central da zona do euro, que é a união monetária de 19 estados membros da UE e, à semelhança do ACB, é uma das sete instituições da União Europeia, assim como o ACB (não oficialmente estabelecido) é um dos cinco AU. O Federal Reserve dos EUA é o banco central dos Estados Unidos que garante a segurança e eficiência dos sistemas de pagamento ao processar várias transações financeiras e regulamentar as instituições bancárias, entre outras funções. O BCE pode emitir notas, enquanto os estados membros da zona do euro podem emitir moedas de euro. No caso dos EUA, o Federal Reserve compra notas e moedas do Tesouro dos EUA e emite a moeda em conformidade. No entanto, atualmente, não existe nenhuma moeda africana comparativa, visto que o dólar americano é uma moeda de reserva global e moedas como o franco CFA permanecem indexadas ao euro e garantidas pelo tesouro francês. Assim, a missão declarada do ACB é preencher esta lacuna através da construção de uma política monetária comum, bem como de uma moeda única africana.

Se essas instituições estivessem em vigor agora, poderiam sem dúvida ter ajudado a aliviar os desafios de liquidez financeira da COVID-19 na África, em particular o Fundo Monetário Africano (AMF), por exemplo, por meio de flexibilização quantitativa (equivalente à emissão de SDRs "apenas para a África"). O AIB também poderia ajudar os países mais pobres a investir no curto, médio e longo prazo para empregar as soluções técnicas necessárias para a saúde ou crise econômica.

### ***Análise sobre a potencial utilização futura do desenvolvimento institucional financeiro africano***

<b>Aspecto</b>	<b>Avaliação (1-10)</b>	<b>Observação</b>
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	10	Ter instituições financeiras africanas independentes pode ter um forte impacto no futuro acesso dos países à dívida e no futuro caminho de desenvolvimento.
<b>Repartição de encargos</b>	1	A carga recai sobre os mutuários (africanos) para criar e capitalizar instituições.
<b>Impacto na propriedade</b>	9	Essa opção provavelmente levará a um aumento da soberania devido à estrutura de governança das instituições. No entanto, existe o potencial para os governos africanos imporem a soberania e propriedade uns dos outros através das regras e mecanismos de governação das várias instituições.

<b>Impacto no ambiente macroeconômico</b>	5	Pode mudar as condições macroeconômicas em diferentes países de forma dramática (positiva e negativamente) por meio de política monetária centralizada.
<b>Viabilidade</b>	5	Embora os passos iniciais tenham sido dados para tornar essas instituições uma realidade, eles são lentos e levará vários anos mais e um esforço de lobby combinado na África para fazê-los acontecer, especialmente contribuições de capital.

## 10. Acelerando a transformação estrutural das economias africanas

Em termos gerais, a transformação estrutural se refere à realocação de recursos entre as atividades econômicas. Por exemplo, o reequilíbrio ao longo do tempo para se tornar uma economia baseada na indústria predominantemente secundária com indústrias primárias e terciárias menores, ou uma economia na qual as indústrias de serviços se tornem primordiais. Pode significar diversificação entre as indústrias ou setores da indústria, ou diversificação dentro dessas indústrias ou setores da indústria - como uma transformação que aumenta a produtividade no setor agrícola de uma economia.

Muitas economias na África são pouco diversificadas, com algumas, por exemplo, dependentes de uma ou algumas exportações de commodities para geração de divisas, e outras altamente dependentes do turismo. Se um país não puder pagar o serviço de sua dívida por meio da receita tributária do setor do qual depende principalmente, o que farão? Uma queda no preço dessa mercadoria ou uma redução dramática nas chegadas de turistas pode ter impactos significativos na capacidade do governo de levantar o financiamento necessário para o pagamento de dívidas e juros, conforme discutido nas seções anteriores. Uma dependência excessiva de um parceiro de comércio exterior pode ter impactos semelhantes e compostos. O que acontece se a economia desse parceiro entrar em recessão e a demanda (e o preço) da commodity de exportação do país africano cair?

Outras direções nas quais a transformação pode ocorrer é o movimento em direção às exportações e na digitalização. De fato, em um relatório de 2021 da OCDE e da UA, o principal impacto da digitalização na criação de empregos na África e em outros países em desenvolvimento foi encontrado nas oportunidades de exportação<sup>cxl</sup>.

A diversificação econômica é, portanto, fundamental para os países mitigarem os riscos de choques externos de uma indústria, uma commodity ou um parceiro. O AfCFTA pode desempenhar um papel nisso, abrindo o comércio intra-continental e reduzindo a dependência de África de atores extra-continentais.

Da mesma forma, uma razão pela qual muitos países africanos requerem financiamento externo e empréstimos para o seu desenvolvimento sustentável e para alcançar as metas da Agenda 2063 ou ODS, é que a mobilização de recursos internos (GRD) está subdesenvolvida. DRM é o processo pelo qual os países de renda baixa e média-baixa levantam e gastam seus próprios fundos para sustentar seu próprio povo - seja por meio de impostos ou poupança. Se os países fossem mais capazes de fazer isso, sua dependência de indústrias que poderiam ser devastadas por um choque externo seria mais limitada. A ONU reconhece a mobilização de recursos domésticos como "a base para o desenvolvimento autossustentável"<sup>cxli</sup>.

Para além da diversificação econômica e DRM, outra via através da qual os países africanos podem transformar estruturalmente é através da mudança das estruturas de crédito. A dívida está sendo



assumida pelos motivos certos, com uso produtivo da dívida? E como poderiam ser criados sistemas que incentivem e recompensem o uso produtivo da dívida?

Para os países africanos, uma abordagem de transformação estrutural pode produzir respostas fortes. A industrialização e o DRM trariam oportunidades de emprego e ganhos de produtividade. Também foi argumentado que a COVID-19 ampliou esta necessidade existente de diversificação econômica na África<sup>cxlii</sup>, intensificando a importância desta solução.

### **Análise sobre a potencial utilização futura da transformação estrutural**

Aspecto	Avaliação (1-10)	Observações
<b>Financiamento para desenvolvimento</b>	6	Ter economias diversificadas e mais recursos internos pode ter um forte impacto no futuro acesso dos países à dívida e no futuro caminho de desenvolvimento. No entanto, muito disso requer financiamento (adiantado) para o desenvolvimento.
<b>Repartição de encargos</b>	1	O fardo recai sobre os países (africanos) para transformar suas próprias economias.
<b>Impacto na propriedade</b>	8	Esta opção provavelmente levará a um aumento na propriedade e na soberania devido às economias mais diversificadas, menos dependentes de parceiros bilaterais ou multilaterais únicos.
<b>Impacto no ambiente macroeconômico</b>	3	A transformação terá como objetivo melhorar a macroeconomia, mas também pode levar a níveis mais elevados de dívida (pública)
<b>Viabilidade</b>	4	Indiscutivelmente, os países africanos têm trabalhado arduamente para realizar uma transformação estrutural desde, pelo menos, os anos 1960, e existem impedimentos estruturais para isso. Não está claro se eles mudarão em breve.

### **Compando as opções**

Qualquer avaliação de opções, como as apresentadas anteriormente nesta seção, certamente terá elementos subjetivos. Conforme explicado na Seção 5, a avaliação das opções centra-se em quatro critérios personalizados e específicos, identificados como cruciais para a sustentabilidade a longo prazo das soluções da dívida. As “pontuações” de cada uma das opções são apresentadas a seguir na Figura 30, com algumas implicações iniciais interessantes.

**Figura 30: Resumindo as opções**

Opção	Financiamento para desenvolvimento (1 a 10)	Repartição de encargos (1 a 10)	Impacto na propriedade (1 a 10)	Impacto no ambiente macroeconômico (1-10)	Viabilidade (1 a 10)	Pontuação total (de 50)
1. Outros programas de ajuste estrutural	3	1	2	2	7	15
2. Mais alívio da dívida semelhante a HIPC / MDRI	5	8	4	6	7	30
3. Suspensão adicional de dívida DSSI	5	5	6	5	10	31
4. Emissão / realocação de SDRs	6	8	7	8	5	34

5. Reforma / regulamentação da análise de risco do setor privado	6	10	8	6	3	33
6. Reformas nas estruturas de sustentabilidade da dívida	8	10	8	7	5	38
7. Reforma das abordagens do Banco Mundial / MDB	8	9	8	3	2	30
8. Melhor negociação e um "clube de mutuários"	9	8	9	7	4	37
9. Instituições financeiras africanas	10	1	9	5	5	30
10. Transformação econômica estrutural	6	1	8	3	4	22

No que diz respeito a permitir e aumentar mais financiamento para o desenvolvimento, as opções relativas ao ajuste dos quadros de sustentabilidade da dívida do FMI (Opção 6), as abordagens do Banco Mundial (Opção 7) e o desenvolvimento de instituições financeiras africanas (Opção 9) pontuam altamente. Isso ajuda a criar ambientes onde o acesso necessário para financiar as necessidades futuras é incentivado. A melhoria da capacidade de negociação e coordenação, incluindo um clube de mutuários ou veículo para fins especiais (Opção 8) também pontua bastante alta, enquanto a reintrodução de SAPs (ou outros programas de austeridade e privatização semelhantes - Opção 1) tem pontuação mais baixa. É importante ressaltar que os programas de alívio da dívida (Opção 2) e a recente iniciativa DSSI do G20 em si (Opção 3) também pontuam relativamente baixo no apoio às ambições de desenvolvimento econômico de longo prazo dos países africanos por meio de financiamento.

No que diz respeito à **repartição de encargos**, as opções mais neutras (ou seja, que equilibram ou não afetam devedores e credores igualmente) são as reformas das estruturas normativas de dívida existentes - em particular a reforma das agências de classificação de crédito e outras avaliações de risco do setor privado (Opção 5) e quadros de sustentabilidade da dívida (Opção 6). Por outro lado, conforme mencionado na introdução a esta seção, dado que a pobreza tende a se concentrar nos países devedores, a repartição dos encargos deveria recair mais sobre os credores do que sobre os devedores. As opções que têm menos ônus para os devedores incluem a reforma do Banco Mundial e dos MDBs (uma vez que são os maiores credores do mundo - Opção 7), negociação aprimorada (opção 8), mais alívio da dívida (Opção 2) e realocação / emissão de SDR (Opção 4). O estabelecimento de instituições financeiras africanas (opção 9) e a reestruturação das economias africanas (opção 10) parecem muito importantes, mas deve-se reconhecer que eles colocam o ônus apenas sobre os países africanos como mutuários para ajustar e mudar.

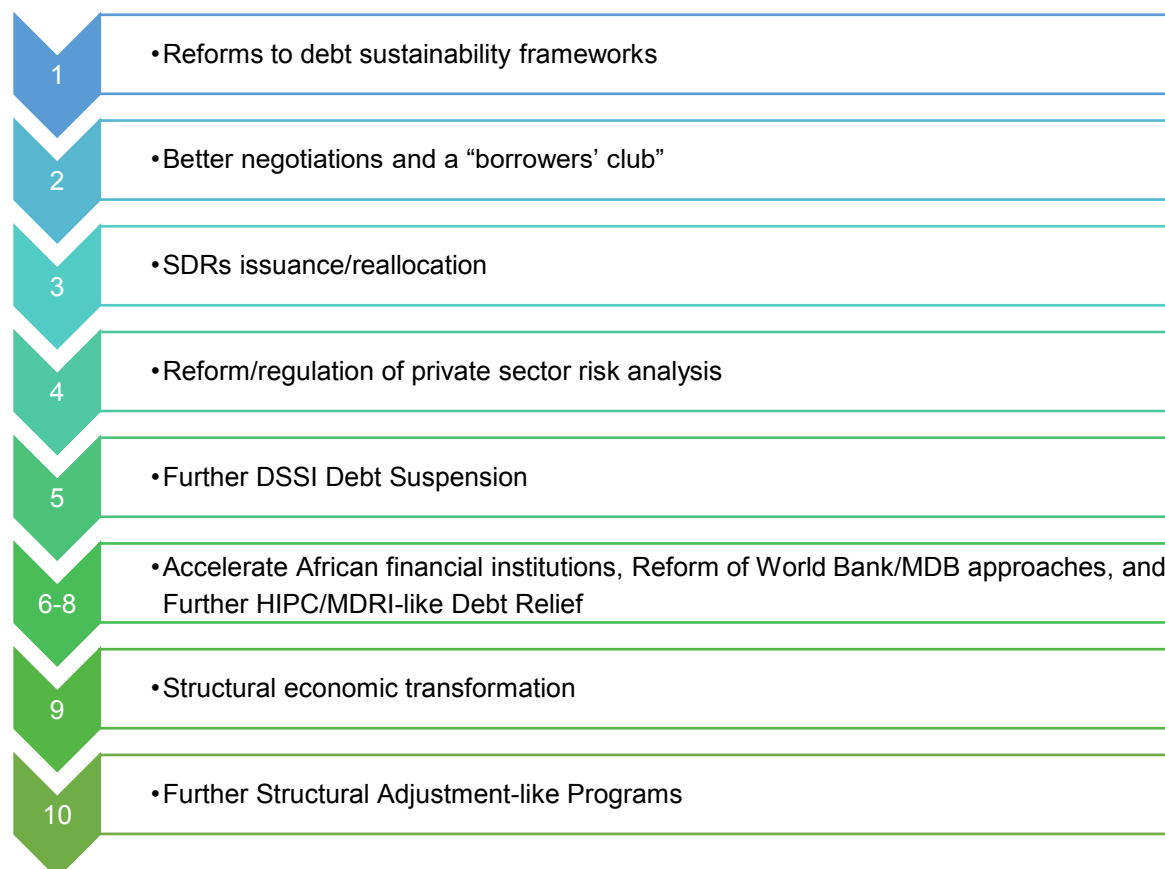
Em termos de **propriedade dos países devedores**, as opções de pontuação mais alta implicam um aumento potencial na propriedade ou soberania - em particular melhorias na capacidade de negociação e coordenação (Opção 8), bem como nas instituições financeiras africanas (Opção 9). No entanto, opções como programas de ajuste estrutural (Opção 1), bem como alívio da dívida (Opção 2), e mesmo suspensão (Opção 3) podem impor restrições à propriedade e, portanto, enfrentar desafios de viabilidade em países africanos em particular.

Para impactos no ambiente macroeconômico, a pontuação de alocação de SDRs é a mais alta (Opção 4), enquanto a negociação melhorada (Opção 8), como por meio de um clube de mutuários, ou reforma para estruturas de sustentabilidade de dívida estabelecidas (Opção 6). Enquanto isso, a utilização futura de políticas do tipo de ajuste estrutural tem a classificação mais baixa (Opção 1).

Finalmente, em termos de viabilidade, as opções mais praticáveis e alcançáveis são aquelas que já foram implementadas ou implementadas recentemente, especialmente a promoção da suspensão da dívida DSSI (Opção 3). Podem ser possíveis melhorias na capacidade de negociação e coordenação (opção 8 - embora alguns dos aspectos mais fortes desta opção possam ser menos viáveis). As menos viáveis são a reforma das abordagens do Banco Mundial (Opção 7) e análise de risco do setor privado (Opção 5), bem como a transformação estrutural para as economias africanas (Opção 10), mudanças nos quadros de sustentabilidade da dívida do FMI (Opção 6), conforme necessário uma grande quantidade de mudanças institucionais em uma grande quantidade de atores e, sem dúvida, têm sido tentadas por décadas.

**O que isso significa em conjunto?** Com base neste quadro, que procura priorizar soluções de longo prazo para os desafios da dívida, as opções de vanguarda para o mundo perseguir em conjunto e para as partes interessadas africanas em particular defenderem surgem como melhorias na capacidade de negociação e coordenação (Opção 8), também como reformas aos quadros de sustentabilidade da dívida (Opção 6). A reforma das avaliações de risco do setor privado (Opção 5) também se destaca, juntamente com a suspensão da dívida DSSI adicional (Opção 3), enquanto o desenvolvimento institucional financeiro africano (Opção 9), apesar dos desafios de viabilidade, e a emissão / realocação de SDRs (Opção 4) também pontuação relativamente alta. As opções são ordenadas em prioridade na Figura 31.

**Figura 31: Opções a seguir em ordem de prioridade**



O quadro também sugere que os programas e políticas de austeridade e privatização do tipo ajustamento estrutural (Opção 1) são os menos úteis para garantir soluções a longo prazo para os desafios da dívida africana.

Dito isso, também devemos observar que nenhuma dessas opções são mutuamente exclusivas. Eles são e devem ser possíveis de trabalhar em conjunto e, em alguns casos, podem reforçar-se mutuamente. Por exemplo, aspectos da Opção 8, como linhas de swap e propostas do clube dos mutuários, podem ser combinados com a emissão ou realocação de SDRs, Opção 4, e/ou como meio de iniciar instituições financeiras africanas, Opção 9.



## SEÇÃO 7: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: UMA REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DÍVIDA GLOBAL

A Seção 1 delineou a abordagem e estrutura do relatório, destacando que um relatório deste tipo - delineando as diferentes opções disponíveis para um melhor desenvolvimento em África no que diz respeito à dívida - não foi escrito antes.

Na Seção 2, o sistema de dívida global foi introduzido. As partes interessadas em todos os lados do sistema foram explicadas, desde credores e devedores até agências de classificação de crédito. Os tipos e, mais importante, as razões para o envolvimento da dívida foram destacados - sendo a necessidade de África de financiamento externo para construir a infraestrutura tão necessária um ponto chave. Nigéria e China foram apresentados para ilustrar melhor.

A Seção 3 forneceu uma visão geral da dívida nos países africanos ao longo do tempo, destacando informações importantes sobre a história da dívida da África, apoiadas por dados. A importância e a influência duradoura da era colonial da África são pronunciadas, bem como eventos importantes, como a crise da dívida dos anos 1980.

A chegada e o impacto da pandemia de COVID-19 na África formaram o foco da Seção 4. Os efeitos do vírus na África, embora menos graves do que em outras áreas do mundo, reduziram significativamente as perspectivas de crescimento econômico, aumentaram os gastos do governo e reduziram receitas fiscais - que, juntas, pioraram as perspectivas de sustentabilidade da dívida e causaram preocupações de liquidez.

A Seção 5 introduziu os critérios de análise, utilizados na Seção 6 para apresentar as opções disponíveis para as partes interessadas africanas e internacionais no futuro. Foram analisadas as intervenções implementadas no passado, como as iniciativas HPIC e DSSI, antes de serem reunidas e analisadas sete soluções propostas em função de um conjunto de critérios considerados mais importantes. A análise comparativa também foi usada para discutir essas opções - e informar a conclusão e recomendações nesta seção final.

As opções delineadas acima apresentam um conjunto de ferramentas coerente e holístico a partir do qual as partes interessadas africanas e outras podem abordar os desafios futuros da dívida e do crescimento. É importante ressaltar que as opções não devem ser consideradas mutuamente exclusivas. As diferentes opções principais devem ser trabalhadas simultaneamente, com diferentes atores ou governos concentrando seus esforços naquelas que consideram mais adequadas às suas necessidades e, em particular, garantindo que não são apenas os mutuários ou devedores que devem agir / mudar por conta própria. Ao mesmo tempo, é importante ser cético em relação a ambas as propostas singulares, bem como às propostas que têm a classificação mais baixa na avaliação da Seção 6.

Além disso, este kit de ferramentas holístico está provavelmente alinhado com uma série de outras mudanças de paradigma recentes e emergentes no setor de desenvolvimento internacional.

Em primeiro lugar, desde 2011, tem havido uma mudança no mundo da formulação de políticas de desenvolvimento, de focar na "ajuda" para "cooperação para o desenvolvimento", que pretende, por exemplo, encorajar a mudança das finanças do setor privado para a sustentabilidade e redução da pobreza, bem como aumentar transparência dos fluxos financeiros e "propriedade" dos países beneficiários da ajuda ou empréstimos fornecidos.

Em segundo lugar, tem-se falado de uma mudança de "ajuda externa" na concessão de subsídios e empréstimos a países pobres para "Investimento público global" - um conceito cunhado e explicado por Jonathan Glennie em um livro de 2020: *The Future of Aid* (O futuro da ajuda)<sup>cxliii</sup>. Isso incentiva a mudança de ver o financiamento internacional como um último recurso temporário (como SDRs ou empréstimos), para valorizá-lo como uma força permanente para o bem, juntamente com o pagamento coletivo e benefícios coletivos, independentemente do nível de desenvolvimento de um país, e representativo tomando uma decisão.

Terceiro, como resultado do movimento Black Lives Matter (Vidas negras importam), que atingiu seu ápice em 2020, o setor de desenvolvimento sofreu algumas pressões e críticas para "descolonizar" e se afastar de um "olhar branco" que vê os destinatários de ajuda ou empréstimos através de uma lente de superioridade e remove sua agência.

Qualquer discussão sobre como evitar dívidas e garantir financiamento futuro adequado para os países africanos deve, portanto, ser capaz de responder confortavelmente a essas três mudanças de paradigma.

Com base neste requisito, bem como na análise das opções estabelecidas na **Seção 6**, temos as seguintes recomendações específicas para diferentes partes interessadas, dependendo de suas contribuições únicas e potenciais para a implementação das soluções exploradas neste documento.

## Recomendações para as partes interessadas africanas

As partes interessadas africanas são, sem dúvida, as partes interessadas mais importantes de todas quando exploram soluções de financiamento africano de curto e longo prazo. Cabe aos governos e cidadãos africanos determinar a forma de envolvimento com o resto do mundo nesta questão. Nesse sentido, os governos e cidadãos africanos devem primeiro estabelecer uma agência sobre essas questões, inclusive por meio da realização de sua própria avaliação dessas opções, como foi feito neste documento.

Com base na análise deste artigo, propomos especificamente:

- Os governos africanos devem usar a experiência da COVID-19 de trabalhar juntos coletivamente para um objetivo comum, bem como os esforços renovados para a coordenação continental através do AfCFTA para trabalhar juntos para criar fóruns ou órgãos de propriedade e gestão africanos para aumentar a capacidade de negociação e coordenação sobre questões de financiamento, incluindo propostas de DSSI e SDR em particular (ref: Opção 8, vinculação às Opções 3 e 4).
- Embora novas propostas de emissão de SDR sejam bem-vindas (ref: Opção 4), as partes interessadas africanas devem esclarecer explicitamente que serão insuficientes para atender às necessidades africanas por conta própria e podem criar problemas se combinadas com programas de austeridade liderados por organizações multilaterais. Os governos africanos devem, portanto, advogar para que o G20 chegue a um acordo sobre uma nova emissão de SDR com a condição de que cada membro do G20 também realoque uma certa porcentagem (a ser determinada) da nova alocação para um novo veículo de mutuários para fins especiais, administrado e liderado por países / instituições africanas (ref: Opção 4).
- Os ministros das finanças africanos devem desenvolver seu trabalho com a UNECA e formar um grupo de trabalho para determinar as modalidades para um veículo de mutuários de propósito especial apresentar ao G20 e aos credores multilaterais na Cúpula do G20 liderada pela Itália em 2021, como um repositório para um porcentagem de SDRs realocados para a África (ref: Opção 8).

- Os governos africanos e as organizações não governamentais devem exigir uma revisão imediata e independente do quadro de sustentabilidade da dívida do FMI, garantindo que os especialistas africanos estejam bem representados em quaisquer grupos de especialistas formados para o fazer (ref: Opção 6).
- Os governos africanos devem apelar ao G20 para iniciar um fluxo de trabalho sobre a reforma e regulamentação das agências de notação de crédito e análise de risco do setor privado. O G20, com seus antecedentes financeiros, é a instituição certa para iniciar isso (ref: Opção 5).
- Os governos africanos devem pressionar o G7 e o G20 a concordar com uma extensão adicional da suspensão da dívida DSSI, por 1 a 2 anos, dependendo da progressão da pandemia de COVID-19, e para todos os países africanos (tanto LIC quanto MIC), enquanto incluindo credores multilaterais (ref: Opção 3)
- Os governos africanos devem acelerar o trabalho no sentido de criar instituições financeiras africanas independentes, utilizando novas alocações bilaterais de SDR para fazer contribuições de capital iniciais conforme necessário e usando o veículo do mutuário para fins especiais como um ponto de partida prático (ref: Opção 9).
- Os governos africanos e as organizações não governamentais devem pedir ao Banco Mundial que reveja a sua abordagem ao desenvolvimento - incluindo a sua fraca ênfase até à data na transformação estrutural através da industrialização e outras mudanças políticas lideradas pelo estado (ref: Opção 7).
- Com base nas lições aprendidas com as crises da dívida anteriores, as partes interessadas africanas devem ser cautelosas com as propostas de todos os parceiros potenciais - sejam multilaterais, chineses ou outros países - para fornecer novos empréstimos sob condição de privatização, reforma tributária ou outros tipos de mudança de política que possam reduzir capacidade do governo para obter financiamento interno.

## Recomendações para as partes interessadas chinesas

Este documento descreve como e por que a China se tornou um importante parceiro de desenvolvimento para os países africanos no financiamento do desenvolvimento. Não foi apenas a China que impulsionou isso, a China também preencheu uma lacuna não preenchida por outros. Dito isto, todos os parceiros de desenvolvimento podem melhorar, e é importante que as partes interessadas chinesas ouçam atentamente as necessidades das partes interessadas africanas e respeitem as suas necessidades e exigências de propriedade e aspiração para encontrar soluções de financiamento africano a longo prazo. Isso requer um equilíbrio delicado entre fazer parte do sistema do G20 para tentar garantir a macroestabilidade global e assumir uma posição progressista no G20 ao lado do representante africano do G20 na África do Sul e quaisquer outros observadores africanos.

Com base na análise deste artigo, propomos especificamente:

- O governo chinês tem indicado, desde meados de 2020, abertura para uma nova emissão de SDR<sup>cxliiv</sup>. Com base na análise deste artigo, esta é claramente uma posição positiva a ser tomada. No entanto, reconhecendo que isso não será suficiente para apoiar os países mais pobres devido aos baixos níveis de alocação, o governo chinês também deve expressar a disposição o mais rápido possível de também realocar uma certa porcentagem (a ser determinada) de sua própria nova alocação para um novo veículo de mutuários para fins especiais, administrado e liderado por países / instituições africanas. A China poderia até considerar a alocação de uma certa quantia de seu próprio financiamento bilateral para tal veículo, na próxima Cúpula do FOCAC no Senegal em 2021 (ref: Opção 4 e Opção 8).
- Conforme observado na Seção 5, bem como no Apêndice 2, o governo chinês emitiu uma nova orientação de sustentabilidade da dívida a ser usada pelos bancos chineses na "saída". Embora seja admirável rever as próprias práticas à luz da pressão internacional, a pressão internacional

veio de outros parceiros de desenvolvimento, não necessariamente homólogos africanos. Assim, o governo chinês também deve apelar à revisão e reforma do quadro do FMI e fornecer mais detalhes do seu próprio quadro à equipa de especialistas para ajudar a considerar alternativas e garantir mais financiamento para os países africanos de todas as fontes daqui para a frente (ref: Opção 6)

- O governo chinês deve advogar dentro do G20 por uma extensão adicional da suspensão da dívida DSSI (ref: Opção 3) para todos os países africanos (tanto LIC quanto MIC) e outros LICs, incluindo de credores multilaterais, e concordar com o G20 em participar em um fluxo de trabalho sobre a regulamentação das agências de classificação de crédito e análises de risco-país (ref: Opção 5).
- As partes interessadas chinesas fora do governo - tanto do setor privado quanto não-governamental - devem ter como objetivo trabalhar mais estreitamente com as contrapartes africanas, para aumentar a compreensão mútua dos desafios de financiamento nos países africanos, bem como as opções e abordagens potenciais usadas pelas contrapartes chinesas, para ajudar superar o ceticismo e a falta de transparência até o momento sobre o financiamento chinês para a África.
- Os credores chineses também devem evitar cair em práticas usadas no passado (ref: Opção 2) para fornecer novos empréstimos sob a condição de privatização, reforma tributária ou outros tipos de mudança de política que poderiam reduzir a capacidade do governo de obter financiamento interno.

## Recomendações para outras partes interessadas internacionais

Este documento apresenta como e por que os modos tradicionais de engajamento com os países africanos em finanças e dívida - por credores tradicionais da OCDE e instituições multilaterais foram e continuam a ser altamente problemáticos. A agência das partes interessadas africanas é frequentemente inexistente, justificada pela análise que enfatiza a má governação, embora os governos e instituições africanas tenham se mostrado superiores em 2020 a muitos outros, incluindo os dos seus parceiros de desenvolvimento tradicionais durante a crise da COVID-19. Agora é a hora de aprender com o passado e melhorar, ouvindo atentamente as necessidades das partes interessadas africanas e respeitando as suas necessidades de apropriação e aspiração de encontrar soluções de financiamento africano de longo prazo. Isso requer não apenas assumir posições aparentemente progressistas no G20, mas estar disposto a considerar reformas internas e a considerar novas opções nunca antes discutidas, de modo a evitar a criação de futuras crises de dívida pela imposição de tipos errados de condições.

Com base na análise deste artigo, propomos especificamente:

- Credores bilaterais da OCDE e conselhos de instituições multilaterais devem expressar abertura a uma nova emissão de DES, mas reconhecer que isso não será suficiente para apoiar os países mais pobres devido aos baixos níveis de alocação. Eles também devem estar dispostos o mais rápido possível a realocar uma certa porcentagem (a ser determinada) de novas alocações de países e qualquer novo capital (por meio do FMI, MDBs, e assim por diante) para um novo veículo de mutuário para fins especiais, gerido e liderado por países / instituições africanos (ref: Opções 4 e 8). A ONU e as organizações não governamentais baseadas em países da OCDE devem pressionar os governos a concordar com isso.
- As organizações não governamentais com base nos países da OCDE devem reconhecer os problemas que os programas austeros criaram para os países pobres no passado (ref: Opção 2) e pressionar os credores bilaterais da OCDE e conselhos de instituições multilaterais para evitar o uso de novos financiamentos como meio impor condições aos países africanos, quer o financiamento provenha de instituições multilaterais ou de novos SDRs.



- Os credores bilaterais da OCDE e os conselhos de instituições multilaterais, bem como as Nações Unidas e as organizações não governamentais, devem solicitar e estar dispostos a iniciar uma revisão e reforma profunda e independente do quadro de sustentabilidade da dívida do FMI (ref: Opção 6).
- O conselho do Banco Mundial deve iniciar uma revisão da abordagem do Banco Mundial para o desenvolvimento, incluindo sua pouca ênfase até o momento na transformação estrutural por meio da industrialização e outras mudanças políticas lideradas pelo Estado. A revisão deve abranger todos os aspectos das modalidades e operações internas do Banco - incluindo a eleição do Presidente, bem como outras questões de pessoal e orientação interna. e modelagem econômica / vieses do indicador, entre outros (ref: Opções 7 e 10).
- Credores bilaterais da OCDE e conselhos de instituições multilaterais devem concordar com o G20 por uma suspensão adicional da dívida DSSI de 1,5 a 2 anos para todos os países africanos (tanto LIC quanto MIC) e outros LICs, incluindo credores multilaterais (ref: Opção 3) e concordar com o G20 para iniciar um fluxo de trabalho sobre a regulamentação das agências de classificação de crédito e análise de risco do país (ref: Opção 5).
- Os credores do setor privado de países da OCDE devem expressar disposição para reformar e participar de um fluxo de trabalho do G20 sobre a regulamentação das agências de classificação de crédito e análises de risco-país (ref: Opção 5).
- A ONU desempenhou um papel positivo no apoio aos países africanos na coordenação e gestão dos impactos económicos da COVID-19, em particular através da UNECA. A ONU deve continuar a fazê-lo e aumentar este trabalho para fornecer um fórum consistente para uma coordenação e apoio mais detalhados, com vista a operacionalizar novas instituições financeiras lideradas por africanos (ref: Opções 4 e 9).

# APÊNDICES



## APÊNDICE 1: LISTA DE SIGLAS E GLOSSÁRIO DE TERMOS

### Lista de siglas (do inglês)

ADB	Banco de desenvolvimento asiático
AfDB	Banco de desenvolvimento africano
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
AU	União africana
BRI	Iniciativa Cinturão e Estrada
CDB	Banco de desenvolvimento chinês
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
DAC	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
DR	Development Reimagined
EBRD	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
EXIM	Banco de Exportação e Importação da China
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
HIPC	Países Pobres Altamente Endividados
IADB	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IFC	Corporação Financeira Internacional
IMF	Fundo Monetário Internacional
MDB	Banco multilateral de desenvolvimento
MDRI	Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento
NGO	Organização não-governamental
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SAP	Empréstimo para ajuste estrutural
SDG	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
UN	Nações Unidas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

## **Glossário de termos**

### **Empréstimo concessional**

Um empréstimo oferecido por credores oficiais multilaterais e bilaterais geralmente a um custo muito baixo para o mutuário; o elemento de donativo de um empréstimo concessional é de cerca de 35%.

### **CPIA: Índice de Avaliação Institucional e Política do País (CPIA)**

Uma classificação de índice atribuída ao país com base em um conjunto de critérios em 4 grupos principais: gestão econômica, políticas estruturais, políticas de inclusão social e equidade e gestão do setor público e instituições.

### **Dívida**

Créditos financeiros que exigem o(s) pagamento(s) de juros e / ou principal pelo devedor ao credor em uma data no futuro.

### **Situação de Endividamento**

Uma avaliação explícita do risco de sobreendividamento externo de um país. A classificação é baseada em uma análise da dívida externa PPG na DSA externa.

### **Perdão da dívida**

O perdão da dívida é o cancelamento voluntário de toda ou parte de uma obrigação de dívida dentro de um acordo contratual entre um credor e um devedor

### **"Debt Overhang"**

Situação em que o estoque da dívida do soberano excede sua capacidade de reembolsá-lo; uma carga de dívida tão grande que uma entidade não pode tomar emprestado para ajudar no serviço; uma condição em que a carga tributária esperada da dívida é tão alta que dissuade o investimento / consumo corrente e, portanto, serve como um entrave à atividade econômica.

### **Reestruturação da dívida**

Também conhecido como reorganização de dívidas; um acordo envolvendo o credor e o devedor (e às vezes terceiros) que altera os termos estabelecidos para o serviço da dívida existente.

### **Serviço da dívida**

Pagamentos de dívidas (juros + amortização) que vencem no período atual.

### **Iniciativa de suspensão do serviço da dívida (DSSI)**

A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) foi endossada pelo Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial e os Ministros das Finanças do G20 em abril em resposta à concessão da suspensão do serviço da dívida aos países mais pobres para ajudá-los a administrar o severo impacto da pandemia de COVID-19.

## **Estrutura de Sustentabilidade da Dívida (DSF)**

A estrutura dentro da qual todos os DSAs são produzidos para garantir a comparabilidade entre os DSAs produzidos para diferentes países

### **Devedor**

Uma parte que tem uma dívida com uma segunda parte; uma pessoa ou instituição que deve dinheiro; um que pede emprestado de outra parte.

### **Inadimplência**

Uma parte não deseja ou é incapaz de pagar suas obrigações de dívida; um governo é incapaz de pagar seus credores.

### **Dívida externa**

Passivos de dívida devidos por residentes a não residentes.

### **Investimento Estrangeiro Direto (FDI)**

Investimento de capital por estrangeiros no próprio país; pode ser para financiar projetos nacionais ou projetos estrangeiros no país doméstico.

### **Reservas de câmbio estrangeiro**

Dinheiro de reserva denominado em moeda estrangeira mantido pela autoridade monetária de um país.

### **Taxa de crescimento do PIB**

A variação percentual no valor agregado de uma economia de um período para o outro (geralmente 1 ano)

### **Dívida Governamental**

Também conhecida como dívida pública, dívida soberana ou dívida nacional; a dívida de um governo central.

### **Gastos Governamentais**

Total de pagamentos e despesas do governo.

### **Carência**

O período de tempo em que nenhum pagamento do principal é devido sobre um empréstimo.

### **Produto Interno Bruto (PIB)**

O valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país em um determinado período. O PIB é determinado usando dados de produção, despesas ou receitas e é apresentado em preços correntes ou constantes

### **Renda Nacional Bruta (GNI)**

A soma do PIB e da receita externa líquida gerada pelas atividades de produção no exterior. GNI era GNP nas versões pré-1993 do SNA

### **Inflação**

Um aumento sustentado do nível geral de preços. A taxa de inflação é a variação percentual no nível de preços em um determinado período (geralmente um ano).

### **Taxa de inflação**

A taxa de inflação é a variação percentual no nível de preços em um determinado período (geralmente um ano).

### **Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC)**

A Iniciativa HIPC foi lançada em 1996 pelo FMI e pelo Banco Mundial, com o objetivo de garantir que nenhum país pobre enfrente um fardo de dívida que não possa administrar. Desde então, a comunidade financeira internacional, incluindo organizações multilaterais e governos têm trabalhado juntos para reduzir a níveis sustentáveis o fardo da dívida externa dos países pobres mais endividados

### **Pagamento de Juros**

Um pagamento feito em um empréstimo a cada período, separado da amortização. Os pagamentos de juros são pagamentos periódicos associados a empréstimos, refletindo conceitualmente o custo de usar os ativos financeiros de outra pessoa.

### **Taxa de juro**

O retorno anual de um ativo financeiro de preço fixo expresso como uma porcentagem do preço do ativo

### **Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI)**

A MDRI foi lançada em 2005 para ajudá-los a avançar em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Ele fornece 100% de alívio da dívida elegível de três instituições multilaterais (FMI, AID e o Fundo Africano de Desenvolvimento) para um grupo de países de baixa renda. Em 2007, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IaDB) também decidiu fornecer alívio da dívida adicional (“além do HIPC”) para os cinco PPME no Hemisfério Ocidental.

### **Dívida pública**

O total de obrigações financeiras incorridas por todos os órgãos governamentais de uma nação; obrigações totais pelo setor público de um país

### **Proporção dívida pública / PIB**

A relação entre a dívida pública bruta de um país e seu produto interno bruto.

### **Programa de crescimento e redução da pobreza (PRGT)**

Fundo fiduciário para o financiamento concessional do FMI. Existem três linhas concessionais - a Linha de Crédito Estendida (ECF) para fornecer suporte flexível de médio prazo; o Standby Credit Facility

(SCF) para atender às necessidades de curto prazo e de precaução; e o Rapid Credit Facility (RCF) para fornecer suporte de emergência.

### **Agência de Classificação**

Uma empresa que avalia a qualidade de crédito tanto de títulos de dívida quanto de seus emissores; exemplos incluem Standard and Poor's, Moody's e Fitch.

### **Capacidade de Reembolso**

Uma medida da capacidade de um organismo de cumprir suas obrigações existentes (dívida) por meio de sua receita.

## APÊNDICE 2: COMPARANDO A ESTRUTURA DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DA CHINA DE 2019 (LIC-DSF) COM A DO FMI / BANCO MUNDIAL (DSF)

### O que é LIC-DSF?

#### BRI-DSF

*Ele imediatamente (na página 1) aborda o fato de que tomar empréstimos é uma forma de impulsionar o crescimento e alcançar o desenvolvimento sustentável. Afirma que é uma ferramenta não obrigatória ao contrário do FMI-DSF*

- os empréstimos são uma ferramenta importante para financiar investimentos essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável.
- reconhecer a importância de encontrar um equilíbrio entre o atendimento das demandas de financiamento, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade da dívida.
- Esta estrutura é uma ferramenta de política não obrigatória. As instituições financeiras da China e de outros países BRI são incentivadas a usar esta estrutura.

#### IMF-DSF

*BRI-DSF exclui menções de redução da pobreza, enquanto o FMI-DSF se concentra no apoio, SDGs e redução da pobreza*

- O objetivo do DSF é apoiar os esforços dos PBR para atingir suas metas de desenvolvimento, minimizando o risco de sobreendividamento.
- Os PBR requerem um investimento público considerável para suprir lacunas de infraestrutura, fortalecer o crescimento do produto potencial e reduzir a pobreza. Com metas ambiciosas, refletidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e limites à ajuda oficial, os PBR estão contando cada vez mais com empréstimos internos e externos não concessionais para financiar investimentos.

### Procedimentos

#### A. Cobertura de dívidas

##### BRI-DSF

*Usa uma definição mais geral do que IMF-DSF*

- O BRI-DSF define a cobertura da dívida como os pagamentos futuros de juros e / ou principal que são exigidos do devedor público ao credor, incluindo títulos de dívida, empréstimos e outras contas a pagar.

##### IMF-DSF

- financiamento externo permanece amplamente concessional e o valor presente (PV) da dívida desempenha um papel chave na compreensão das vulnerabilidades relacionadas com a dívida



## **B. Macroeconomia**

### **BRI-DSF**

*É interessante que o BRI-DSF mencione desde o início que o progresso tecnológico deve ser considerado um fator que afeta a economia*

- As projeções das principais variáveis macroeconômicas devem ser baseadas no plano de desenvolvimento econômico do país e seu plano fiscal de médio e longo prazo, com consideração abrangente do desenvolvimento econômico, ciclo econômico, acumulação de capital, estrutura populacional, progresso tecnológico

### **Menções de impactos de crescimento endógeno**

*Ambos usam ferramentas de realismo que levam em consideração os impactos do crescimento endógeno da dívida*

### **BRI-DSF**

**Relação entre investimento público e crescimento.** O investimento produtivo, ao mesmo tempo que aumenta os coeficientes da dívida no curto prazo, pode gerar maior crescimento econômico, receita fiscal e exportação, levando a coeficientes da dívida mais baixos ao longo do tempo. Portanto, é fundamental refletir o impacto do investimento público no crescimento econômico e nas mudanças da dívida. O efeito puxador do investimento público sobre o crescimento econômico pode ser marcado pela elasticidade do produto. Quando um novo projeto de investimento público é implementado, se o crescimento econômico calculado com base na elasticidade empírica histórica do produto for inconsistente com o crescimento econômico real, possíveis explicações devem ser consideradas. Onde não houver uma explicação razoável, deve-se considerar o ajuste das projeções macroeconômicas.

### **IMF-DSF**

**A ferramenta final de realismo DSF avalia a consistência entre o crescimento e os pressupostos de investimento público.** As projeções de crescimento devem capturar o impacto do investimento público sobre o crescimento de maneira realista. Os defensores do aumento do investimento público afirmam que o investimento produtivo, ao mesmo tempo que aumenta os coeficientes da dívida no curto prazo, pode gerar maior crescimento, receita e exportações, levando a menores coeficientes da dívida ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, altos retornos econômicos de projetos individuais nem sempre se traduzem em altos retornos macroeconômicos. Os usuários do DSF devem, portanto, avaliar cuidadosamente o impacto de uma ampliação do investimento público. Uma série de ferramentas está disponível para ajudar os usuários a estudar e modelar essa relação em profundidade.

## LISTA DE REFERÊNCIAS

- <sup>i</sup> Compilação do autor.
- <sup>ii</sup> O Guia da Dívida está disponível em cinco idiomas em Disponível em 5 idiomas em: <https://www.africaunconstrained.com/reports/>, com os dados em: <https://www.africaunconstrained.com/our-data/>
- <sup>iii</sup> <https://www.afdb.org/en/the-high-5/light-up-and-power-africa-%E2%80%93-a-new-deal-on-energy-for-africa>
- <sup>iv</sup> Centro de Conhecimento SDG, 2019, Comissão de Banda Larga Propõe Plano de Ação para Alcançar a Meta 9c do SDG, <https://sdg.iisd.org/news/broadband-commission-proposes-action-plan-to-achieve-sdg-target-9c/>
- <sup>v</sup> Development Reimagined, 2020, Guia de dívidas africanas, <https://www.africaunconstrained.com/reports/>
- <sup>vi</sup> Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, 2018, African Economic Outlook 2018– Capítulo 3, [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/2018AEO/African\\_Economic\\_Outlook\\_2018\\_-\\_EN\\_Chapter3.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/2018AEO/African_Economic_Outlook_2018_-_EN_Chapter3.pdf)
- <sup>vii</sup> Todos os dados provêm de: <https://www.dmo.gov.ng/debt-profile/external-debts>, citação de Buhari de <https://www.dmo.gov.ng/news-and-events/dmo-in-the-news/president-buhari-justifies-borrowing-to-fund-infrastructure>
- <sup>viii</sup> Banco Mundial, 2016, Declaração dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: Cumprindo a Agenda 2030, <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2016/10/09/delivering-on-the-2030-agenda-statement>
- <sup>ix</sup> Grupo do Banco de Desenvolvimento Africano, missão e estratégia. <https://www.afdb.org/en/about/mission-strategy>
- <sup>x</sup> Fundo Monetário Internacional, Missão e Estratégia. <https://www.imf.org/external/about/lending.htm#facilities>
- <sup>xi</sup> Fundo Monetário Internacional, 2021, Diretores Executivos do FMI e Poder de Voto, <https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/eds.aspx>
- <sup>xii</sup> Banco Mundial, BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, DIRETORES EXECUTIVOS E ALTERNADOS, <http://pubdocs.worldbank.org/en/241041541103873167/BankExecutiveDirectors.pdf>
- <sup>xiii</sup> Associação Internacional de Desenvolvimento, Países Mutuários, <https://ida.worldbank.org/about/borrowing-countries>
- <sup>xiv</sup> Todos os dados neste quadro foram retirados de: Brautigam, Deborah, Jyhjong Hwang, Jordan Link, e Kevin Acker (2019) "Chinese Loans to Africa Database," (Banco de dados de empréstimos chineses para a África), Washington, DC: Iniciativa de pesquisa China-África, Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins; Agência de Notícias Xinhua, 2019, [https://www.sohu.com/a/324100156\\_267106?scm=1002.46005d.16b016c016f.PC\\_ARTICLE\\_REC\\_OPT](https://www.sohu.com/a/324100156_267106?scm=1002.46005d.16b016c016f.PC_ARTICLE_REC_OPT), <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1610232808828583333&wfr=spider&for=pc>, <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1638459391077420601&wfr=spider&for=pc> e Morris, Parks, e Gardner no Centro de Desenvolvimento Global.
- <sup>xv</sup> Banco Mundial, Estatísticas de Dívida Internacional, Conjunto de Dados de Estatísticas de Dívida Internacional
- <sup>xvi</sup> 29 de outubro, 2020, Development Reimagined, 2020, <https://developmentreimagined.com/2020/10/29/will-the-imf-2021-projected-growth-rates-for-african-countries-impact-covid19-recovery/>, retirada das estatísticas sobre dívida de World Bank/IMF.
- <sup>xvii</sup> World Bank, Estatística de Dívida Internacional, Conjunto de dados de estatísticas de dívida internacional.
- <sup>xviii</sup> OECD 2021, Desembolsos de ajuda (ODA) para países e regiões [DAC2a], <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=Table2A#> (Acesso em: 30/01/2021)
- <sup>xix</sup> Campanha Jubileu da dívida.
- <sup>xx</sup> Horn, S., Reinhart, C. R. and Trebesch, C., 2019. Empréstimos no exterior da China. Working paper do National Bureau of Economic Research No. 26050. [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w26050/revisions/w26050.rev0.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w26050/revisions/w26050.rev0.pdf)
- <sup>xxi</sup> Brautigam, Deborah, Jyhjong Hwang, Jordan Link, e Kevin Acker (2019) "Chinese Loans to Africa Database," (Banco de dados de empréstimos chineses para a África), Washington, DC: Iniciativa de pesquisa China-África, Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins.
- <sup>xxii</sup> Geda, Alemayehu, 2003. The Historical Origin of African Debt Crisis (A origem histórica da crise da dívida africana). Eastern Africa Social Science Research Review. 19. 59-89. 10.1353/eas.2002.0012
- <sup>xxiii</sup> Ibid.
- <sup>xxiv</sup> Fome mundial, como surgiu a crise da dívida? Qual foi seu impacto sobre os países pobres ? <https://www.worldhunger.org/articles/global/debt/caritas2.htm>
- <sup>xxv</sup> The Historical Origin of African Debt Crisis (A origem histórica da crise da dívida africana) - Scientific Figure on ResearchGate. [https://www.researchgate.net/figure/Price-indices-of-some-major-agricultural-export-commodities-of-Africa-1965100\\_fig1\\_236792693](https://www.researchgate.net/figure/Price-indices-of-some-major-agricultural-export-commodities-of-Africa-1965100_fig1_236792693) [acesso em: 30 de jan, 2021]
- <sup>xxvi</sup> Crise da dívida da década de 1980, [https://www.grips.ac.jp/teacher/oono/hp/lecture\\_F/lec10.htm](https://www.grips.ac.jp/teacher/oono/hp/lecture_F/lec10.htm)
- <sup>xxvii</sup> Entrevista do autor com Howard Stein.
- <sup>xxviii</sup> Universidade Johns Hopkins & Medicina, 2021, Centro de recursos para o Coronavírus <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

- xxix Fundo Monetário Internacional, Perspectivas Econômicas Mundiais (outubro de 2020), Crescimento do PIB Real, [https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/AFQ/APQ/EUQ/MEQ/NMQ/SMQ](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/AFQ/APQ/EUQ/MEQ/NMQ/SMQ)
- xxx Ibid.
- xxxi Fundo Monetário Internacional, 2021, Atualização da situação econômica mundial (janeiro de 2021), <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/01/26/2021-world-economic-outlook-update>
- xxxii Organização das Nações Unidas para o Turismo Mundial, 2020, Barômetro do Turismo Mundial, <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/wtobarometereng.2020.18.1.7>
- xxxiii Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 2020, Atualização do Comércio Global, [https://unctad.org/system/files/official-document/ditcinf2020d4\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ditcinf2020d4_en.pdf)
- xxxiv Banco Mundial, 2020, [https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?end=2019&locations=ZF&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=1960](https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?end=2019&locations=ZF&most_recent_value_desc=true&start=1960)
- xxxv Knoema, 2019, Dados do Conselho de Turismo e Viagem Mundiais, <https://knoema.com/WTTC2019/world-travel-and-tourism-council-data>
- xxxvi Kituyi, M. 30 de setembro, 2020
- xxxvii Development Reimagined, 2020, <https://developmentreimagined.com/2020/12/11/chinadebtreliefimpact/>
- xxxviii Development Reimagined, 2020, <https://developmentreimagined.com/2020/09/20/now-comes-harder-work/>
- xxxix Banco Mundial, Banco Mundial na África - Visão geral, <https://www.worldbank.org/en/region/afr/overview>
- xl Development Reimagined, 2020, <https://developmentreimagined.com/2020/06/26/is-africa-poverty-inevitable/>
- xli Muhumuza, R. 1 de novembro, 2020
- xlii Kituyi, M. 30 de setembro, 2020
- xliiii Gondwe, G. (2020).
- xliv Ibid.
- xlv Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 2020, Avaliação do Impacto de COVID-19 no Desenvolvimento Econômico da África, [https://unctad.org/system/files/official-document/aldcmisc2020d3\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/aldcmisc2020d3_en.pdf)
- xlvi Knoema, 2019, Dados do Conselho de Turismo e Viagem Mundiais, <https://knoema.com/WTTC2019/world-travel-and-tourism-council-data>
- xlvii Organização das Nações Unidas para o Turismo Mundial, 2020, Barômetro do Turismo Mundial, <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/wtobarometereng.2020.18.1.7>
- xlviii Gondwe, G. (2020).
- xlix Ibid.
- I Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, 2018, Situação econômica da África 2018, <https://www.afdb.org/en/knowledge/publications/african-economic-outlook>
- ii Development Reimagined, 2020, <https://developmentreimagined.com/2020/12/11/chinadebtreliefimpact/>
- iii Development Reimagined, 2020, <https://developmentreimagined.com/2020/06/12/is-africa-drowning-in-debt/>
- iiii Para uma discussão aplicada de como os atores chineses avaliam a assistência ao desenvolvimento, consulte: <https://chinaafricaproject.com/analysis/qa-measuring-the-effectiveness-of-chinese-agricultural-assistance-in-africa/>
- liv OECD, *Critérios de avaliação*, <https://www.oecd.org/dac/evaluation/dacriteriaforevaluatingdevelopmentassistance.htm>
- lv Claude Frey, 1997, Atividades das instituições de Bretton Woods, <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/X2H-Xref-ViewHTML.asp?FileID=7711&lang=en>
- lvi UNESCWA, <https://www.unescwa.org/structural-adjustment-programmes>
- lvii Wohlmuth, Karl, 1984. *IMF and World Bank structural adjustment policies: Cooperation or conflict?* (Políticas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial: Cooperação ou conflito?), *Intereconomics*, ISSN 0020-5346, Verlag Weltarchiv, Hamburg, Vol.19, Iss. 5, pp. 226-234, <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/139935/1/v19-i05-a05-BF02928342.pdf>
- lviii Lensink, Robert (1996). *Structural adjustment in Sub-Saharan Africa* (1st ed.) (Ajuste estrutural na África Subsaariana (1ª ed.)). Longman. ISBN 9780582248861.
- lix Jurgen, K. (2018). *Interfering with national sovereignty* (Interferindo na soberania nacional). <https://www.dandc.eu/en/article/shortcomings-and-weaknesses-structural-adjustment-measures-recent-decades>
- lx Tony Killick, ODI (1990). *Problems and Limitations of Adjustment Policies* (Problemas e limitações das políticas de ajuste), <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6915.pdf>
- lxi Ibid.
- lxii Williams, G. (1994) *Why structural adjustment is necessary and why it doesn't work* (Por que o ajuste estrutural é necessário e por que não funciona), 21:60, 214-225, DOI: 10.1080/03056249408704057. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03056249408704057>
- lxiii Uso de referências para este quadro são: Rothchild, 1991:8 e Donkor (1997:122)
- lxiv Fundo Monetário Internacional, 2016, Informativo: Alívio da Dívida Sob a Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/16/11/Debt-Relief-Under-the-Heavily-Indebted-Poor-Countries-Initiative>
- lxv Fundo Monetário Internacional, Fatos da MDRI, <https://www.imf.org/external/np/exr/facts/mdri.htm>
- lxvi Development Reimagined, 2020, <https://developmentreimagined.com/2020/06/12/is-africa-drowning-in-debt/>
- lxvii Cálculo do autor com dados de: <https://datatopics.worldbank.org/debt/ids/>
- lxviii Equipe da Reuters 20 de novembro, 2020

- lxi Banco Mundial, 2021, COVID 19: Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, <https://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/covid-19-debt-service-suspension-initiative>
- lxx [Ibid.](#)
- lxxi Development Reimagined, 2020. <https://developmentreimagined.com/2020/07/10/time-to-find-new-solutions/>
- lxxii Banco Mundial, 2021, COVID 19: Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, <https://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/covid-19-debt-service-suspension-initiative>
- lxxiii Centro Africano para Controle e Prevenção de Doenças, 2021, Coronavirus Disease 2019 (COVID-19), <https://africacdc.org/covid-19/>
- lxxiv Development Reimagined, 2020. <https://developmentreimagined.com/2020/09/01/is-africas-covid19-crisis-over/>
- lxxv Equipe da Reuters 20 de novembro, 2020
- lxxvi Muhumuza, R. 1 de novembro, 2020
- lxxvii Para um exemplo, consulte: UN, 1970. "International Development Strategy for the Second United Nations Development Decade," (Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a Segunda Década de Desenvolvimento das Nações Unidas), resolução da Assembleia Geral 2626 (XXV), adotado em 24 de outubro. <https://digitallibrary.un.org/record/201726?ln=en>
- lxxviii Cálculos do autor usando dados de: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/extsdr2.aspx?date1key=2020-03-31>
- lxxix [Ibid.](#)
- lxxx Barry Herman (2020) *What You Really Need to Know about the SDR and How to Make it Work for Multilateral Financing of Developing Countries* (O que você realmente precisa saber sobre o SDR e como fazê-lo funcionar para o financiamento multilateral de países em desenvolvimento), *Challenge*, 63:5, 286-299, DOI: 10.1080/05775132.2020.1802178
- lxxxi Mark Plant and David Andrews, 2021, What is the Best Way to Allocate New SDRs? (Qual é a melhor maneira de alocar novos SDRs?) <https://www.cgdev.org/blog/what-best-way-allocate-new-sdrs>
- lxxxii <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/IMF-Support-for-Low-Income-Countries>
- lxxxiii <https://www.reuters.com/article/us-china-cenbank-imf-sdr/chinas-central-bank-chief-urges-imf-to-open-cash-floodgate-to-fight-pandemic-idUSKCN24H2ZV>
- lxxxiv Banco Mundial, 2020, Fazendo negócios, <https://www.doingbusiness.org>
- lxxxv Banco Mundial, Política do país e avaliação institucional, <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/country-policy-and-institutional-assessment>
- lxxxvi Frost, C. A. (2007). Credit Rating Agencies in Capital Markets: A Review of Research Evidence on Selected Criticisms of the Agencies (Agências de classificação de crédito no mercado de capitais: uma revisão das evidências de pesquisas sobre as críticas selecionadas das agências). *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 469-491.
- lxxxvii Partnoy, F. (2006, May 4). *How and Why Credit Agencies are Not Like Other Gatekeepers* (Como e por que as agências de crédito não são como outros guardiões). University of California. Berkeley: Social Science Research Network. Retirado de: <http://ssrn.com/abstract=900257>
- lxxxviii Hu, C. M., Missong, T., Bertocci, B., & Coffee, J. (2014). The Impact of Credit Rating Agencies on Financing for Sustainable Development (O impacto das agências de classificação de crédito no financiamento para o desenvolvimento sustentável). *International Conference on Financing for Development* (pp. 1-8). Economic & Social Council
- lxxxix Este documento inclui informações sobre quando cada país alcançou sua primeira classificação para S&P. <http://www.acismoz.com/wp-content/uploads/2017/06/000054.pdf>
- xc 30 países, incluindo a serem criados Sudão do Sul e República Árabe Sahrawi - <http://documents1.worldbank.org/curated/en/759061468323725184/pdf/wps4269.pdf>
- lxi Por exemplo, confira a lista aqui: <https://tradingeconomics.com/country-list/rating?continent=africa>
- lxi Hu, C. M., Missong, T., Bertocci, B., & Coffee, J. (2014). The Impact of Credit Rating Agencies on Financing for Sustainable Development (O impacto das agências de classificação de crédito no financiamento para o desenvolvimento sustentável). *International Conference on Financing for Development* (pp. 1-8). Economic & Social Council.
- lxiii Ryan, J. (2012). *The Negative Impact of Credit Rating Agencies and Proposals for Better Regulation* (O impacto negativo das agências de classificação de crédito e propostas para uma melhor regulamentação). SWP Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik.
- lxiv Partnoy, F. (2006, May 4). *How and Why Credit Agencies are Not Like Other Gatekeepers* (Como e por que as agências de crédito não são como outros guardiões). University of California. Berkeley: Social Science Research Network. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=900257>
- lxcv Elkhoury, M. (2008). *Credit Rating Agencies & Their Potential Impact on Developing Countries* (Agências de classificação de crédito e seu potencial impacto nos países em desenvolvimento). Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.
- lxvi Insolvência global, confrontos da Moody's com a ONU por causa dos esforços de alívio da dívida do G20, <https://globalinsolvency.com/headlines/moodys-clashes-un-over-g20-debt-relief-efforts>
- lxvii Por exemplo, Quênia: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-kenya-exclusive-idINKBN22R25A>
- lxviii Ryan, J. (2012). *The Negative Impact of Credit Rating Agencies and Proposals for Better Regulation* (O impacto negativo das agências de classificação de crédito e propostas para uma melhor regulamentação). SWP Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik.

- <sup>xcix</sup> IPE, 2018, Não duvide do poder dos provedores de índice, <https://www.ipe.com/dont-doubt-the-power-of-index-providers/10022946.article>
- <sup>c</sup> Fundo Monetário Internacional, 2016, Factsheet - Estrutura Conjunta de Sustentabilidade da Dívida Banco Mundial-FMI para Países de Baixa Renda, Fundo Monetário Internacional, 2020, O que é sustentabilidade da dívida? <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/16/39/Debt-Sustainability-Framework-for-Low-Income-Countries>
- <sup>ci</sup> Banco Mundial, Guia Interativo sobre Estrutura de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixa Renda, Estação 1, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/09/what-is-debt-sustainability-basics.htm>
- <sup>cii</sup> Fundo Monetário Internacional, 2016, Factsheet - Estrutura Conjunta de Sustentabilidade da Dívida Banco Mundial-FMI para Países de Baixa Renda, <https://www.worldbank.org/content/dam/LIC%20DSF/Site%20File/station1.html>
- <sup>ciii</sup> FRBM, 2016, Profecias autorrealizáveis em mercados de dívida soberana, <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/16/39/Debt-Sustainability-Framework-for-Low-Income-Countries>
- <sup>civ</sup> <https://www.minneapolisfed.org/article/2016/self-fulfilling-prophecies-in-sovereign-debt-markets>
- <sup>cv</sup> Salmon, Jack and de Ruyg, Veronique, Debt and Growth: A Decade of Studies (Dívida e crescimento: uma década de estudos) Mercatus Research Paper, Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3690510> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3690510>
- <sup>cvi</sup> Por exemplo, consulte FMI, 2018, Desenvolvimentos e perspectivas macroeconômicas em países em desenvolvimento de baixa renda: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/03/22/pp021518macroeconomic-developments-and-prospects-in-lidcs>
- <sup>cvi</sup> <https://www.ifw-kiel.de/institute/research-centers-initiatives/kielinstituteafricainitiative/> - citação feita a partir do 1:41.
- <sup>cvi</sup> Andros Kourtellos, Thanasis Stengos, e Chih Ming Tan
- <sup>cix</sup> Jernej Mencinger, Aleksander Aristovnik, e Miroslav Verbič
- <sup>cx</sup> Brian Pinto, 2018, *O angustiante Quadro de Sustentabilidade da Dívida do FMI e do Banco Mundial*, <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2018/07/03/the-distressing-debt-sustainability-framework-of-the-imf-and-world-bank/>
- <sup>cx</sup> Hunt, Diana, 1989. Economic theories of development: An analysis of competing paradigms (Teorias econômicas de desenvolvimento: uma análise de paradigmas concorrentes), Harvester Wheatsheaf; 1a. ed.
- <sup>cxii</sup> Citação tomada de: Sadiddin, Ahmad, 2014, A Review of Diana Hunt's Economic Theories of Development: An Analysis of Competing Paradigms (Uma revisão das teorias econômicas de desenvolvimento de Diana Hunt: uma análise de paradigmas concorrentes), *International Journal of Culture and History* 1(2):32: [https://www.researchgate.net/publication/287139285\\_A\\_Review\\_of\\_Diana\\_Hunt%27s\\_Economic\\_Theories\\_of\\_Development\\_An\\_Analysis\\_of\\_Competing\\_Paradigms](https://www.researchgate.net/publication/287139285_A_Review_of_Diana_Hunt%27s_Economic_Theories_of_Development_An_Analysis_of_Competing_Paradigms)
- <sup>cxiii</sup> Williamson, J., 1989. 'What Washington Means by Policy Reform' (O que Washington quer dizer com reforma política), in Williamson, J. (ed.), *Latin American Readjustment: How Much has Happened*. Peterson Institute for International Economics.
- <sup>cxiv</sup> Ibid.
- <sup>cxv</sup> Helleiner, E. and Pauly, L. W., 2005, in Ravenhill J. (ed.). *Global Political Economy*. Oxford University Press. pp. 328–333.
- <sup>cxvi</sup> Cherif, Engheer and Hasanov (2020), Crouching Beliefs, Hidden Biases: The Rise and Fall of Growth Narratives (Crenças agachadas, preconceitos ocultos: a ascensão e queda das narrativas de crescimento), <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/11/08/Crouching-Beliefs-Hidden-Biases-The-Rise-and-Fall-of-Growth-Narratives-49730>
- <sup>cxvii</sup> Lin, J. Y., 2011. 'New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development' (Nova Economia Estrutural: Uma Estrutura para Repensar). *The World Bank Research Observer*. 26, pp. 193-221.
- <sup>cxviii</sup> Banco Mundial, Classificações de Facilidade de fazer negócios, <https://www.doingbusiness.org/en/rankings>
- <sup>cxix</sup> Referências incluem: Neely, C. J. (1999, November 1). An Introduction to Capital Controls (Uma introdução aos controles de capital). *Federal Reserve Bank of St. Louis - Review*, 81(6), 13-30. doi:<https://doi.org/10.20955/r.81.13-30> and Magud, N. E., Reinhart, C. M., & Rogoff, K. S. (2011). *Capital Controls: Myth & Reality - A Portfolio Balance Approach*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, and Edwards, S. (1999). How Effective are Capital Controls? *Journal of Economic Perspectives*, 13(4), 65-84. Asiedu, E., & Lien, D. (2004). Capital Controls and Foreign Direct Investment (Controles de capital e investimento estrangeiro direto). *World Development*, 32(3), 479-490. doi:10.1016/j.worlddev.2003.06.016, <https://developingeconomics.org/2020/11/24/haemorrhaging-zambia-prequel-to-the-current-debt-crisis/>, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/spn/2010/spn1004.pdf>, e <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2012/111412.pdf>
- <sup>cx</sup> Instituto de governança dos recursos naturais, 2020, empréstimos apoiados em recursos: armadilhas e potencial, <https://resourcegovernance.org/sites/default/files/documents/resource-backed-loans-pitfalls-and-potential.pdf>
- <sup>cxxi</sup> Entrevista com Deborah Brautigam, dezembro de 2020.
- <sup>cxix</sup> Equipe da Reuters, 2020, Zâmbia escolhe a empresa francesa Lazard Freres como consultores de dívida, <https://www.reuters.com/article/us-zambia-economy/zambia-picks-french-firm-lazard-freres-as-debt-advisers-idUSKBN2332XR>
- <sup>cxiii</sup> Gide, 2020, força-tarefa da dívida africana de Gide. <https://www.gide.com/en/news/gides-african-debt-taskforce>

- <sup>cxixiv</sup> Programa de Governança Econômica Global, série de workshops de negociação África-China lançados em Benin. <https://www.geg.ox.ac.uk/news/africa-china-negotiation-workshop-series-launches-benin>
- <sup>cxixv</sup> Alonso Soto, Bloomberg, 2020, Africa Eyes possui um "Plano Brady" conforme a proposta de alívio da dívida toma forma, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-04-28/africa-eyes-own-brady-plan-as-debt-relief-proposal-takes-shape>
- <sup>cxixvi</sup> Ibid.
- <sup>cxixvii</sup> União Africana - Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura na África, <https://www.au-pida.org>
- <sup>cxixviii</sup> União Africana, Instituições Financeiras, <https://au.int/en/financial-institutions>
- <sup>cxixix</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, <https://www.afdb.org/en>
- <sup>cxixxx</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, Estratégia do BAD para 2013–2022, <https://www.afdb.org/en/about-us/mission-strategy/afdb-strategy>
- <sup>cxixxi</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, 2020, BAD - Declaração de poderes de subscrição e voto em 30 de setembro de 2020, <https://www.afdb.org/en/documents/afdb-statement-subscription-and-voting-powers-30-september-2020>
- <sup>cxixxii</sup> União Africana, Instituições Financeiras, <https://au.int/en/financial-institutions>
- <sup>cxixxiii</sup> União Africana, PROTOCOLO DE ESTABELECIMENTO DO FUNDO MONETÁRIO AFRICANO, <https://au.int/sites/default/files/treaties/36417-sl-PROTOCOL%20ON%20THE%20ESTABLISHMENT%20OF%20THE%20AFRICAN%20MONETARY%20FUND.pdf>
- <sup>cxixxiv</sup> União Africana, PROJETO DE ESTATUTO DO FUNDO MONETÁRIO AFRICANO, [https://au.int/sites/default/files/pages/32815-file-african\\_monetary\\_fund\\_-\\_statute\\_annexes\\_-\\_final\\_-\\_english.pdf](https://au.int/sites/default/files/pages/32815-file-african_monetary_fund_-_statute_annexes_-_final_-_english.pdf)
- <sup>cxixxv</sup> Ibid.
- <sup>cxixxvi</sup> Ibid.
- <sup>cxixxvii</sup> União Africana, ESTATUTO DO BANCO DE INVESTIMENTO AFRICANO, [https://au.int/sites/default/files/treaties/36414-ax-statute\\_of\\_the\\_african\\_investment\\_bank\\_-\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/36414-ax-statute_of_the_african_investment_bank_-_en.pdf)
- <sup>cxixxviii</sup> Ibid.
- <sup>cxixxix</sup> GRUPO DE ESTUDO DO COMITÊ CONJUNTO AUC-AACB, 2013, ESTRATÉGIA CONJUNTA AUC-AACB SOBRE O ESTABELECIMENTO DO BANCO CENTRAL AFRICANO (ACB), [https://au.int/sites/default/files/pages/32815-file-african\\_central\\_bank\\_joint\\_strategy\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/pages/32815-file-african_central_bank_joint_strategy_e.pdf)
- <sup>cxl</sup> Comissão da União Africana e OCDE, 2021, Dinâmica de Desenvolvimento da África 2021, [https://www.oecd-ilibrary.org/development/africa-s-development-dynamics-2021\\_0a5c9314-en](https://www.oecd-ilibrary.org/development/africa-s-development-dynamics-2021_0a5c9314-en)
- <sup>cxli</sup> Samuel Wangwe & Prosper Charle, 2004, *Innovative Approaches to Domestic Resource Mobilization in Selected LDCs* (Abordagens inovadoras para mobilização de recursos domésticos em LDCs selecionados)
- <sup>cxlii</sup> Njuguna Ndung'u, 2020, A crise da COVID-19 amplifica a urgência de diversificação econômica na África, <https://www.un.org/africarenewal/magazine/september-2020/covid-19-crisis-amplifies-urgency-economic-diversification-africa>
- <sup>cxliiii</sup> Jonathan Glennie, 2021, The Future of Aid (A ajuda futura), <https://www.routledge.com/The-Future-of-Aid-Global-Public-Investment/Glennie/p/book/9780367404970>
- <sup>cxliiv</sup> Meg Shen, Reuters, 2020, China's central bank chief urges IMF to open cash floodgate to fight pandemic, (Chefe do banco central da China pede ao FMI que abra uma comporta de caixa para combater a pandemia) <https://www.reuters.com/article/us-china-cenbank-imf-sdr/chinas-central-bank-chief-urges-imf-to-open-cash-floodgate-to-fight-pandemic-idINKCN24H2ZV>